

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em História**



Dissertação de Mestrado

***“eu meio que fui costurando essa história”:***

A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

**Sinara Veiga Faustino**

Pelotas, 2021

**Sinara Veiga Faustino**

***“eu meio que fui costurando essa história”:***

A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

F268e Faustino, Sinara Veiga

“Eu meio que fui costurando essa história” : a trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985) / Sinara Veiga Faustino ; Edgar Ávila Gandra, orientador. — Pelotas, 2021.

106 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Ditadura civil-militar. 2. Memória. 3. Gênero. I. Gandra, Edgar Ávila, orient. II. Título.

CDD : 981

Sinara Veiga Faustino

***“eu meio que fui costurando essa história”:***

A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 22/09/2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (Orientador)

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof<sup>a</sup>. Dra. Alessandra Gasparotto

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço às mulheres que confiaram em mim, me receberam e compartilharam suas memórias, mesmo as mais dolorosas, para que essa dissertação existisse: Edith Teixeira Espíndola, Seli Nachtigal Maurício, Rita Nachtigal, Maria Luiza Castilhos, Helena Dória Lucas de Oliveira e Miguelina Vecchio. Que suas trajetórias nunca sejam esquecidas.

Agradeço aos meus melhores amigos: Shaiane, Matheus, Leonardo, Thais e Elísia que estiveram comigo nesses dois anos, sem vocês eu não teria conseguido.

Agradeço também à Julia e ao Leonardo, que fizeram esse caminho ser menos difícil e estavam sempre comigo quando precisei.

Ao professor Edgar Ávila Gandra, por acreditar nessa pesquisa e me auxiliar mesmo depois de tantas dificuldades, acreditando em mim mesmo quando nem mesmo eu acreditava.

À professora Alessandra Gasparotto, que mais uma vez foi essencial nessa caminhada, além de uma excelente professora, é uma ótima amiga e minha inspiração em sala de aula.

Por fim, agradeço aos professores e professoras do curso, aos funcionários, colegas e pesquisadores.

## Resumo

FAUSTINO, Sinara Veiga. Eu meio que fui costurando essa história: A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

A presente pesquisa parte do questionamento de como mulheres que não fizeram parte de movimentos políticos organizados, e que tinham ligações de parentesco com militantes presos, vivenciaram o período ditatorial no Brasil. São mulheres, mães e filhas, que foram também vítimas da repressão e assim como seus pais e maridos sofreram traumas da ditadura militar que guardam até hoje. Para a escrita analisamos seis entrevistas, duas delas com esposas de militantes e quatro com filhas. O recorte temporal trabalha com prisões de 1964 até 1984, abrangendo perseguições já iniciadas no início do golpe, até prisões realizadas perto de 1984. Todas as entrevistadas residem e vivenciaram a ditadura no estado do Rio Grande do Sul, justificando nosso recorte espacial. Os testemunhos dessas mulheres nos permitem analisar como a repressão atingiu diversas pessoas, não só os presos e perseguidos, mas também seus familiares, perpassando as relações de gênero, e discutindo os traumas que muitas vezes foram ignorados e silenciados. Nesse sentido, nossa pesquisa procura evidenciar a trajetória de mulheres que mesmo não estando ligadas à uma resistência organizada tiveram também que resistir e carregar as mazelas da militância de familiares, vivenciando situações traumáticas e, em muitos casos, não tendo um espaço de escuta.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Memória; Gênero

## Abstract

FAUSTINO, Sinara Veiga. "I kind of sewed this story": the trajectory of women during the civil-military dictatorship. Dissertation (Master Degree in History) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2021.

This research starts from the questioning of how women who were not part of organized political movements, and who had kinship links with imprisoned militants, experienced the dictatorial period in Brazil. They are women, mothers and daughters, who were also victims of repression and, like their fathers and husbands, suffered trauma from the military dictatorship that they keep until today. For writing, we analyzed six interviews, two of them with activists' wives and four with daughters. The time frame works with prisons from 1964 to 1984, covering persecutions that started at the beginning of the coup, up to arrests carried out close to 1984. All interviewees live and experienced the dictatorship in the state of Rio Grande do Sul, justifying our spatial approach. The testimonies of these women allow us to analyze how the repression affected different people, not only those arrested and persecuted, but also their families, permeating gender relations, and discussing the traumas that were often ignored and silenced. In this sense, our research seeks to highlight the trajectory of women who, even though they are not linked to an organized resistance, also had to resist and bear the ailments of family militancy, experiencing traumatic situations and, in many cases, not having a space for listening.

Key-Words: military dictatorship; gender; memory

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DCE	Diretório Central dos Estudantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: Ditadura civil-militar: um debate teórico acerca da trajetória das mulheres, da memória e da história oral.....	16
1.1 O lugar das mulheres na memória da ditadura civil-militar.....	16
1.2 Memória e História Oral da ditadura civil-militar.....	23
CAPÍTULO 2: Os "nãos" também possuem um significado.....	32
2.1 Revisionismo, negacionismo e a história oral da ditadura.....	32
2.1.1 A clínica do testemunho.....	38
2.2 o gênero e os "nãos": as diferentes complexidades da narrativa feminina....	42
CAPÍTULO 3: A trajetória das companheiras de militantes.....	49
3.1 A militância e a família.....	51
3.2 A memória feminina da repressão.....	53
3.3 As marcas da ditadura civil-militar.....	59
CAPÍTULO 4: A trajetória de filhas de militantes presos e perseguidos.....	63
4.1 As memórias do pai e sua militância.....	66
4.2 As memórias da repressão na infância.....	78
4.3 Os traumas, as marcas e as memórias.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

## INTRODUÇÃO

O grupo escolhido para nossa pesquisa é formado por mulheres, filhas ou esposas de militantes que foram perseguidos ou presos durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Desde o início do estudo ficou evidente que ao longo das pesquisas sobre o Golpe de 1964 um grupo de mulheres foi deixado de lado, foram ignoradas. A trajetória de nossas entrevistadas nunca foi estudada com a profundidade necessária. Esta pesquisa busca reconstruir as trajetórias de mulheres a partir de sua ligação indireta com a militância, pois não se tratam de militantes, mas de esposas ou filhas que durante o período da repressão não possuíam interesses em organização políticas, sua única ligação com a resistência era por meio de sua proximidade com seus companheiros ou pais.

A partir dessa pesquisa buscamos reconstruir por meio da memória reavivada a trajetória de mulheres que, mesmo não estando ligadas diretamente a nenhum partido ou movimento organizado, fizeram parte da resistência à ditadura civil-militar. A história dessas mulheres levanta questões importantes para compreendermos como a resistência feminina atuou, sabemos de acordo com as fontes que várias delas lutaram lado a lado em guerrilhas e movimentos organizados, mas aqui os questionamentos são direcionados para outra forma de resistência. E como se deu essa resistência? Como mães, filhas, donas de casa se posicionaram diante da repressão? Quais foram as consequências dos anos de chumbo na vida dessas mulheres? Estudos voltados para essa temática ainda são escassos e, há muitas memórias silenciadas, guardadas ou suprimidas para serem discutidas. Ao analisar a história dessas mulheres, essa pesquisa apresenta uma contribuição inovadora para a historiografia, diante de um tema ainda pouco explorado. E, busca ainda, contribuir para um melhor entendimento das desigualdades de gênero enfrentadas por essas mulheres, tanto na História Política de nosso país, quanto na própria sociedade.

A pesquisa foi construída a partir de entrevistas obtidas durante o Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 2018, para obtenção do Grau de licenciada em História, intitulado “Emergindo do silêncio: a trajetória de vida de Edith Teixeira Espíndola”. Nele discutimos a vivência de Edith Teixeira Espíndola, esposa de um sindicalista e militante do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) preso em Rio

Grande no Golpe Civil-militar de 1964. Por meio das entrevistas analisamos a participação de Edith Teixeira Espíndola, que, mesmo não estando ligada a nenhum tipo de movimento de resistência organizado, lutou e auxiliou na liberação de seu esposo, fato esse nunca levado a público por nenhuma das partes até a realização da entrevista<sup>1</sup>. A partir daí, procuramos entrevistar outras mulheres, cujos companheiros foram presos (militantes do PTB e sindicalistas), com o objetivo de compreender melhor sua vivência durante a repressão. Pretendemos analisar o contexto da repressão a partir da vivência das mulheres não militantes, que antes assumiam o papel de mães e donas de casa, mas que precisaram também resistir, e em alguns casos, lutaram diretamente na libertação de seus companheiros presos. Elas saíram de um cotidiano considerado tradicional para a época e inseriram-se em um contexto desafiador na busca por justiça.

A partir do relato de Edith Teixeira Espíndola iniciamos a pesquisa, sendo este um primeiro contato com os recortes do projeto, pretendemos agora, captar mais entrevistas e analisar mais a fundo a participação das mulheres não militantes da Região Sul. Antes do TCC, trabalhei ainda com a temática da ditadura civil-militar em minha participação no Programa Interdisciplinar de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID<sup>2</sup>, na UFPel (Universidade Federal de Pelotas), nos anos de 2016 a 2018.

Contando com a entrevista de Edith, obtida ainda no ano de 2018, totalizamos seis entrevistas, duas com esposas de militantes, Edith e Seli. Apesar de ambas as entrevistadas terem sido casadas com militantes presos, suas trajetórias são totalmente diferentes, sendo esse um ponto importante do trabalho já que cada entrevista se mostrou extremamente rica ao trazer para análise histórias de mulheres diferentes, tanto de idades, quanto de recortes sociais, comprovando que a repressão atingiu todos que se puseram contra ela, tanto direta quanto indiretamente. Somadas a essas duas entrevistas temos mais quatro, com filhas:

---

<sup>1</sup> Antonio Nailem Espíndola, marido de nossa entrevistada já colaborou diversas vezes com pesquisadores por meio de entrevistas, porém nunca revelou que sua libertação ocorreu graças ao auxílio de Edith Teixeira Espíndola. Ela se dirigiu até Porto Alegre, onde ele estava preso, e conversou com os militares responsáveis. Após a conversa, Antônio foi solto. Edith Teixeira Espíndola também nunca havia compartilhado esse fato com ninguém, mantendo a versão do marido até o dia da entrevista.

<sup>2</sup> Dentro do PIBID participei da atividade intitulada “Os militares em campo: futebol e ditadura no Brasil”, elaborada pelo subgrupo de pesquisa e atuação Ensino de História: Ditadura Militar, do qual fiz parte. Por meio do documentário “Memórias de Chumbo - O Futebol nos Tempos do Condor, Brasil”, procurávamos debater, em turmas de ensino médio de escolas públicas em Pelotas, a utilização do futebol como instrumento de propaganda da Ditadura civil-militar.

Helena, Maria Luiza, Miguelina e Rita. Todas carregam consigo alguma marca da militância do pai, sejam os traumas pelas memórias dolorosas da infância, ou pela luta por verdade e justiça. Gostaríamos de ter obtido mais fontes para os estudos, porém, como discutiremos no decorrer da dissertação, o contexto político atual contribuiu para ouvirmos diversas negativas. Em um momento em que discursos negacionistas e revisionistas tomam força, até mesmo por meio de representantes do governo, o medo voltou a assombrar quem viveu e resistiu aos anos de chumbo.

Ao analisarmos os relatos obtidos durante as entrevistas é possível identificar o pavor vivenciado durante a ditadura civil-militar de 1964, as mulheres precisaram lidar não só com a perseguição aos seus companheiros e com o medo, mas também com a estigmatização criada pela sociedade por serem companheiras de um preso político, além da desigualdade de gênero. Afinal, eram esposas e filhas de “comunistas”, as filhas sofriam na escola, as esposas nas ruas, amigos já não eram mais tão amigos, conhecidos viravam as costas, sobrava a elas apenas a solidariedade de outras mulheres, sejam vizinhas ou esposas de outros presos, como vemos em nossa pesquisa.

O recorte temporal desta pesquisa se dá a partir do ano de 1964 até 1985, abrangendo os 21 anos de ditadura civil-militar, essa escolha se deu durante a busca de fontes, já que, inicialmente, pensávamos em um recorte de 1964 a 1970, focando nos primeiros anos da ditadura, mas por conta da dificuldade de se obter entrevistas abrimos esse recorte, para conseguir abraçar mais fontes. O recorte geográfico se limita ao Rio Grande do Sul, onde se localizam cidades privilegiadas geograficamente, sendo muito utilizadas nas rotas de exílio. A região fronteiriça do Estado sofreu intervenção por parte do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em 1968. Desse modo, a partir da Lei N°5.449, 21 municípios<sup>3</sup> foram declarados como sendo Área de Interesse da Segurança Nacional, sendo governadas por interventores nomeados pelo governador. De acordo com Padrós (2010), durante o período de Segurança Nacional do Cone Sul, o Rio Grande do Sul foi um lócus privilegiado, pois além da preocupação com a proteção do território, os militares precisaram monitorar uma população interna caracterizada pelo trabalhismo, um

---

<sup>3</sup> Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Herval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Porto Lucena; Porto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento; São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tupyrandi e Uruguaiana. Cf. BRASIL. Lei n°5.449, de 4 de junho de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

inimigo para o regime. Para Caroline Silveira Bauer (2009), o Rio Grande do Sul era encarado como um espaço de combate ideológico no Cone Sul dentro do contexto internacional. Segundo a autora, a ditadura civil-militar no estado se fez num paradoxo, pois ao mesmo tempo em que era procurada pela resistência, principalmente como rota de exílio, possuía importância para os governos ditatoriais, como meios de perseguição aos militantes. Assim, acreditamos que o estado do Rio Grande do Sul vivenciou uma perseguição mais intensa.

Neste debate teórico voltado para a ditadura civil-militar<sup>4</sup>, termo que optamos por utilizar, pois, acreditamos que os 20 anos sem democracia foram reforçados pela participação de civis, aqui somamos o empresariado brasileiro, a Igreja, e claro, sem esquecer, a influência externa dos Estados Unidos. São diversas as perspectivas para se estudar ditadura civil-militar, nossa escolha por mulheres que não participaram diretamente da resistência organizada é uma delas, uma abordagem pouco vista até então e que com certeza esperamos que seja mais discutida, pois não são apenas as mulheres do Rio Grande do Sul que saíram da vida privada e adentraram à vida pública, acreditamos que na existência de trajetórias que ainda hoje são ignoradas, que ainda necessitam de escuta.

O leque referente a essas mulheres é grande, por exemplo, as guerrilheiras, já citadas por autores como Ridenti (1990), as mulheres que lutaram pela Anistia já retratadas por autoras como Ana Rita Fonteles Duarte (2009), todas as outras que não são tão discutidas pela historiografia focada nesta temática. É importante a compreensão de que todas elas se organizaram por justiça, e, que deixaram sua marca nessa luta, principalmente as mulheres que estão em nosso foco: mães e filhas de militantes presos pela repressão.

Até mesmo comparadas com mulheres militantes elas ocupam pouco espaço na discussão sobre a temática e entendemos que são fundamentais para entendermos a amplitude desse cenário da ditadura. Assim, procuramos elaborar uma discussão recortando aspectos de como as mulheres já foram retratadas dentro da historiografia, e, por fim, discutir as múltiplas resistências que elas vivenciaram dentro de si. Em alguns casos, extremamente solitárias, contando com o que tinham,

---

<sup>4</sup> Termo utilizado, por exemplo, por René Dreifuss, com uma conotação classista, mas que também é utilizado por outros autores como Daniel Aarão Reis. Marcelo Ridenti adotou o termo “regime civil-militar”; Já Virginia Fontes, assim como Dreifuss, fortalece a expressão “ditadura empresarial-militar” (FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n. 20 p.05 - 74. Jan/abr. 2017.

no caso de nossas entrevistadas, em grande parte, sua coragem e o medo de perder seus entes queridos. Durante nossas entrevistas podemos observar diversas situações traumáticas que foram vivenciadas por essas mulheres, essas trajetórias ainda não foram reconhecidas e muitas vezes são minimizadas pela sociedade ou por seus próprios companheiros. Nossas fontes viveram em um limbo, sofrendo dupla estigmatização ora vistas como subversivas pela sociedade que julgava qualquer mulher que ousava adentrar o espaço público, ora vistas como submissas ao marido, por entrarem na luta principalmente por suas ligações familiares e não políticas.

Quando falamos de mulheres e ditadura, importantes autoras surgem e colaboram na democratização da memória da ditadura, auxiliando na luta contra um discurso apenas masculino. Sendo digno de nota, Ana Maria Colling, umas das primeiras pesquisadoras a abordar a participação das mulheres dentro da ditadura civil-militar, apesar de focar nas mulheres militantes e na discussão da construção do sujeito *mulher subversiva*, ela nos auxilia a compreender como a resistência encarava as mulheres nesse período, aprofundando a discussão sobre as relações de gênero. Olivia Rangel Joffily é uma autora importante, pois trata dos *caminhos do coração*, ela aborda a forma como mães, filhas, avós, tias acabaram entrando na luta por justiça ao ver seus familiares presos ou perseguidos, além de examinar a questão do exílio para as mulheres.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai em seu artigo *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984)*, discute de maneira aguçada o lugar das memórias femininas dentro da história oral da ditadura civil-militar, e traz a militância emocional que junto da militância ideológica marcou a luta nos anos de chumbos. Dentro dessa militância voltada para a luta pela libertação de familiares, citamos também Ana Rita Fonteles Duarte, que aborda como o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará contou não só com mulheres que lutavam por uma ideologia, mas também com mulheres que assim como as que Rovai cita, participavam seguindo uma militância emocional.

A partir dessas autoras, buscamos compreender um pouco o que já foi discutido sobre a trajetória de mulheres dentro da historiografia e com suas análises e estudos podemos ter uma base para analisar trajetórias tão ímpares e que ainda não foram alcançadas pela historiografia.

Ao discutirmos a memória e a história oral no subcapítulo seguinte, também procuramos focar no recorte de gênero, trabalhando com autoras como Elisabeth Jelin e Marta Rovai que discutem a questão da memória a partir das mulheres. Em *Los trabajos de la memoria*, Jelin aborda as diferenças entre a memória feminina e masculina. Marta Rovai aqui novamente contribui em nossa escrita, agora em um debate sobre memória. Trabalhamos também com Alessandro Portelli, que nos auxilia não só na compreensão da construção de narrativas, mas na reflexão de como elas fazem a diferença dentro da elaboração de uma História mais democrática e em como cada fala agrega não só à pesquisa, mas também ao papel de pesquisador (a) e historiador (a).

Quando se discute memórias da repressão ou memórias difíceis é importante também trazermos autores que abarquem tais temas. Neste ponto, utilizamos os apontamentos de Dora Schwarzstein, para analisarmos pontos-chaves dentro do testemunho de nossas entrevistadas, como os traumas se apresentam ainda hoje em suas vidas. Outro autor importante para debatermos memórias difíceis é Michael Pollak, trazendo o conceito já consagrado dentro da historiografia, as memórias subterrâneas, que dentro de nossa pesquisa se encaixa perfeitamente na análise das narrativas. Desse modo, nosso primeiro capítulo encontra-se dividido entre uma discussão sobre mulheres na resistência à ditadura, trazendo uma pequena amostra de algumas autoras que nos auxiliam a pensar como o gênero já foi estudado dentro da historiografia, com uma discussão sobre memória, mulheres e ditadura esperamos trazer alguns conceitos que futuramente servirão de alicerce para nossas análises. Em específico trabalhamos com a militância e a resistência emocional, não esperamos colocar as mulheres em algum tipo de escala, discutindo se a participação de algumas é mais importante que outras, mas refletir sobre a utilização de novos conceitos que ainda não são tão difundidos com fontes que ainda necessitam de mais estudos.

Por fim, a partir desse pequeno apanhado teórico, buscamos contribuir de alguma forma para que as mulheres sejam mais ouvidas e tenham mais espaço dentro da historiografia. Diversas pesquisas já foram desenvolvidas focadas em sua participação na temática, mas, para, além disso, precisamos divulgar e abrir espaços para que essas pesquisas sejam conhecidas e a memória da ditadura civil-militar não seja somente uma memória masculina, ou feminina militante, mas que abarque

também essas mulheres que viviam um outro tipo de resistência, ampliando para nosso objetivo.

Essa pesquisa busca contribuir com esse campo da historiografia pois a participação das mulheres na ditadura civil-militar ainda necessita de maiores reflexões, principalmente se tratando das mulheres que não participaram de uma militância politicamente organizada, mas que por conta das circunstâncias se viram obrigadas a se envolver de alguma forma, assumindo assim um papel significativo na resistência ao regime imposto. Como se verá ao longo desta dissertação, são mulheres completamente diferentes, que passaram por situações diferentes, seja com o companheiro ou pai, mas todas, de alguma forma, acabaram sendo vítimas da repressão ao ter essa ligação com um perseguido ou preso político. Assim, esperamos deixar clara a relevância da pesquisa, mesmo contando com os desafios de se trabalhar com história oral e memórias traumáticas, pois a vivência assentada em tais memórias colabora com uma História cada vez mais democrática.

## **CAPÍTULO 1**

### **Ditadura civil-militar no Brasil: um debate teórico acerca da trajetória das Mulheres, da memória e da história oral**

Neste capítulo, buscaremos trazer algumas abordagens acerca da participação de mulheres na resistência à ditadura civil-militar. Dentre várias pesquisas o que mais encontramos são trabalhos voltados para as mulheres militantes, ligadas a organizações clandestinas e mulheres que participaram do Movimento pela Anistia. Nossa pesquisa busca integrar junto a esse leque de trajetórias, a memória de mães e filhas, que ainda não contam com um olhar mais interessado da historiografia.

#### **1.1 O lugar das mulheres na memória da ditadura civil-militar**

Nossa pesquisa inicia-se, como já dito anteriormente, a partir do questionamento do papel das mulheres não militantes dentro do contexto da ditadura civil-militar. A partir do testemunho de Edith Teixeira Espíndola<sup>5</sup> percebemos como ainda são escassos os estudos voltados para essas mulheres. Em cada entrevista, cada contato nos trouxe trajetórias de mulheres extremamente distintas, mas cada uma delas, de alguma forma, teve sua vida atravessada pela repressão. Ao trazermos essas memórias para pesquisa esperamos não só contribuir academicamente com as pesquisas voltadas para essa temática, mas colaborar na luta dessas mulheres pelo reconhecimento de suas memórias e auxiliar nessa busca constante por um espaço igualitário na sua representatividade dentro da História.

Trabalhamos com uma perspectiva ampliada de militância, uma militância que, pelo menos inicialmente, visava a luta pela liberdade de familiares e não uma luta guiada por ideais políticos. Nossas entrevistas estavam habituadas a vida privada (cotidiano) e não ao mundo público (político), pelo olhar da sociedade, não só da época, mas atual, seriam as mulheres exemplares, mães, donas de casa que “sabiam seu espaço”. Mas mesmo “neste espaço”, as mulheres não são submissas ou passivas, é necessário enxergarmos elas de diferentes ângulos, porque elas

---

<sup>5</sup><https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/dialogus/article/view/166/98>

estão ali, com trajetórias para serem contadas, com memórias que ainda necessitam de um espaço de escuta, com um olhar histórico que as veja como participantes da chamada Grande História, (ROVAI, 2013). É importante registrar que, como afirma Rovai (2013), compartilhar a lembrança dessas mulheres não significa complementar de alguma forma uma história masculina, mas sim democratizar a memória.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p.212)

Interessante destacar que nossas fontes vivenciaram esse aspecto já que não eram vistas nem como militantes nem como vítimas, resistiram à sua maneira e, muitas vezes sozinhas, sofrendo com o julgamento de uma sociedade machista e com uma resistência politicamente organizada que, em alguns casos, também acabava às enxergando apenas como esposas e não como mulheres capazes de tomarem suas próprias decisões e de lutarem pelo que acreditam.

De acordo com Rovai (2013) até a década de 1980, poucos estudos trataram da condição feminina no contexto da ditadura, tal fato seria resultado do silenciamento promovido pelo regime autoritário e também pela visão histórica predominante que não enxergava as mulheres quando estas atuavam politicamente. Foi com Albertina Oliveira Costa e sua obra *Memórias de Mulheres do Exílio*, publicada em 1980, ainda durante o regime de exceção, que experiências de militantes presas, torturadas e exiladas receberam espaço dentro dos estudos voltados para a temática (ROVAI, 2013). Desse modo, ao buscar referencial teórico priorizamos estudos que discutissem o período ditatorial a partir de memórias e vivências de mulheres. Mesmo com um número maior de pesquisas voltadas para esse recorte ainda é necessário salientar, como aponta Colling (2018), que a história da repressão e da oposição ainda é uma história masculina, mesmo com tantas mulheres participando em diferentes frentes de resistência às relações de gênero, ainda se encontram excluídas. É necessário um movimento de reflexão mais amplo sobre a atitude delas, uma perspectiva onde elas mesmas percebam a importância

de sua resistência, onde seus atos ultrapassem o olhar de um mero apoio ao companheiro.

A busca por entrevistas mostrou ser um trabalho árduo, principalmente se levarmos em conta o contexto político atual tomado por discursos revisionistas e negacionistas. Assim, mulheres que já não possuíam um espaço de escuta para compartilhar suas memórias, se viram ainda invadidas pelo medo. Mais do que nunca se mostra necessário escrevermos sobre essas vivências, mais de 50 anos se passaram desde o golpe e, ainda sim, percebemos uma necessidade de estudos voltados para as mulheres.

Aqui procuramos analisar essas trajetórias, é importante ressaltarmos a diferença entre biografia e trajetória de vida, inicialmente o termo trajetória de vida pode ter sido utilizado como uma alternativa à biografia, tanto pelo seu baixo prestígio na historiografia, ou pelo fato de que, normalmente, a biografia segue o indivíduo de seu nascimento até sua morte. O que, obviamente, é inviável em uma pesquisa com um curto espaço de tempo, assim, a trajetória de vida, como cita Karsburg (2005), não tem por obrigatoriedade examinar toda a vida do sujeito, ela recorta um período determinado e então o analisa.

Quando falamos em trajetórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar primeiramente emergem textos focados nas militantes. Mesmo não tratando desse recorte em específico, achamos importante apresentar como a resistência feminina já foi retratada pela historiografia. Para lutar contra a repressão diversas mulheres ingressaram em movimentos e organizações políticas clandestinas, dentre essas as guerrilhas armadas. Obviamente, elas eram julgadas por ousarem sair do espaço privado e lutarem no público, ao lado dos homens.

De imediato constato que a mulher, militante política é encarada como um ser “desviante”, não uma mulher verdadeira. Esta estava no espaço a ela destinado, no santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos. A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como PUTA COMUNISTA. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico (COLLING, 2018, p. 8)

E, mesmo dentro de organizações de esquerda, as mulheres eram invisibilizadas como sujeito político, para a esquerda tradicional as diversidades

eram vistas como divisionistas -ou se é burguês ou se é proletário (COLLING, 2018). A Revolução Sexual e o feminismo estavam sendo discutidos nesse período, de acordo com Wolff (2009), mesmo com a repressão da ditadura e com a filosofia da esquerda da época que colocava a luta de classe acima de qualquer outra luta, a revolução das mulheres já estava sendo feita por meio da incorporação delas dentro dos movimentos e das organizações que lutavam contra a ditadura.

Segundo Marcelo Ridenti (1990) as guerrilhas contavam com uma participação significativa de mulheres, chegando a 18% do quadro geral. Ao tratarmos de um recorte maior, as ditaduras no Cone Sul – com exceção do Paraguai – iniciaram no início dos anos sessenta e setenta, junto com uma maior divulgação do Movimento de Libertação das Mulheres e do Feminismo Radical nos Estados Unidos (PEDRO, 2010). Importante destacar o apoio dos Estados Unidos aos golpes que ocorreram no Cone Sul, com a justificativa de uma luta contra o anticomunismo após o sucesso da Revolução Cubana em 1959 (PEDRO, 2010).

A autora Joana Maria Pedro (2010) aponta que essas ditaduras, além de serem antidemocráticas e de aumentarem as diferenças entre as classes, foram também antifeministas. No Chile, cita a autora, as mulheres foram proibidas de usar calça comprida e, entre as diversas acusações feitas contra as militantes de esquerda, estava a de que elas não possuíam “moral”, por carregarem pílulas anticoncepcionais em sua bolsa. No caso brasileiro, podemos citar o exemplo de uma de nossas entrevistadas que ao ter seu companheiro preso não ficou sozinha, mas sim acompanhada de seu irmão, pois uma mulher não deveria ficar só e a presença masculina trazia consigo uma espécie de “segurança”, já que no contexto violento da ditadura, tudo era incerto. Mas é interessante observarmos como foi necessária a presença do irmão para que houvesse um “homem na casa”.

Olívia Rangel Joffily (2005) discute a questão da tortura, e como os repressores enxergavam as mulheres militantes. O fato de serem consideradas o “sexo frágil” não diminuiu, ao contrário, intensificou, a violência sobre seus corpos, por ousarem lutar entre os homens, por ousarem pegarem em armas. Colling (1997 *apud* ROVAI 2013) aponta também que, para conseguirem espaço dentro da resistência, elas contribuía com o discurso, até mesmo assumiam a ideia de que o lugar de comando no mundo político – mesmo dentro da resistência de esquerda – era um lugar para os homens. Assim, passaram a abrir mão de aspectos

considerados femininos, além de abrirem mão da maternidade e de relacionamentos afetivos (ROVAI, 2013).

A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, seja social ou sexual, devendo ser objeto de estudo também a dominação masculina como dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas a categorias e sistemas que estabelecem a sujeição (COLLING, 1997, p.4 apud ROVAI, 2013,p.119 ).

A luta pela igualdade de gênero não se apresentou dentro das organizações de esquerda, as mulheres, muitas vezes “agiam como homens” para serem respeitadas e terem espaço de luta. Elas adotaram uma atitude paradoxal: “romperam com preconceitos com relação ao papel feminino na sociedade, porém, mantendo os preconceitos conservadores nos grupos armados.” (ROVAI, 2013, p. 119)

Porém, as mulheres participaram não só como militantes seguindo uma ideologia política ou dentro de organizações clandestinas. É importante destacar as mulheres que lutaram nesse período, mas que possuíam outro tipo de motivação, aqui falamos de uma militância emocional, como aponta Rovai (2013). Aqui, falamos de mães, irmãs e que se uniram na luta contra a ditadura a fim de libertar familiares presos. Marta Rovai (2013) deixa claro que essa militância emocional não era menos válida que a militância ideológica por serem mulheres que estavam ligadas diretamente à nenhuma organização ou partido elas não estavam habituadas à militância e assim moldaram suas lutas. Em seu livro, *A greve no masculino e no feminino*, originado a partir de sua pesquisa para a escrita de sua tese de doutorado, Rovai começa a identificar a participação das mulheres (mães, irmãs e esposas) na luta pela liberação de presos durante a greve de Osasco em 1968. Após entrevistar os homens, ela entrevista as famílias e ali identifica diferentes formas de resistência e luta que essas mulheres construíram a partir do que o meio lhe oferecia, saíram do espaço privado e foram para o público, tomavam café com os militares, tentavam a partir da imagem de mulheres indefesas obter informações, auxiliar de alguma forma seus familiares presos.

Beatriz Sarlo (2005) afirma que durante a repressão as mulheres não partiram para ação só por meio de discursos e práticas políticas, mas guiaram-se também por uma reinvenção de papéis:

Semelhante a quem se vinga do que foi rotulado como o “puramente feminino”, as mulheres reorganizaram temas ideológicos em novas formas

de prática e de discurso que, muito obviamente, não obedecia a nenhum pressuposto, mas nasceu da necessidade de trabalhar com o que a cultura havia estabelecido como campo de mulheres e legitimou como preocupações femininas. As mulheres adotaram o que pode ser entendido como uma estratégia *bricolage*, produzindo novos assuntos públicos a partir de antigos papéis e funções tradicionais. Se a sociedade definiu o privado como a quintessência da esfera feminina, as mulheres transformaram os assuntos privados em debates políticos e em intervenções (SARLO, 2005, p.188-189).

Rovai aponta que sentimentos antes considerados tipicamente femininos, como amor e caridade, “tornaram-se a base de seu comprometimento público ganharam novos significados no âmbito da política para defender a justiça, a proteção aos presos e modelar o enfrentamento ao regime” (ROVAI, 2013, p. 123). Ao criarem novos papéis a partir do que lhes era atribuído elas passaram a participar da luta por justiça seguindo suas próprias motivações e sentimentos, tais sentimentos foram trazidos para as ruas, praças e mobilizações, acompanhando a luta de mães e esposas (ROVAI, 2013). A autora Elisabeth Jelin (1994 *apud* ROVAI, 2013) aborda tais atitudes na construção de uma “política de afeto”. Isso seria o que Butler (2013 *apud* ROVAI, 2013) denomina como “*performance de gênero*”, a fim de obter informações, liberações ou qualquer coisa que auxiliasse seus companheiros diversas mulheres reforçavam a visão que boa parte da sociedade tem sobre a mulher dócil, frágil, indefesa, a mãe de família (ROVAI, 2013). Em nossas fontes a forte valorização pela imagem da família é algo presente, levar fotos dos filhos para os militares na esperança de convencer que se tratava de uma família comum e amorosa era um artifício utilizado pelas esposas na busca pela liberdade de seus companheiros. A imagem de mãe e esposa devota era uma forma encontrada para auxiliar na luta.

A repressão, ao criar a imagem da mulher politizada com um desvio, *a mulher subversiva*, reafirmava como o espaço público estava fechado para elas, como a vida privada era o seu lugar, que o sexo feminino não teria capacidade ou vontade própria para tomar decisões políticas (ROVAI, 2013). Em registros de prisões, são sempre encontradas como mães, filhas, amantes ou esposas de homens procurados, seu nome dificilmente tinha destaque ou se acreditava que teriam ido, sozinhas, tão longe se ligadas a grupos organizados, com certeza seria por manipulação ou desvio que rompia com a moral tradicional (ROVAI, 2013). E é

nesse espaço, nesse pensamento retrógrado e machista que muitas mulheres encontraram sua forma de lutar.

É importante citarmos também a autora Ana Rita Fonteles Duarte (2009), que em sua dissertação *Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)* trata das memórias das mulheres que participaram do movimento, e como ele contava com mulheres que não eram ligadas a militância organizada, eram mães e esposas que muitas vezes se utilizavam dos Jogos de Gênero<sup>6</sup>:

Os jogos de gênero definem-se como instrumento, à semelhança do jogo de xadrez, onde os atores políticos tentam intervir no espaço público. Situam-se sobre a noção de intervalo em encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo adversário. Apoiam-se na ideia de que os sentidos ou as dinâmicas iniciadas por crises podem induzir a redefinição das relações entre homens e mulheres, em quadro limitado, conduzindo ao ajustamento do masculino e feminino ou, às vezes, simples oscilação. Analisando movimentos capitaneados por mulheres, em diferentes contextos de crise e autoritarismo, na Europa e na América Latina, Capdevila percebeu que, muitas vezes, no movimento entre a defesa do lar e a defesa coletiva, ocorre mutação política maior, identificada como metamorfose de uma ação reivindicatória arcaica em movimento de protesto moderno, o que, no âmbito individual, também desencadeia transformações identitárias. (DUARTE, 2009, p. 15)

Esta pesquisa é importante porque aborda como dentro do movimento havia mulheres que não viam com bons olhos certos atos de algumas companheiras de luta, já que nesse momento muitas buscavam derrubar a visão machista e conservadora que o regime e a sociedade tinham sobre elas. Porém, para as mães e esposas, era uma forma de lutar, de intervir e auxiliar na luta pela Anistia. Em nossas fontes percebemos como as esposas lutavam com os instrumentos que podiam, mas ainda sim não procuravam serem vistas como mulheres militantes, essa diferença entre a mulher militante e a esposa é um ponto importante para ser observado. Assim, podemos perceber o quão profunda pode ser esta discussão, já que ao mesmo tempo, o feminismo se apresenta como um movimento que busca igualdade, a forma de resistência dessas mulheres muitas vezes batia de frente com ideais feministas. Mas isso tornaria sua luta menos válida?

A partir desse pequeno levantamento teórico, já é possível perceber como as mulheres participaram da resistência à ditadura civil-militar de várias formas e com diferentes motivações, é importante que tais vivências e discursos também sejam

---

<sup>6</sup>CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et enjeux de genre. Annales de Bretagne Des Pays de L'Ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, 2001.

discutidos. Além disso, em um momento onde uma onda de discursos negacionistas tom a força, a História Oral da ditadura civil-militar é uma ferramenta importante na luta contra o silenciamento.

## **1.2 Memória e História Oral da ditadura civil-militar**

Nossa pesquisa iniciou-se a partir da História Oral e durante nosso percurso ficou claro que esta seria a metodologia a ser utilizada, já que nossas fontes não estavam em documentos oficiais e era justamente esse apagamento que nos chamou a atenção como mulheres foram invisibilizadas pelo Estado e, até certo ponto, pela História. Então, por meio de entrevistas, espera-se reconstruir aspectos importantes desta experiência, trabalhar com memória e História Oral da ditadura civil-militar já é, por si só, um trabalho delicado por muitas vezes estar ligado ao trauma vivido pelas vítimas. No nosso caso, além do trauma que exige um cuidado maior nas entrevistas, temos também o fato de que nossas entrevistadas não estavam habituadas a falar, esse exercício de lembrar e contar foi importante não só para a pesquisa, mas para elas, respeitando claro, o direito ao silêncio quando este era escolhido. Tal aspecto foi identificado durante as entrevistas, algumas de nossas entrevistadas falaram com mais tranquilidade por estarem habituadas a tratar de suas memórias, já para as mulheres que não contaram com nenhum tipo de espaço de escuta ou acolhimento, tocar no assunto era difícil, além da grande dificuldade que elas tinham de lembrar e conectar certas lembranças.

Aqui buscamos trazer alguns autores que nos auxiliarão na escrita e na análise das fontes. Procuramos compreender, por meio das memórias, como as mulheres criaram suas próprias defesas e estratégias durante a repressão, não só para se proteger, mas para ajudar familiares presos. O compartilhamento de tais memórias trará a público aspectos, até então, desconsiderados da história recente do país.

Salvacati (2005) nos ajuda a compreender melhor a importância da História Oral na discussão sobre gênero, mostrando como ambas podem atuar lado a lado.

Desde os seus primórdios, a história oral e a história de mulheres têm mostrado significativas similitudes em seus propósitos e objetivos, bem como em seus campos de interesse. Ambas foram produzidas (ao menos no que se refere à sua disseminação mais ampla) pelos movimentos sociais

e políticos desenvolvidos a partir do final dos anos 1960. Em ambas, o estágio inicial foi dominado pela idéia de resgate de uma história oculta. Historiadores orais buscaram inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo”, enquanto feministas desejaram demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas. (SALVACATI, 2005, p. 29)

As mulheres, quase sempre excluídas de documentos escritos, que durante muito tempo era considerado a única fonte válida para a história, encontram na história oral uma possibilidade de serem ouvidas e vistas dentro dos processos históricos, aspecto presente em nossa pesquisa, que só encontrou as entrevistadas por meio de fontes orais, já que foram totalmente invisibilizadas em fontes escritas. “Mulheres, por si mesmas, falam mais diretamente” (DAVIS, 1976 *apud* SALVACATI, 2005, p. 30), as fontes orais auxiliam nessa tarefa, podendo abranger novas questões como a função econômica feminina vida doméstica e as conexões existentes entre a vida pública e privada.

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos. (GLUCK, 1991 *apud* SALVACATI, 2005).

Sabemos que inicialmente a História Oral não foi aceita por suspeitarem de suas fontes, já que seriam fontes demasiadamente subjetivas. De acordo com Salvacati, no início:

(...) a natureza das entrevistas, específica, individual, emocional e volátil, foi considerada uma limitação, um problema que poderia ser superado por meio de um cauteloso escrutínio convencional e histórico dos testemunhos recolhidos (verificar se o conteúdo da entrevista era “verdadeiro”, comprovado por outras fontes. (SALVACATI, 2005, p 33)

Atualmente a história oral já possui credibilidade e é de total conhecimento que tal metodologia se apoia na escrita de uma história pouco conhecida, abrangendo o que não está em documentos escritos. É ela que proporciona um espaço de escuta, leia-se bem, espaço de escuta e não de fala, pois cabe a nós historiadores e pesquisadores que utilizam-se da história oral compreender que lhes damos ouvidos, jamais falamos por elas. Em nossas fontes, por exemplo, o que lhes falta é esse espaço, um espaço já conquistado por homens, por mulheres militantes,

mas que ainda necessita de uma abrangência e aceitação maior para abraçar narrativas de personagens ainda não ouvidos. Não nos faltam fontes sobre o período, nos falta a atenção, muitas vezes, de perceber que ainda há grupos que não foram reconhecidos como vítimas, que não se enxergam como resistência e que precisam deste espaço de escuta, tanto quanto a história precisa deles.

En entrevistas abiertas de historias de vida, la construcción de la narrativa ligada a la memoria ocurre de diferentes formas: a veces, una pregunta en apariencia ingenua desencadena anécdotas y rememoraciones de épocas y vivencias pasadas. Otras, los recuerdos surgen sin asociaciones, como acontecimientos cruciales que se tornaron puntos de inflexión con el correr de los años. El recuerdo de una experiencia personal o vivida por parientes o amigos cercanos puede narrarse de modo que lo personal y la historia del país se tornen una unidad indisoluble, una misma historia. (JELIN, 2017, 250)

Foi no ano de 1980 que ocorreu uma mudança na forma de encarar as fontes orais, a subjetividade antes tão julgada, agora era vista como um ponto forte a ser explorada, uma nova abordagem na pesquisa histórica. Além de dar atenção ao que é dito, passou-se a perceber também em como é dito, como as histórias são narradas e como a divisão de gênero atua sobre essas narrativas (SALVACATI, 2005). Nesse ponto podemos citar a autora Elisabeth Jelin (2011), de acordo com a autora as mulheres narram a partir de seu papel tradicional ligado diretamente às suas relações familiares. Ela continua assinalando que mulheres e homens contam histórias de pontos de vista diferentes:

Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de «otras» experiencias además de las dominantes (en primer lugar masculinas y desde lugares de poder). Entran en circulación narrativas diversas: las centradas en la militancia política, en el sufrimiento de la represión, o las basadas en sentimientos y en subjetividades. Son los «otros» lados de la historia y de la memoria, lo no dicho que se empieza a contar. (JELIN, 2002. p. 111)

Em nossas entrevistas é notável como as mulheres estão sempre buscando o cuidado com o outro, se for a esposa é cuidado com o filho ou marido, se for a filha o cuidado com os irmãos e a preocupação com os pais. Ao contar a sua história é visível a importância do outro na fala. Salvacati (2005) comenta que algo que a impressionou foi a semelhança entre as memórias das *partisans* (mulheres da resistência) italianas entrevistadas por Alessandro Portelli e as memórias das mulheres que ela entrevistou no Kosovo. Ambas demonstram que o ato de cuidar do

outro, de protegê-lo tem sido reivindicado como um desempenho de resistência exclusivamente feminino. Portelli comenta que Carla Capponi, uma antiga *Partisan*, enfatiza as atividades que ela realizou – como outras mulheres – reconhecendo o valor e a dignidade, a coragem e a força nesses atos, todos aspectos marcados pela especificidade de ser mulher (SALVACATI, 2005).

Trabalhar com esse tipo de relato exige responsabilidade e um grau de cuidado, pois são, em sua maioria, memórias traumáticas de mulheres que não estão habituadas a falar. Portelli (1997) aborda as responsabilidades que seguem a História Oral. De acordo com o autor, assim como qualquer pesquisador, quem segue tal metodologia também precisa estar atento às normas, às informações, aos resultados, sejam eles esperados ou não. Pois, como participantes do processo de fazer a História, é necessário ter em mente um posicionamento ético com as fontes, com os métodos e com as consequências mais amplas do que pode vir a surgir com a pesquisa.

A questão do distanciamento ou não distanciamento do historiador, a presença ou não de subjetividade e a relação entre passado e presente sempre geraram debates, como aponta Loriga:

Há muito tempo, a questão do eu do historiador persegue os historiadores. Por um lado, ela está ligada ao problema do *pathos*. Qual é a distância correta em relação ao passado? O historiador deve cultivar uma atitude fria ou, ao contrário, deve procurar identificar-se ao passado? Afora isso, essa questão remete ao problema da relação entre a história e o presente. É possível separar-nos do presente para apreendermos o passado, na sua alteridade, ou estamos sempre projetando sobre o passado os nossos próprios fantasmas, interesses e preconceitos? Podemos pensar da mesma forma que no passado? Tornar-nos contemporâneos dele? (LORIGA, 2012, p. 248)

Ao tratarmos de ditadura civil-militar e memória entramos na discussão sobre um possível distanciamento que o historiador deve ter, tal distanciamento é defendido pelo autor Carlos Fico em seu artigo *Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina*.

Os comprometimentos políticos, éticos e morais que cercam a atuação profissional dos historiadores que lidamos com a violência não devem encobrir a necessidade de distanciamento histórico – não no sentido de um objetivismo referido a pretensões de neutralidade, mas tendo em vista um esforço de objetividade que precisa ser revalorizado. (FICO, 2013, p. 241)

Caroline Silveira Bauer (2017) questiona esse distanciamento “(...) ao longo

de seu texto, não é explicitado de que forma se encontraria o meio-termo entre o distanciamento necessário e o impossível objetivismo visando à neutralidade” (BAUER, 2017, p. 55). Concordamos com o questionamento da autora, e pontuamos a importância de um posicionamento claro do historiador, não se trata de tratar testemunhos como verdade absoluta, sem nenhum questionamento, mas, como sugere Paul Ricoeur:

O contrário da fiabilidade [...] não é a dúvida no sentido estritamente epistêmico do termo, mas a suspeição. A questão da verdade, com efeito, tornou-se a de veracidade. Nós podemos sempre, no limite, opor um testemunho a outro testemunho. Esta distância insuperável entre veracidade-fiabilidade e verdade-prova faz da fidelidade um elemento especial da verdade. O acreditar *em* acompanha o acreditar *que*. Da mesma forma, a oposição verdadeiro-falso se duplica na oposição confiança-suspeita. O empreendimento corretivo da história não abole a suspeita de que se pudesse ser enganado por algum falso testemunho. Assim, a verdade, em história, continua em suspenso, plausível, provável, contestável, enfim, em contínuo curso de reescrita. (RICOEUR, 2012, p. 331)

Como aponta Bauer (2017), é importante salientar que não é necessário que os testemunhos sejam encarados como uma realidade, já que são constituídos por memórias e esquecimentos. Portelli (1997) comenta a importância de seguir as diretrizes profissionais, para ele o compromisso principal ainda é a honestidade e o respeito com os (as) entrevistados (as) e com o material obtido. As memórias tornam-se concretas quando verbalizadas, trata-se de um processo individual, mas que ocorre em um meio social, mas mesmo assim, em hipótese alguma, ela pode ser idêntica a outra (PORTELLI, 1997).

O autor evita o termo “memória coletiva”, pois diferente de outras áreas a História Oral não se apresenta como um algo completo e igual, as memórias podem ser comparadas mais a uma colcha de retalhos, diferentes entre si, mas ao final formam um todo coerente. Algo que podemos observar muito bem ao entrevistarmos uma vítima da ditadura civil-militar, por exemplo, normalmente são memórias únicas e quase sempre não estão “organizadas”, mas são como uma colcha de retalhos. Ao analisarmos o todo podemos perceber sua coerência e, como a fala contribui para o próprio entendimento do (a) entrevistado (a) em relação as suas memórias.

Na memória oficial da ditadura civil-militar, as mulheres não militantes ainda não são tão discutidas, mas suas trajetórias auxiliam na compreensão desse período, trazendo novos detalhes e perspectivas que nos ajudam a entender como a

repressão atravessou a vida de diversas pessoas e como ainda marca a memória de muitas, mesmo as que não estiveram participando de grupos ou movimentos de resistência organizados.

Portelli (1997) destaca também o respeito pelo (a) entrevistado (a), não tratá-lo (a) como herói ou tirano, mas compreender que cada entrevista é única, que cada memória pode ter sido moldada pelo tempo, pelo contexto e, que cada entrevista enriquece nossa experiência como pesquisador. A História Oral tem um papel fundamental quando enxergamos nela a possibilidade de gerar um espaço de escuta para quem antes nunca foi ouvido ou questionado sobre suas experiências de vida. Para historiadores que trabalham com a temática ditadura, é possível compreender como cada fala agrega não só à pesquisa, mas também ao papel de pesquisador e historiador.

A História Oral demorou um pouco para ser “aceita” na academia, por conta da discussão do distanciamento em relação às fontes, por exemplo. Mas acreditamos que junto com o papel de historiador, crítico e ético vem também o papel social de deixarmos claro nosso posicionamento. Aquele pensamento positivista já não cabe mais aqui, principalmente num contexto onde a democracia precisa ser defendida todos os dias. Para quem trabalha com a temática ditadura, é possível notar a importância do ato de ouvir. A cada fala, a cada memória que é costurada com a outra, vamos contribuindo para uma consciência maior sobre o passado, sobre si mesmo e sobre a História.

La narrativa personal es necesariamente un relato en primera persona, que transmite a otros la experiencia vivida por el sujeto. No consiste en rescatar o extraer algo que está cristalizado y guardado en el interior de una persona, sino en generar una construcción cultural en un momento – que, a su vez, condensa una multiplicidad de temporalidade – y un contexto de interacción con numerosos “otros”. (JELIN, 2017, 245).

Outro autor importante para a discussão acerca da memória é Michael Pollak (1989), a partir da análise de relatos dos excluídos e marginalizados, o autor aponta para a existência das chamadas “memórias subterrâneas”, rivais das “memórias oficiais”. “Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p. 4), essas memórias dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, muitas vezes, são reveladas através da história oral, como no caso desta pesquisa. Sem documentações oficiais, a experiência vivida durante a repressão encontra-se

apenas nas memórias dos familiares. Mais do que mostrar como a repressão atuou na vida das mulheres, busca-se também discutir como elas tiveram suas vozes silenciadas, muitas vezes, pelos próprios companheiros nos movimentos de esquerda.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p. 5)

Em relação às nossas entrevistadas é interessante ressaltar que, em alguns casos, apesar de nunca terem falado publicamente sobre suas memórias, dentro da família essas memórias eram compartilhadas, como no caso das mulheres osasquenses, entrevistadas por Marta Rovai (2013). Suas lembranças permaneceram adormecidas, permanecendo subterrâneas, “não no sentido dormente e latente, mas na condição do que Luísa Passerini chamou de *fiume carsico* (rios subterrâneos) ou *memoria di cucina*<sup>7</sup>, trocada continuamente nos espaços da casa e da família, e cada vez mais, lado a lado com seus companheiros e filhos (ROVAI, 2013 p. 127)”. Tais histórias demonstram que não foram motivações políticas ou militâncias que pautaram suas atitudes, mas um ativismo emocional, nascido de um afeto por seus parentes, um ativismo não menos importante que o da militância ideológica (ROVAI, 2013).

[...] postmemory is not an identity position but a generational structure of transmission embedded in multiple forms of mediation. Family life, even in its most intimate moments, is entrenched in a collective imaginary shaped by public, generational structures of fantasy and projection and by a shared archive of stories and images that inflect the transmission of individual and familial remembrance. (HIRSCH, 2012, p. 35)

De acordo com Hirsch (2012), os perseguidos, presos ou qualquer outra vítima deixaria para seus descendentes um legado de experiência traumática, nem

---

<sup>7</sup> De acordo com Rovai (2013) esse termo foi utilizado e explicado por Luísa Passerini no curso *Memória e Subjetividade*, ministrado na Universidade de São Paulo, entre os dias 8 e 10 de agosto de 2011. Para Passerini, tal termo expressaria melhor a memória viva e contínua do que o termo “memória subterrânea”, utilizado pelo autor Michael Pollak.

sempre de modo consciente, através de relatos, comportamentos e objetos. Essa transmissão pode ocorrer através da negação, do silenciamento ou da ocultação de conteúdos relacionados ao trauma, que são revelados parcialmente em frações.

As contribuições de Elisabeth Jelin (2002) também serão importantes na condução da pesquisa, notadamente ao tratarmos das especificidades das memórias das mulheres, assim como Dora Schwarzstein, que nos auxiliará a compreender o trato de memórias traumáticas (2001). Por depender de fontes orais, de memórias pessoais, e tratando-se da temática da ditadura civil-militar, muitas vezes, de memórias traumáticas, as entrevistadas podem se posicionar de forma relutante à ideia de compartilhamento dessas lembranças. É comum encontrar certa resistência às entrevistas, pois além de vivermos num período onde o negacionismo se fortalece, ainda é preciso lidar com práticas de silenciamento e esquecimento, adotadas pelo regime e presentes até hoje. Além disso, trata-se de mulheres que não estão habituadas a falar sobre essas experiências, sem falar no fato de que elas não se enxergam como parte da resistência, isto é, não foram valorizadas enquanto sujeitos políticos. Jelin aponta como diferentes narrativas podem ter olhares diferentes sobre um mesmo período, levando em conta a classe, a idade, o gênero e o momento da vida em que os acontecimentos ocorreram (JELIN, 2017).

Assim, colaborando com o objetivo da pesquisa, a História Oral pode contribuir com a construção de uma consciência histórica, auxiliando na luta contra o esquecimento e o silenciamento, como aponta Schwarzstein (2001). As fontes orais possuem um papel extremamente importante no que tange à reconstrução da trajetória dessas mulheres. A memória feminina clandestina, ignorada ou proibida durante o governo militar hoje busca o espaço público e assume uma disputa com outras falas, que até então trataram de desqualificá-la (ROVAI, 2013). Como aponta Portelli (1998), “não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles”. Um exemplo disso é como uma de nossas entrevistadas trouxe sua perspectiva acerca da liberação de seu marido, contando sobre sua participação nesse processo, algo que o companheiro ocultou durante anos, ignorando totalmente os atos de sua esposa.

Desse modo, as entrevistas se apresentam como uma contribuição significativa para pesquisas futuras. Um passo então se mostra necessário: analisar as entrevistas e levar em conta a relação com o atual contexto político, pois a

“relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial, inclusive quando se trata de memória e de passado” (LABORIE, 2009, p.81), e como aponta Schwarzstein (2001, p. 75) “La memoria actúa en el presente para representar el pasado. Esa representación es extremadamente compleja, no es una simple reproducción, sino una interpretación.” Ao discutirmos como discursos revisionistas e negacionistas influenciam o trato com a memória da ditadura civil-militar, nos debruçamos a falar sobre algo que atravessa toda a trajetória de nossa pesquisa, iniciada perto das eleições de 2018.

## **CAPÍTULO 2**

### **Os “nãos” também possuem um significado**

Desde o início da pesquisa encontramos uma grande dificuldade em convencer as mulheres a compartilhar suas memórias. No subcapítulo seguinte vamos nos aprofundar na razão desses “nãos”, no momento, queremos ressaltar que muitas dessas mulheres ainda não se sentem à vontade para falar sobre suas experiências durante a repressão, mas também o fato de que ninguém havia se proposto a escutá-las, e, além de escutar, compreender o papel histórico que elas tiveram.

Além disso, levamos em conta o contexto político atual e como vivenciamos as dificuldades de se trabalhar com história oral da ditadura quando o próprio presidente declara simpatia ao período. Entendemos que esses “nãos” também nos trazem reflexões, como aponta SCHWARZSTEIN “Las memoria del sobreviviente incluye tanto experiencias históricas como memoria. Incluso los silencios son parte (SCHWARZSTEIN, 2001, 78)”. Ao receber um “não” por conta do medo, percebemos a importância de discutir esses silêncios que também fazem parte da história.

#### **2.1 Revisionismo, negacionismo e a história oral da ditadura.**

Num primeiro momento, buscamos realizar entrevistas com esposas de militantes presos em Rio Grande. A partir do relato de Edith Teixeira Espíndola, companheira de Nailem Teixeira Espíndola, procuramos estabelecer contatos nos sindicatos locais. Com o auxílio de Edgar Ávila Gandra, pesquisador da história do movimento operário na cidade de Rio Grande, foi possível contatar antigas lideranças sindicais. Porém, era necessário chegar aos homens para, então, contatar as mulheres. Estas primeiras incursões foram infrutíferas, não se sabe se as mulheres negavam-se a falar por medo ou se os companheiros nem ao menos chegavam a contatá-las. Estávamos – e ainda estamos - vivendo num período político conturbado, naquela época, em meio às eleições de 2018, enxergávamos claramente um avanço da extrema-direita e do negacionismo no país.

É importante aqui deixarmos registrado o significado do termo negacionismo e sua diferenciação em relação ao revisionismo. O historiador Odilon Caldeira Neto (2009) apresenta o surgimento do negacionismo após o fim da Segunda Guerra

Mundial, sendo uma expressão do anti-semitismo da extrema-direita que tentava negar fatos já documentados, como por exemplo, a negação da existência das câmaras de gás.

Pierre Vidal Naquet, autor de “Os assassinos da memória” estabelece como marco fundador do negacionismo, enquanto prática de falsificação histórica, as atividades provenientes de “A velha Toupeira” (La Vieille Taupe), uma livraria – depois editora – de orientação “anarcomarxista”. Foi, portanto, no seio desta livraria-editora que nasceram as primeiras publicações de cunho negacionista. O negacionismo, como aborda Vidal Naquet, não surge propriamente dito com o discurso de negação completa do Holocausto. Em um primeiro momento, o que ocorre é uma redução do número de vítimas, para uma conseguinte relativização do caráter nefasto do Holocausto para, daí sim, a defesa da idéia da inexistência das câmaras de gás, do uso de Zyklon-B ou mesmo do programa de eliminação de “indesejáveis” ao nazismo. (NETO, 2009, p. 1107)

Não demorou para que o pensamento negacionista chegasse a outros países, incluindo o Brasil. De acordo com Neto (2009), o negacionismo se popularizou a partir do fim dos anos 1970. Em meados de 1977, jornais de grande circulação no país como O Globo, Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo abriram espaço para um debate focado no livro de David Irving, *Hitler's War*. Neste livro, o autor afirmava que Hitler era inocente em relação ao Holocausto (NETO, 2009). O livro chamou atenção, e em 1988 Werner Nehab lança *Anti-semitismo, Integralismo, Neo-Nazismo*, o que supostamente seria a primeira aparição pública do negacionismo no Brasil (Neto, 2009). No entanto, o surgimento de teses negacionistas de autores brasileiros data exatos dez anos após as discussões sobre o livro *Hitler's War* (Neto, 2009).

Cabe ressaltar a diferença entre negacionismo e revisionismo, já que muitas vezes são confundidas principalmente quando falamos de ditadura:

É importante explicitar que em inúmeros casos tampouco a argumentação *revisionista* é baseada em ‘premissas teóricas e historiográficas legítimas’, já que, apesar de não haver negação dos fatos históricos em si, se desconsideram as especificidades e os contextos históricos de modo a favorecer determinados posicionamentos ideológicos do presente, muitas vezes em total negligência da lógica histórica do período estudado – por exemplo, a relação estabelecida por Ernst Nolte entre o nazismo e sua política de extermínio como reação ao bolchevismo ignora o fato, ressaltado por muitos autores, de que os fundamentos originários desta política são bem anteriores à eclosão da Revolução Russa. Nesse sentido, também muitas interpretações *revisionistas* violam princípios metodológicos da historiografia em nome de propósitos ideológicos – talvez o façam, no entanto, de forma mais sutil do que os *negacionistas*, através de subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhes uma fachada de maior respeitabilidade teórica. Todavia, a distinção entre

*revisonismo* e *negacionismo* é pertinente e deve ser salientada. É adequado, portanto, considerar o *negacionismo* como uma variante minoritária do *revisonismo histórico*. (Soutelo, op. cit., p. 100 *apud* MELO 2013, p. 58).

Somando o contexto atual de negacionismo e revisionismo - trabalhar com História do Tempo Presente se mostra ser uma tarefa difícil, mas percebemos também que essa pesquisa pode refletir nas vidas das mulheres que entrevistamos ao se enxergarem como protagonistas de suas histórias e não mais coadjuvantes na trajetória do marido ou pai. Há uma diferença na valorização do papel do homem militante, da mulher militante e das esposas e filhas, tornando assim, um desafio histórico trazeremos as memórias e as vivências dessas mulheres para o centro da História. Entre as nossas entrevistadas foi relatada, inclusive, a dificuldade de também se ver como vítima da repressão, além disso, uma delas comentou sobre a presença de negacionistas dentro da família, que enxergam os perseguidos e presos pela ditadura como bandidos que tiveram o que mereciam.

Desde o início do estudo foi necessário lidar com certas dificuldades na captação de entrevistas, uma destas dificuldades, talvez a principal, diz respeito a presença do medo entre possíveis colaboradoras, a tarefa mais complicada foi convencer essas mulheres a darem seu testemunho. Nestes casos, respeitamos a decisão do não compartilhamento das memórias, mas podemos perceber como o medo tem sido o grande responsável pelos “nãos”. Uma das mulheres procuradas se negou a dar entrevista, pois sentia medo de falar no atual contexto político do país.

A influência de discursos que ainda tratam da ditadura civil-militar como “revolução” ou “defesa da família e do país perante a ameaça comunista” se tornou mais forte ainda a partir da campanha e vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais em outubro de 2018. Alessandra Gasparotto (2018) discute sobre as dificuldades do trabalho com a história oral no atual contexto político, a autora coloca que ao conversar com colegas da área descobriu como a decisão, por parte de possíveis entrevistados, de não falar sobre o período se tornou frequente, tendo em vista o clima autoritário pelo qual passa o Brasil.

De acordo com Pollak (1989), para relatar um sofrimento, é preciso que a pessoa encontre, primeiramente, alguém que a escute, e as condições de escuta podem variar com o tempo e com o lugar. Para Schmidt:

(...) a memória, também nos ensinou Halbwachs, ancora-se em quadros sociais, em grupos que a suportam, deslegitimam ou fazem esquecer determinadas vivências: a família, os amigos, os companheiros de geração, a organização política, a nação. Cada vez mais fomos aprendendo que tais grupos não são estáveis, homogêneos e dados de antemão, mas sim evitados de disputas que os constituem e estabelecem, a cada momento, os limites do “lembrável” e do “dizível”. (SCHMIDT, 2017, p. 24)

Gasparotto (2018) discute sobre essas “condições de escuta” no Brasil. De acordo com a autora, é necessário pensar sobre as temporalidades implicadas na escuta e na transmissão de memórias. A memória, sendo uma reconstrução do passado feita durante o presente, quando se trata da ditadura civil-militar, falamos de uma memória que ainda não acertou com o presente, ainda há falas muito fortes que questionam e negam o passado ditatorial do país. A condição de escuta, citada por Gasparotto (2018), atualmente se mostra difícil, já que narrativas negacionistas e revisionistas atuam quase que livremente, sendo reproduzidas até mesmo por representantes do povo. Nesse caso, torna-se difícil obter fontes orais, pois quando até mesmo o presidente atual se mostra simpático e tem um torturador como herói, outras pessoas se vêem representadas em tais discursos e aptas para reproduzi-lo, o que aumenta o medo, por parte das vítimas da ditadura, de falar sobre o passado.

As memórias da ditadura civil-militar ainda se encontram em um campo de disputa, mesmo vivendo em uma democracia, o passado se faz presente em discursos autoritários que querem nos fazer crer que o Golpe civil-militar de 1964 foi positivo para o país. Portelli (1996) comenta sobre como é necessário também analisarmos as memórias com cuidado, pois além de carregarem traumas carregam também ideologias.

É exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política. As narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não só podem, como devem ser entendidas criticamente (PORTELLI, 1996, pg. 108).

Como aponta Bauer e Conte (2018), após 1988, constantes negativas por parte do Estado em assumir a responsabilidade pelas mortes geradas pela ditadura reafirmaram o silenciamento como uma política de Estado. De acordo com as mesmas autoras, foi a partir dos anos 2000 com a Comissão Nacional da Verdade e com a Clínica do Testemunho que surgiu um espaço para testemunhos do que foi vivido, mas que ainda não era dito e conhecido. Porém, esses espaços não existem

mais, a Comissão Nacional da Verdade, mesmo com seu relatório, não foi o suficiente para acabar com o negacionismo e o silenciamento que vem crescendo no país, principalmente quando ancorados em figuras políticas que não titubearam em deixar clara sua posição a favor do Golpe.

A figura do militar como uma espécie de salvador para a crise ressurgiu e ganhou muitos simpatizantes (além dos que sempre se mostraram nostálgicos em relação ao período ditatorial). Napolitano comenta sobre o retorno desse grupo para cenário político atual:

Dans la crise actuelle, les forces armées s'étaient cantonnées à un rôle discret et respectueux du cadre constitutionnel, en dehors de quelques manifestations ponctuelles d'officiers supérieurs hostiles à la gauche. Cette position a changé en avril 2018, à la veille du jugement par la Cour suprême brésilienne (Supremo Tribunal Federal - STF) de Luís Inácio Lula da Silva. Des généraux d'active ont fait irruption sur la scène politique : ils ont exercé une pression sur les juges pour qu'ils refusent l'*habeas corpus* à l'ancien président, permettant son emprisonnement immédiat. Ce « nouvel » acteur dans l'actuelle crise politique ne fait qu'ajouter à la confusion, car c'est en réalité un vieux fantôme : celui qui a permis l'intervention militaire dans la vie politique. Il semble rouvrir une page sombre de l'histoire du Brésil que l'on croyait à jamais refermée. (NAPOLITANO, 2018, p. 2)

Pensando mais sobre essa questão, Bauer (2019) analisa os usos do passado ditatorial na política atual. A autora se baseia na ideia de que o presidente Jair Bolsonaro, como militar, faz parte de uma “comunidade de memórias” sobre a ditadura e, como ele elaborou, uma espécie de história memorial que acabou ganhando estabilidade com o tempo. Uma das finalidades desse uso seria uma resposta para a crise econômica, social e política vivida no país, numa tentativa de recuperar uma identidade nacional (HARTOG; REVEL *apud* BAUER, 2019). A autora aponta que a memória também sofre alterações dependendo do contexto atual, e interage com as preocupações e interesses políticos:

Sabemos que la memoria social es un proceso de construcción que registra, recalca, incluye y excluye recuerdos y olvidos, organizándolos y seleccionándolos. Es necesario jerarquizar acontecimientos, fechas y personajes; y esta jerarquización sufre cambios a lo largo del tiempo, puesto que la memoria responde, en parte, al tiempo presente de la articulación, y se relaciona con los intereses políticos y personales de su momento. (BAUER, 2019, p. 38)

O processo de transição para a democracia não conseguiu alterar certos significados atribuídos ao passado e os relatos das Forças Armadas, mesmo com investigações, entrevistas e reportagens (BAUER, 2019). Dessa forma, essa história

que tem coesão e estabilidade, faz das Forças Armadas uma “comunidade de memórias”, “en cuyas representaciones del pasado los acontecimientos tienen menos importancia que las emociones que despiertan” (BAUER, 2019, p. 41). O principal argumento, de acordo com Bauer, repousa na tentativa de igualar a violência do Estado e a violência revolucionária, baseando-se no “estigma da cordialidade” (IOKOI, 2009 *apud* BAUER 2019), com o objetivo de neutralizar disputas através de representações conciliadoras do passado. Bolsonaro incorporou os valores das Forças Armadas, um “senso de pertencimento” foi alimentado, não só no caso do presidente, mas é algo que faz parte da formação de uma identidade militar.

De acordo com Bauer (2019), nesses últimos anos o passado ditatorial brasileiro tem ocupado mais espaço no debate público, em parte por conta dos efeitos residuais da ditadura, como a impunidade. A autora (2019) aponta como Bolsonaro nunca escondeu a sua nostalgia pela ditadura, o seu negacionismo, ao realizar apologia à ditadura, carrega junto um apreço pelas hierarquias, autoridades, práticas de controle e repressão, onde as minorias possuem um papel preestabelecido e imutável. Desse modo, ele convence seu eleitorado de que as minorias estariam roubando o espaço do verdadeiro “brasileiro”.

(...) defiende que hay que recuperar el sentimiento de unidad, continuidad y coherencia que se han “fragilizado” con el reconocimiento de la diversidad existente en Brasil. Por eso, el apelo al nacionalismo y AL patriotismo por medio de las Fuerzas Armadas y de Bolsonaro como figuras leales a la nación, utilizando el esencialismo para definir qué es ser brasileño. (BAUER, 2019, p. 48)

Essa onda revisionista liderada principalmente por Bolsonaro, desde quando era deputado, traz consigo simpatizantes da extrema direita. Com esses discursos sendo fortalecidos, acabamos percebendo duas respostas durante a pesquisa: o não e o sim. O *não* pelo medo e talvez pelo machismo – como trataremos a seguir – e o sim, muitas vezes, motivado pela luta contra o silenciamento e o negacionismo.

O autor Marcos Napolitano discute a existência de algumas vertentes da extrema direita que se utilizam desses discursos negacionistas:

a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (NAPOLITANO, 2015, p. 26)

Essa onda revisionista liderada principalmente por Bolsonaro, desde quando era deputado, traz consigo simpatizantes da extrema direita.

É necessário, claro, levar em conta a carga da dor que impede algumas mulheres de falar, e, não queremos entender essas negativas como uma fraqueza, de forma alguma.

Tratam-se de memórias difíceis que carregam consigo traumas que muitas vezes nunca foram falados ou discutidos em voz alta por elas, não se teve um apoio profissional de qualquer tipo para auxiliá-las a compreender seu lugar de vítima da repressão da ditadura e como resistência, ao continuarem ao lado de seus companheiros e família.

### **2.1.1 A clínica do testemunho**

O recorte espacial da pesquisa esteve, inicialmente, circunscrito à cidade portuária de Rio Grande, sul do estado gaúcho. No passado, a localidade era conhecida pela presença de um forte movimento sindical que, inclusive, num primeiro momento, ensaiou uma resistência ao Golpe civil-militar de 1964. As ações de um operariado mobilizado e a própria repressão estatal, após 1964, parecia apontar para uma presença política feminina que, embora subterrânea, poderia ser trazida à luz. A negativa por parte de várias pessoas, possíveis colaboradoras, interditou esse trajeto. Procurando ampliar o espaço de interlocução, passamos a trabalhar com a Região Sul do Estado, neste caso, partia-se da ideia de uma fronteira com suas rotas de fuga, por onde circulavam os perseguidos pelo regime. Porém, ainda sim, não conseguimos estabelecer conversas e entrevistas, de modo que a pesquisa continuava interdita.

A dificuldade de acessar essas “memórias subterrâneas” colocou, em vários momentos, a pesquisa sob suspensão. Foi necessário fazer outro percurso, ou melhor, avançar na investigação deixando de lado ideias preconcebidas. Assim, optamos por ir definindo os recortes, inclusive o espacial, a partir das descobertas

feitas ao longo do percurso da pesquisa, isto é, a partir das memórias das mulheres que viveram aquele período. As leituras teóricas e historiográficas, certamente continuavam fundamentais, mas enquanto recurso heurístico, isto é, favorecendo e não determinando o diálogo com as fontes, no caso, com as pessoas.

Foi através de uma professora que chegamos a Bárbara Conte<sup>8</sup>, psicanalista e Coordenadora do Projeto Clínicas do Testemunho (2013/2015), projeto que tomamos conhecimento ao entrar em contato com ela. Esse projeto integrava a política de reparação firmada pela Comissão da Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, e iniciou suas atividades em 2013. Seu objetivo era atuar como um trabalho de intervenção em reparação psíquica destinado a vítimas da repressão (CLÍNICA DO TESTEMUNHO RS E SC, 2018).

Como aponta Bauer e Conte (2018), após 1988, constantes negativas por parte do Estado em assumir a responsabilidade pelas mortes geradas pela ditadura reafirmavam o silenciamento como uma política de Estado. De acordo com as mesmas autoras, a partir dos anos 2000 com a Comissão Nacional da Verdade e com a Clínica do Testemunho foi criado um espaço para testemunhos e depoimentos do que foi vivido, mas ainda não era conhecido ou dito. Como afirma Bauer (2019) a memória sobre a ditadura constitui-se em uma luta constante (2019).

A Clínica do Testemunho atuava por meio de editais, a edição 2016/2017 se desenvolveu em quatro estados do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul o projeto foi sustentado pelo Instituto APPOA – Clínica, intervenção e pesquisa em psicanálise, com auxílio institucional da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.

O projeto atuava com atendimento clínico individual e em grupo, para atender anistiados e familiares. Além disso, foram oferecidos também cursos de formação para profissionais que lidavam com os efeitos da violência pelo Estado e interessados na temática (CLÍNICA DO TESTEMUNHO RS E SC, 2018). Eram organizados cursos e seminários, ocorriam também conversas públicas, para debate sobre o tema e compartilhamento de experiências.

O projeto foi extinto, mesmo assim, os participantes do projeto continuam atuando. Duas mulheres, Maria Luiza e Helena, que participaram da Clínica do

---

<sup>8</sup> Psicanalista; Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri; Membro do Projeto Clínicas do Testemunho. Instituto APPOA; Coordenadora do Projeto Clínicas do Testemunho-SIG (2013/2015); Membro da Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (2014/2016)

Testemunho nos concederam entrevistas, inclusive, uma delas, nome, escreveu um livro sobre a história do pai, perseguido e preso pelos militares. Assim, por meio das conversas públicas, quem se sentia confortável em compartilhar suas memórias utilizava o espaço para lutar contra o silenciamento, assim foi possível avançar na pesquisa, elegendo fatos e representações, bem como contatando possíveis colaboradoras, utilizados para a feitura de nossa narrativa. Conhecer Maria Luiza e Helena foi importante não só para a realização da pesquisa, elas abriram portas para conhecermos outras mulheres que esperamos conhecer, nos mostraram também a necessidade e a importância de continuar a pesquisa, mesmo com tantas dificuldades.

Como veremos mais adiante, a Clínica do Testemunho foi essencial para que as nossas entrevistadas pudessem compreender melhor as experiências traumáticas do período ditatorial. Muitas vezes não se sentiam à vontade para falar sobre, ou só se sentiam seguras ao compartilhar tais memórias com a família - os chamados “rios subterrâneos” nas palavras de Luisa Passarini.

A princípio os organizadores do projeto esperavam uma grande procura, porém logo tiveram suas expectativas frustradas ao perceberem que as pessoas não queriam participar de um projeto financiado pelo Ministério da Justiça. As pessoas afetadas pela violência do Estado receberiam a contrapartida pelo mesmo agente que, no passado, foi causa de seu sofrimento o Estado que agrediu e perseguiu é o Estado que estava financiando o projeto. Assim, foi necessário que eles se apresentassem como profissionais, como uma instituição autônoma e não como Estado.

As primeiras atividades realizadas foram as reuniões públicas com historiadores, filósofos e psicanalistas para falar sobre o período, trabalhando a questão da memória a partir daí apresentavam o projeto e falavam da importância do testemunho. É importante citar a experiência do projeto no Rio de Janeiro, onde surgiram grupos de militares das forças armadas que sofreram violência de Estado. O projeto atendia apenas os perseguidos e afetados ligados à oposição, mas obteve uma autorização para trabalhar com esse grupo de maneira separada dos outros atingidos pela repressão.

No Relatório da Comissão da Verdade do Rio, há um registro da importância da Clínica do Testemunho para as vítimas. Nas palavras de Leo Alves Vieira, neto

de Mário Alves:

O testemunho tem um valor imenso para nós. Não é apenas um efeito terapêutico que ele traz, ainda mais quando o Estado nos ouve e isso é publicado para a sociedade que, por sua vez, vira também testemunha da história. Nossas demandas ao Estado são as da Justiça de Transição, nada além disso. (...) Nossas demandas são, por exemplo, criação dos centros de memória (...), a continuação da reparação terapêutica – de preferência com o aproveitamento da experiência do Clínicas do Testemunho, que se torne uma política de saúde – a revisão da lei de anistia para julgar aqueles que praticaram crimes de lesa humanidade (...).<sup>9</sup>

O projeto acabou não tendo mais editais, a Comissão de Anistia saiu do Ministério da Justiça e foi para o Ministério de Direitos Humanos, onde sofre diversos ataques. O trabalho de quem participou da Clínica do Testemunho agora é denunciar esse desmonte, as retiradas das poucas conquistas da execução do projeto e dar continuidade à justiça de transição. Na tentativa de realizar outras ações, se vincularam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, organizaram um curso online através da Universidade de La Plata, onde discutiram o que foi trabalhado no Brasil durante o desenvolvimento do projeto.

E o grupo de testemunhas agora são os protagonistas de sua história, promovem ações, debates, oficinas, sempre buscando mostrar o valor e o efeito da possibilidade de instituir a fala de quem esteve calado por tanto tempo, demonstrando também a reconstrução que isso promove. A partir disso, buscamos repensar a trajetória dessas mulheres familiares de militantes políticos, valorizando sua participação, ouvindo-as e auxiliando na luta contra o esquecimento e o apagamento de suas memórias.

A Clínica do Testemunho teve uma grande importância dentro da nossa pesquisa. Até meados de 2019 ainda estávamos em busca de mais entrevistas e encontrando diversos “nãos”. O apoio que a Clínica do Testemunho deu às nossas entrevistas possibilitou uma entrevista muito mais centrada, e, como já estavam habituadas a falar sobre suas memórias, com o auxílio profissional, vários detalhes já haviam sido lembrados, conversas dentro da família já haviam sido realizadas, o que possibilitou uma maior compreensão sobre suas trajetórias. Para, além disso, mesmo que a Clínica do Testemunho não esteja mais ativa, sua semente foi plantada.

Compartilhamos as palavras de Wolff (2015) ao afirmar que “Espero que

---

<sup>9</sup> Acervo CEV-Rio. Testemunho de Leo Alves Vieira. Audiência Pública “Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado”. 05/12/2014.

continuem tendo essa capacidade de fazer as pessoas compreenderem de uma forma mais profunda, não menos política, não menos “consciente”, que nunca mais podemos permitir que essas coisas aconteçam” (2015, p. 987). Em tempos tão difíceis, estimular a fala de vítimas da ditadura civil-militar é importante para que a memória não se perca em meio a tantos ataques.

## **2.2 O gênero e os “nãos”: as diferentes complexidades da narrativa feminina**

Neste subcapítulo pretendemos discutir como o debate de gênero se apresentou na busca por fontes. Desde a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso percebemos que seria difícil obter fontes orais, não só pelo contexto político, como discutido no subcapítulo anterior, mas porque ao falarmos de mulheres entramos em um recorte que ainda carece de debates mais aprofundados, e de personagens que ainda estão conquistando seu espaço dentro da História oficial.

Como dito, além do medo pelo atual contexto político, observamos também como os companheiros se colocam como porta-vozes das mulheres. No caso, tentamos entrevistar esposas de militantes presos em Rio Grande, a entrar em contato com eles recebemos as negativas. O questionamento que fica é se realmente as esposas desses militantes não estavam dispostas a dar entrevistas ou se eles mesmos tiraram o direito de escolha delas. Acreditamos que, mesmo se tratando da resistência, ainda assim, as mulheres eram desqualificadas, não só as esposas de militantes, mas as mulheres que participavam de guerrilhas, que pegavam em armas, também não eram bem vistas pelos homens.

Para Rovai (2013), a memória feminina clandestina, ignorada ou proibida durante o governo militar, hoje busca espaço e assume uma disputa com outros discursos, que até então, tratavam de desqualificá-la. Há um silêncio sobre as mulheres que foram até a capital para conseguir a libertação de seus companheiros em muitos casos, as próprias mulheres acabam por desmerecer suas vivências e memórias. Isso ocorre, muitas vezes, por conta da hegemonia do discurso masculino de que o lugar de poder no mundo político é dos homens (COLLING, 2004). Isso se torna um desafio: além de buscar suas trajetórias, fazê-las reverem sua própria história.

Não se trata de compreendê-las como uma oposição aos homens, ou apenas como submissas, como aponta Rovai (2013), mas sim, abordar as memórias que as

colocam, diversas vezes, lado a lado na luta. Uma de nossas categorias de análise envolve a discussão de gênero, nesse sentido, compartilhamos da compreensão de Scott (1995), ao entender que ele se relaciona com a maneira em que as diferenças são percebidas e reproduzidas culturalmente, quando se espera práticas e ações femininas/masculinas.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. (SCOTT, 1995, p. 86).

O feminismo, apesar de ser um movimento que busca a igualdade, ainda lida com muitas mulheres que acabam por reproduzir discursos de dominação masculina, resultado do histórico controle de um sexo pelo outro (COLLING, 2015). Identificamos que em uma entrevista, com Edith Teixeira Espíndola, ela se coloca em segundo plano, por tanto tempo observando seu companheiro ser ouvido e procurado para testemunhar por conta da prisão, ela não reconhece em si também uma resistência. Bourdieu (1995, p. 59 *apud* COLLING, 2015, p. 374) questiona: “Como reconstruir os olhos das mulheres, como tratar enquanto sujeitos de percepção essas mulheres que são sempre objetos de percepção – até para si próprias?” Segundo Rovai (2013), no caso das mulheres, os relatos orais se apresentam como uma maneira das mulheres entrarem na chamada “grande história”, onde geralmente foram ignoradas.

Além de tratar-se de uma luta por uma história democrática, trata-se também de auxiliar para que tais discursos de dominação não sejam mais compartilhados, e que as mulheres identifiquem-se também como parte da resistência e também como vítimas do Estado. Elisabeth Jelin (2002) levanta uma discussão sobre as diferenças entre as memórias femininas e masculinas, de acordo com a autora, existem evidências qualitativas que indicam que as mulheres tendem a lembrar-se de acontecimentos de forma mais detalhada, já os homens tendem a ser mais sintéticos em suas descrições (2002). A autora pontua que há uma característica especial na memória feminina no que se refere à repressão:

En el caso de las memorias de la represión, además, muchas mujeres narran sus recuerdos en la clave más tradicional del rol de mujer, la de «vivir para los otros». Esto está ligado a la definición de una identidad centrada en atender y cuidar a otros cercanos, generalmente en el marco de relaciones familiares. La ambigüedad de la posición de sujeto activo/acompañante o cuidadora pasiva puede entonces manifestarse en un corrimiento de su propia identidad, queriendo «narrar al otro» (JELIN, 2002, p.108)

Tal apontamento foi notado dentro dos testemunhos colhidos para a pesquisa, tanto esposas como filhas contam suas histórias a partir da preocupação com o outro, seja o pai, ou a mãe, o esposo, o irmão e irmã ou filhos.

Por não enxergarem uma resistência em sua trajetória, muitas vezes as mulheres optam também por não falar nesse caso, é necessário discutirmos o que seria a resistência. No caso de nossas entrevistadas, como não eram ligadas diretamente a nenhum movimento organizado, nem se guiavam por uma ideologia, era o laço com seu familiar perseguido ou preso que as fizeram sair do ambiente privado e ir para a vida pública em busca de justiça.

A resistência delas andou lado a lado com a emoção. Wolff (2015) discute sobre como afetos e emoções influenciam na cultura, na política tem surgido com um novo campo. De acordo com a autora, Michael Hardt e Patricia Clough (2007 *apud* WOLFF, 2015), lembram que tais estudos estão ligados aos estudos da teoria queer e aos estudos feministas, principalmente quando falamos de problematização do corpo, ou seja, tanto o gênero quanto a sexualidade, afetos, emoções, estão ligados na construção de uma subjetividade, nas políticas e na cultura (WOLFF, 2015). Jelin (2002) comenta sobre como a imagem de cada um sobreviveu ao período está ligada ao gênero “Los símbolos del dolor y el sufrimiento personalizados tienden a corporizarse en mujeres, mientras que los mecanismos institucionales parecen «pertener» a los hombres” (JELIN, 2002, p.99). Essa imagem ignora toda uma presença da mulher dentro da resistência à ditadura, limitando-as a uma imagem de fragilidade e impotência.

É importante distinguirmos a diferença entre afeto e emoção, de acordo com Paul Hoggertt e Simon Thompson “os afetos são aqueles sentimentos mais corporificados, menos conscientes, enquanto as emoções concernem os sentimentos mais conscientes, ancorados na linguagem e nos significados” (HOGGERTT, THOMPSON, 2012 *apud* WOLFF, 2015, p. 977). A autora Cristina

Wolff (2015), porém, comenta que é necessário pensarmos em tais sentimentos de uma forma conjunta:

Aqui, porém, talvez possamos pensar nesses sentimentos de maneira mais conjunta, tentando compreender a importância dessa dimensão da experiência e de como ela perpassa a cultura, os discursos, as práticas políticas, as subjetividades, para construir formas de resistência no contexto das ditaduras de segurança nacional, no Cone Sul, nas décadas 1970 e 1980. Afinal, como colocam Luc Capdevila e Frédérique Langue<sup>10</sup>, as emoções são um prisma privilegiado para a análise de como a sociedade e os indivíduos se relacionam com o passado e, ao mesmo tempo, elas nos permitem compreender, sob outra perspectiva, os sistemas políticos e suas dinâmicas, bem como as resistências e afetos que eles suscitam.(WOLFF, 2015, 977)

Os militares, com uso da mídia, vendiam uma imagem falsa de um país próspero e seguro, totalmente contrária à realidade. Assim, como mães, irmãs e filhas conseguiriam obter ajuda, quando a ideia vendida pela ditadura era que seus familiares se tratavam de terroristas, bandidos e comunistas? Somando isso à grande campanha anticomunista que os demonizava desde a guerra fria, como aponta Rodrigo Patto de Sá Motta (Wolff, 2015). É aí que entram as emoções, unidas ao sentimento de maternidade e família, utilizando-se do gênero que trazia consigo a ideia de fragilidade feminina.

As primeiras a aparecerem nesse cenário como sujeitos foram as mães. Como me disse, em conversa informal uma ex-presa política brasileira, o pesadelo de qualquer delegado de polícia era uma mãe. Quem poderia questionar o direito de uma mãe de saber sobre o destino de seu filho ou filha? Um sentimento construído tão fortemente em nossa cultura ocidental, como explicou Elisabeth Badinter, a ponto de ser considerado um “instinto”, o instinto materno, algo que seria do campo da natureza. As mães se tornaram as primeiras porta-vozes que adquiriram legitimidade inquestionável e sensibilizaram a opinião pública. Ser mãe e ser pai, são construções subjetivas muito centrais nas construções de gênero de nossas sociedades. (WOLFF, 2015, p. 980)

Corroborando com outras pesquisas que discutem a utilização do gênero como ferramenta de resistência, citamos a experiência de Edith Teixeira Espíndola, que em sua narrativa revelou que conheceu outras mulheres que fizeram o mesmo. Quantas mulheres se utilizaram deste artifício para obter informações, liberações, visitas e ainda não revelaram tais atos? Porém, não encaramos tais atitudes como oportunismo ou manipulação, compartilhamos da posição de Wolff (2015), que forma estratégias políticas legítimas, se enquadrando nos chamados “jogos de gênero”.

---

<sup>10</sup> Luc CAPDEVILA e Frédérique LANGUE, 2014, p. 10.

Les jeux de genre, c'est d'abord le jeu comme un di-vertissement, une partie de cache-cache, c'est le genre comme un masque. Les jeux de genre, c'est aussi le jeu comme un instrument, à l'image du jeu d'échec, c'est le genre comme un ensemble de pièces dont les acteurs politiques disposent pour intervenir sur l'espace public. Les jeux du genre, c'est aussi la notion d'écart, le décalage qui existe entre une mise en scène, ce qui est vraiment, et ce qui est perçu par l'adversaire. Les jeux du genre, enfin, c'est l'idée d'un mécanisme, d'une impulsion, d'un équilibre instable, dans le sens où les dynamiques amorcées par des crises peuvent induire une redéfinition des relations homme/ femme dans un cadre limité, conduisant, à la marge, à un ajustement du masculin et du féminin... parfois une simple oscillation.(CAPDEVILA, 2003, p. 106)

Além disso, é importante ressaltar como a questão do gênero se apresenta para, além disso, também dentro da parentalidade, como aponta Wolff (2015), pois os pais não se apresentam da forma no discurso que busca sensibilizar, sendo que no Cone Sul nos anos 1960 a 1980 a parentalidade assumiu um grande papel se tratando de denúncias e mobilizações.

Os pais não aparecem, no entanto, da mesma forma que as mães nessa discussão. Normalmente se aceita que isso ocorria devido às seguintes questões: a) eles seriam mais visados pela repressão, pois, sendo homens, seu papel teria um caráter mais político; b) várias mulheres declaram em suas entrevistas que os homens estavam presos, geralmente, pelo menos aqueles que tinham um papel político mais pronunciado. E assim a tarefa de denúncia, de resistência, de cuidar dos presos e reivindicar os mortos ficaria para as mulheres, mães, esposas, irmãs. (WOLFF, 2015, p. 980)

A autora Wolff (2015) deixa clara a importância de registrar que ocorreram casos de homens, pais, que também lutaram como podiam pela liberdade de seus familiares. Porém, é visível que o gênero se apresenta de forma muito marcante quando falamos da luta de familiares. Como aponta Jelin (2002, p. 99) “Los símbolos del dolor y el sufrimiento personalizados tienden a corporizarse en mujeres, mientras que los mecanismos institucionales parecen «pertener» a los hombres.” Podemos citar as Mães da Praça de Maio, Zuzu Angel, as mães do Chile, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia que foram às ruas e às prisões (WOLFF, 2015). Como aponta Jelin:

Dado el sistema de género en las relaciones familiares, además de ser víctimas «directas», las mujeres fueron básica y mayoritariamente víctimas «indirectas», y éste es el rol en el que se las visualiza más a menudo: como familiares de víctimas —madres y abuelas principalmente; en menor medida esposas, hermanas, hijas, novias—. Al tomar como rehenes a los hombres, el sistema represivo afectó a las mujeres en su rol familiar y de parentesco, es decir, en el núcleo de sus identidades tradicionales de mujer y esposa. Desde esos lugares, y como mecanismo para poder sobrevivir y sobrellevar sus obligaciones familiares las mujeres movilizaron otro tipo de energía, basada en sus roles familiares «tradicionales», anclada en sus sentimientos, en el amor y en la ética del cuidado —lógica que difiere de la política. (JELIN, 2002, p. 104)

Outro ponto que merece destaque é como as mulheres resistiram durante o período, sendo responsáveis também pelos afazeres da casa, como enquanto seus maridos estavam participando de movimentos contrários à ditadura, elas estavam sendo responsáveis pela educação dos filhos e pela casa. Muitas vezes enxergam essas tarefas como comuns, mas é o que possibilitou o alicerce para que esses homens fossem à luta, com o apoio de suas esposas ainda mais após as prisões, quando elas se viram obrigadas a tomar conta do lar sozinhas.

Ao entrevistar Edith observamos como ela não vê uma grande importância em sua trajetória por não ter participado diretamente de um movimento político organizado como seu esposo, o que faltou enxergar ali foi como sua posição como esposa e mãe foi essencial para que seu companheiro continuasse sua luta. O trabalho doméstico, o papel de mãe e esposa é muitas vezes ignorado, até mesmo por elas, mas foi crucial não só para continuidade da luta de seus companheiros, mas para seu restabelecimento após a prisão e a perseguição. Elas estavam lá, prontas para lutar por eles, por sua família e para manter o lar seguro da forma que podiam. É importante ressaltar que, além de ter que lidar com a estigmatização por ser esposa de um militante preso, as mulheres tiveram que sobreviver sem o principal apoio financeiro, já que em muitos casos, eram dependentes de seus esposos.

Por otro lado, las mujeres debieron hacerse cargo del mantenimiento y la subsistencia familiar cuando los hombres fueron secuestrados o encarcelados. Muchas mujeres se convirtieron en las principales sostenedoras del hogar. En esas condiciones, y basándose en sentimientos y responsabilidades familiares, las mujeres debieron movilizar sus recursos personales para cuidar y alimentar, a veces en el espacio doméstico hogareño, otras en iniciativas comunales tales como ollas comunes y pequeñas empresas cooperativas. Las tareas de la domesticidad y las responsabilidades ancladas en el parentesco son actividades que muchas mujeres deben llevar a cabo solas en diversos contextos sociales, en diversas circunstancias personales (divorcios, abandonos), y están ligadas a menudo a condiciones de pobreza. La situación de las mujeres que debieron hacerse cargo de esas tareas debido al secuestro-desaparición, al encarcelamiento o a la clandestinidad de sus compañeros es intrínsecamente diferente, para ellas y para sus hijos y demás familiares. En primer lugar, porque la situación de terror en que se vivía requería ocultamientos diversos, inclusive del dolor personal. Incluía intentar que los hijos siguieran sus actividades cotidianas «como si nada hubiera pasado», para evitar sospechas. (JELIN, 2002, p. 105)

A autora continua, comentando sobre o medo que assombrava essas mulheres, ao mesmo tempo em que buscavam serem fortes para seus filhos e

demais familiaresalém disso, havia a solidão, que para Jelin (2002) é uma característica central dessas experiências. Para não comprometer mais pessoas das famílias, muitas vezes elas optavam por ficar sozinhas e lidarem elas mesmas com a situação, ou também pela estigmatização que sofriam. Jelin (2002) continua, afirmando que a repressão foi executada por uma instituição masculina e patriarcal: polícia e forças armadas. Tais instituições buscavam elas mesmas restaurar a ordem, para a ditadura as mulheres deveriam se lembrar sempre de seu lugar dentro da sociedade: em casa, cuidando do marido e dos filhos, pois seriam elas as culpadas pelas transgressões dos filhos

Ao ousar sair do espaço em que, para a repressão, era o único que deveriam ocupar, elas transgridem a ideia do que seria o lugar de um homem e o de uma mulher. Não é à toa que o feminismo segue de mãos dadas com diversas militantes durante o período e, mesmo com as mulheres que não tinham contato com o movimento, foi um momento em que se viram necessárias na luta.

## CAPÍTULO 3

### **A trajetória das companheiras de militantes presos**

Neste capítulo pretendemos apresentar as fontes orais obtidas, trata-se de duas entrevistas com esposas de militantes presos. Optamos por separar um capítulo apenas para discutir as trajetórias das esposas, por acreditar que tais fontes exigem uma discussão diferente da que será dirigida às filhas. Pois no caso das esposas, elas sofrem com memórias totalmente diferentes das filhas, que por ainda serem crianças vivenciaram o período de uma forma diferente.

O capítulo encontra-se dividido em três subcapítulos, visando contemplar alguns aspectos que acreditamos serem importantes ao discutir as memórias de nossas entrevistadas. O primeiro ponto a ser trabalhado é como as nossas entrevistadas encaravam a militância do marido e como isso influenciou a família, logo depois apresentamos a perspectiva da repressão a partir da visão das mulheres, trazendo suas trajetórias durante o Golpe de 1964, e, por fim, discutimos as marcas que ficaram em nossas entrevistadas, os traumas que elas carregam e como isso as atinge.

Iniciamos o capítulo apresentando uma entrevista realizada no ano de 2018, que foi utilizada para a escrita do trabalho de conclusão de curso. Trata-se da entrevista de Edith Teixeira Espíndola, 78 anos, casada com Antônio Nailen Espíndola. Nossa entrevistada, como as demais, nunca participou de nenhum tipo de militância, seu esposo era sindicalista e um membro ativo do sindicato, ele já colaborou em diversas pesquisas com relatos do período em que foi preso pela ditadura civil-militar na cidade de Rio Grande – RS.

Edith foi nosso ponto de partida, a partir de sua narrativa buscamos por mais relatos voltados para as mulheres vítimas da ditadura que não estavam ligadas politicamente à resistência. Até então, ela nunca havia compartilhado suas memórias do período, o trauma ligado à repressão, além da falta de um espaço de escuta, que fez com que guardasse para si tudo o que viveu e sofreu nos anos de chumbo.

Durante todos esses anos ela observou seu companheiro conceder entrevistas sem nunca ter seu relato requisitado por nenhum pesquisador. A autora Jelin (2002) aponta que, cada mulher, dependendo de sua experiência, possui uma

memória com características únicas. As mães e companheiras, muitas vezes, acabam ligando suas recordações à família, ao sofrimento da perda, ao sentimento de medo e aflição. Aqui, percebemos, não é diferente.

Realizamos duas entrevistas com Edith, no primeiro contato não conseguimos obter muitas informações, foi uma conversa curta e difícil, pois era a primeira vez que ela contava a versão dela sobre os fatos. Assim, foi necessária mais uma entrevista, onde ela se sentiu mais à vontade para falar e descobrimos fatos que nunca antes haviam sido revelados nas entrevistas de Antonio.

Cerca de um ano depois, conseguimos mais uma entrevista, com Seli Nachtigall Maurício<sup>11</sup>. Artista plástica, ela nasceu em quatro de dezembro de 1941. Seu esposo, já falecido, José Luiz Braga Maurício, foi preso durante a ditadura e isso gerou traumas profundos em toda a família. Primeiramente, entramos em contato com Seli por meio de sua filha Rita. Na época, setembro de 2019, tanto Seli quanto José residiam em uma casa de repouso na cidade de Pelotas – RS. José estava com a saúde debilitada, e sua saúde mental também carecia de cuidados por conta do trauma da prisão. Entramos em contato com a filha, que nos passou o endereço da casa de repouso, ligamos para o local e marcamos a entrevista para a tarde do dia 27 de agosto, uma terça-feira. Nesse mesmo dia, na terça pela manhã, Rita entrou em contato para nos informar sobre o falecimento de seu pai e o cancelamento da entrevista, já que obviamente não haveria condições no momento.

Sabemos que trabalhar com a temática da ditadura, utilizando a História Oral como metodologia, é uma corrida contra o tempo. Até então não tínhamos passado por um episódio parecido, perda. Foi algo marcante, que nos lembrou de como o tempo, nesse caso, não está a nosso favor.

Desse modo, esperamos alguns dias, então Rita entrou em contato e autorizou novamente a realização da entrevista. No dia seis de setembro de 2019 fomos até a casa de repouso, um ambiente escuro e triste. Encontramos Seli em seu quarto, nos apresentamos, ela muito desconfiada ainda com a intenção da pesquisa. Após uma breve conversa, ela aceita nos contar sua história, como artista plástica, sempre delineando sua narrativa por meio de suas obras. Puxou de imediato um álbum de fotografias e mostrou, orgulhosamente, suas pinturas espalhadas pela

---

<sup>11</sup>Entrevista concedida no dia 06 de setembro de 2019, na casa de repouso onde ela residia.

cidade. Ao tocar no nome de José, ela logo se emocionava e se referia ao esposo como um grande artista incompreendido, a quem admirava profundamente.

De acordo com ela, José participava do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por isso foi preso no início do Golpe de 1964. Muitas vezes, quando questionada sobre os traumas envolvendo seu marido, ela mudava de assunto e falava sobre como ele era, em suas palavras, um gênio. Várias vezes, durante a entrevista, ela levantava da cadeira e dava voltas pela sala, respirava fundo e voltava. Sua narrativa não era linear, apesar de lúcida, ela já não lembrava datas (não lembrava, por exemplo, em que ano conheceu José, apenas que foi durante a década de 1970), falava de sua infância, de seu casamento, de sua arte, tudo de modo interligado, sempre exaltando sua alma de artista e a genialidade de José. Sua fala era sempre focada nos filhos e no marido, sempre no cuidado com o outro, como abordou Jelin (2002).

Passamos agora a analisar a questão da militância e da família, como a trajetória de seus companheiros acabaram por marcar a vida de nossas entrevistadas. Trazendo uma nova perspectiva da repressão e de como a ditadura atravessou a vida de mulheres, fazendo delas vítimas da violência da ditadura.

### **3.1 A militância e a família**

O primeiro ponto que buscamos analisar é como as esposas encaravam a militância do marido. Sabemos que elas não participavam de nenhum tipo de organização política, seu contato com a resistência se dava apenas através de seu companheiro. No caso de Edith, sua narrativa expressa a preocupação com a vida militante de seu esposo, sentimento que se intensificou após a prisão de Antônio, em 1964. Nesse período ela se viu sozinha, com apenas 19 anos e com uma filha ainda pequena nos braços, sem saber o que aconteceria com as duas. Em sua primeira entrevista, ela deixa claro que não gosta nem mesmo de tocar no assunto pela tristeza que essas memórias trazem a ela. É importante lembrarmos que nossa entrevista com Edith foi a primeira de sua vida, até então ela nunca havia compartilhado suas memórias com ninguém, nunca antes tinha sido questionada sobre os momentos que passou durante a repressão, era a primeira vez que ela teria um espaço de escuta. Nesse caso percebemos a importância do estudo que, pela primeira vez, proporcionou um espaço para mulheres que antes nunca puderam

falar.

Ao perguntarmos sobre sua relação com o sindicato e com a vida militante de Antonio, Edith é clara: Nossa entrevistada foi ao sindicato algumas vezes, conhecia os amigos de Antônio, mas não compartilhava de sua militância.

la, ia [...] os colegas dele conhecia todos, eu ia lá seguida no sindicato. Mas também se perguntar o nome eu não sei, porque eu ia lá só quando tinha necessidade de ir. Mas era tudo gente boa, gente amiga dele. (EDITH TEIXEIRA ESPÍNDOLA, 2018, informação verbal)<sup>12</sup>

Quando questionada se foi ao sindicato após a prisão de Antônio, Edith responde que não, o motivo seria a saúde frágil de sua filha; apesar de durante a entrevista, também compartilhar que não saía de casa por conta do julgamento da sociedade.

Não, não saí por causa da guria, não saía. A guria era pequeninha e doente, eu não saía. Mas eles ligavam, perguntavam por ele, e se soubessem notícia davam um jeito de me mandar.

Ao questionarmos se ela recebeu apoio do sindicato, ela conta que recebeu a visita de alguns dos amigos de Antônio, também sindicalizados, que ofereceram suporte para ela e para a filha. Nesse momento Edith já contava com a presença do irmão, que se dirigiu a Rio Grande para ficar com ela.

Vinham, seguida, ofereciam, se eu precisasse de alguma coisa ou a menina, que depois eles acertavam com o Antônio. [...] Até dinheiro me ofereceram, mas eu não quis pegar né, meu irmão tava comigo, morava comigo.

Apesar de não possuir um contato próximo com o sindicato e a militância, nossa entrevistada não julga os colegas de seu esposo, mas ao mesmo tempo lamenta todas as consequências que essas ligações causaram à vida dos dois.

Já Seli conheceu José anos depois dele ser preso, ela não lembra exatamente o ano, mas seria na década de 1970, na cidade de Pelotas. Em sua fala notamos como admirava seu esposo, sempre deixando claro o grande artista que era, um artista incompreendido. Fala que seus filhos também sentiam um grande orgulho de José, orgulho de sua poesia, a exaltação ao trabalho é tão grande quanto a dor ao falar dos momentos difíceis. Ela deixa transparecer em sua narrativa

---

<sup>12</sup> Todas as citações de relatos da entrevistada foram extraídas de entrevistas concedidas por Edith Teixeira Espíndola em julho e setembro de 2018

a dificuldade dos anos de casamento, pois por conta da tortura sofrida, José acabou por apresentar problemas psicológicos que o acompanharam pelo resto da vida.

Ao conhecer José, ele já comentou sobre seus problemas psicológicos e tudo o que havia passado, “*Se abriu na hora*”, conta Seli. Por não ter convivido com a militância de seu esposo, não temos como analisar esse ponto em sua entrevista, mas pelo modo com que Seli fala de José, fica claro que ela o admirava o suficiente para apoiá-lo, já que nos anos que se seguiram, por mais difíceis que fossem, ela seguiu ao seu lado.

Ao tratarmos dessa questão, é importante deixarmos claro a importância que Edith e Seli tiveram na vida de seus companheiros. Edith, como tantas mulheres, acompanhava de longe a militância de seu marido, e ao ter que lidar com a prisão dele, precisou ter forças para sair, pela primeira vez, de seu contexto privado, para a luta pública. Seli, por sua vez, sofreu com José as consequências da repressão, mesmo após o fim da ditadura civil-militar, as marcas ficaram, e eram profundas de tal maneira que acabaram por atingir toda a família e levar a diversos problemas, tanto entre o casal, quanto com os filhos. Duas mulheres que não optaram por participar da resistência, ou de se colocar contra a repressão, mas que sofreram com as mazelas da militância do companheiro, e de tal modo, guardam memórias dolorosas, mas importantes, sobre o que a repressão durante a ditadura representou para diversas mulheres brasileiras.

### **3.2 A memória feminina da repressão**

A partir do nosso diálogo com as fontes, podemos perceber como a repressão foi vivida de formas diferentes por homens e mulheres, apesar de não terem participado de uma resistência organizada politicamente, nossas entrevistadas também resistiram e sofreram com a violência da ditadura civil-militar através da perseguição a seus familiares. Aqui, buscamos apresentar de que forma nossas entrevistadas vivenciaram o período e as memórias que carregam da repressão.

Iniciamos com a fala de Edith, nossa primeira entrevistada, que teve seu marido preso em Rio Grande – RS logo após o Golpe de 1964. Ela fala, com a voz angustiada sobre a prisão do marido:

Levaram ele, quando deu aquela função, levaram ele. [...] e ele [...] só me mandou um bilhete, nem foi para casa, nada. Estava preso e eu fui lá, e eles não me deixaram entrar. E eu disse, eu quero ver ele, vão levar ele. “Ah não, mas não pode entrar, não pode entrar”. [...] Não me deixaram entrar [...] aí no outro dia levaram ele pro navio, navio Canopus parece que era o nome. E [...] levaram ele e eu não consegui nem me despedir, nem para falar com ele, nem nada.

No decorrer das entrevistas, percebemos que Edith estava quase sempre focada em narrar sua preocupação com a filha, no seu papel como mãe e na situação da família. Assim como discute Jelin (2002), as memórias femininas focam no “viver para os outros”, pois são memórias que estão diretamente ligadas ao seu cuidado com os filhos.

A preocupação de Edith era legítima e esse medo também tomou conta dos trabalhadores do porto e de suas famílias. Gandra (2016) aponta que se evitava falar ou fazer algo que pudesse ligar os trabalhadores e suas famílias a algum tipo de atividade considerada subversiva, o clima de perseguição se espalhou pelos trabalhadores do porto e os levou ao isolamento, já que chegou a um ponto em que não se sabia mais em quem podiam confiar, pois era comum vizinhos denunciarem vizinhos. O autor continua, explicando que as pessoas procuravam não se aproximar dos trabalhadores do porto ou de seus familiares, isso tudo para não serem confundidas com os “perigosos comunistas”. Edith conta que procurava não sair muito de casa e evitava falar sobre a prisão do marido:

Eu não falava também, tu pensa que eu falava que ele tava preso? Eu não falava, eu não falava porque era pior. [...] Quanto mais tu falava, mais tu esparramava o problema. Então eu ficava na minha, eu ficava quieta.

A violência não se limitava apenas à tortura e a prisões, esse cercamento em que as mulheres e famílias viviam também era uma forma de agressão. Com medo de sair na rua, do que poderia encontrar e como poderia ser tratada, nossa entrevistada acabou que por viver esse período trancada em sua própria casa com a filha. Logo depois que seu marido foi preso, Edith Teixeira Espíndola recebeu a visita de um inspetor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o mesmo que havia prendido seu marido. Ele foi até sua residência para revistá-la em busca de livros ou outros objetos que ligassem Antônio ao Partido Comunista. Como não encontrou nada, foi embora.

Ele disse “tem que ter, ele é comunista” eu disse não, ele não é, o senhor está enganado, algum outro então que o senhor queria conversar e se enganou porque aqui não tem nada. O senhor pode entrar aqui na minha casa e olhar, ver se tem alguma foto, alguma coisa. E ele entrou, ele foi até a sala e olhou. Não tinha nada, o Antônio nunca foi comunista.

Edith Espíndola já vivia com medo e mal saía de casa, porém, mesmo assim, acabou sendo vítima de mais um ato de violência ao ter sua casa invadida. Por conta do medo, ela pediu para o irmão ir morar com ela, e ele prontamente a atendeu. A presença masculina dentro de casa lhe trazia mais segurança em meio a um contexto de medo e violência, afinal, quem respeitaria uma mulher, esposa de um preso considerado comunista?

Edith segue compartilhando outro medo que sentia, o medo por sua filha que possuía uma saúde frágil, e como ela era uma mãe inexperiente, somando o contexto político e a prisão do esposo, ela se sentia extremamente insegura e amedrontada. Mesmo assim ela teve forças para reagir, foi uma vítima e reagiu como podia.

Eu me apavorei, com a gurria pequena. Eu não tinha experiência nenhuma, nenhuma, a gurria não tinha nem um ano ainda, tinha meses. Aí eu me apavorei, a gurria chorava a noite inteira doente e eu passava à noite em claro. No outro dia eu tava que não sabia pra onde eu andava.

Nesse período contou com o apoio de uma amiga, que a auxiliou nos cuidados da casa e também com a filha. Em meio ao Golpe de 1964, com os homens do porto sendo presos, coube às mulheres se ajudarem e cuidarem da família sozinhas. A solidariedade feminina nesse momento foi de extrema importância para nossa entrevistada, pois em um momento em que ninguém queria ser visto ou vista perto de uma mulher ligada a um “comunista”.

Em seu relato, Edith aborda sobre a importância de uma amiga, que lhe deu apoio em um momento tão conturbado.

A gente era muito amiga [...] Conversava, ela ia pra lá, me ajudava a cuidar a gurria. Eu queria lavar roupa e naquele tempo não existia máquina, era tudo na mão, no pulso, e ela cuidava a gurria pra mim. Vivia doente, as vezes com febre.

A vizinha ajudou Edith durante todo o período em que Antônio estava preso, como ela e marido possuíam uma pequena venda, vendia mantimentos para ela e a filha se manterem, podendo pagar quando Antônio saísse da prisão.

Ao decorrer das entrevistas, conhecemos as ações de Edith em prol da libertação do companheiro, que mesmo assim, ignora sua trajetória. Percebemos durante as entrevistas, como nossa entrevistada não valoriza sua experiência dentro do período. Aqui, tivemos a oportunidade de analisar a trajetória de uma mulher que, ao contrário do que seu marido relata, sofreu e lutou ao seu lado, mesmo à distância. Durante muitos anos, seu companheiro contou sobre seus momentos na prisão e sua vida militante, mas nunca mencionou algo muito importante: o papel crucial de Edith para sua libertação e o quanto ela também sofreu com sua prisão.

Como relatado anteriormente, nossa entrevistada enfrentou diversas dificuldades no período em que seu marido estava preso, principalmente por conta da filha que estava doente. Antônio havia sido levado para Porto Alegre num centro para menores infratores, lá ela pôde lhe enviar pequenos bilhetes que sempre passavam antes nas mãos dos militares. Nossa entrevistada, sabendo do que ocorria procurou então uma maneira de agir, mesmo estando na maior parte do tempo isolada em sua casa, ela tinha conhecimento do contexto político. Assim, deixou a filha com a irmã e foi para Porto Alegre junto com o cunhado.

Já fazia eu acho que quase um mês e veio notícia dele, digo: “pelo menos ta bem”. Aí ele disse que eu fosse com o meu cunhado, que eu fosse lá, ele já tava lá em Porto Alegre, que eu fosse lá com o meu cunhado que depois ele vinha e pagava ele, todas as despesas. Aí fomos, eu e o meu cunhado, fomos lá ver ele. Quando eu cheguei lá que eu olhei pra ele, eu me apavorei, me apavorei. [...] uma barba, uma tristeza, um isolamento, tu via nele, coisa mais horrível, aquela tristeza que tu notava. Falei da guria ele encheu os olhos de água.

Ela passou pouco tempo com ele, mas nesse curto período ela relata o quão assustada ficou ao vê-lo naquele estado. Antônio havia sido preso no lugar do presidente do sindicato que não estava presente no momento das prisões. Ela fala sobre a injustiça de sua prisão:

Eu saí de lá, eu saí de lá arrasada né, que coisa [...] Sabe o que é ver o teu marido dentro de uma cadeia sem merecer, porque o presidente saiu e ele ficou no lugar dele, pegaram ele né.

Após visitar seu marido, nossa entrevistada conversou com o tio de Antônio que sugeriu a ela que tentasse falar com os militares. Edith então se dirigiu até o 3º Batalhão, onde foi recebida pelos militares e levada até um superior. Infelizmente ela não se recorda da patente do militar com quem conversou, mas conseguiu

convencê-lo de libertar Antônio. Ela usou de todos os aparatos paternalistas e machistas da época, demonstrando as várias formas de resistência e luta que uma mulher poderia recorrer.

Eu fui, pergunta aqui, pergunta ali, fui perguntando até que cheguei lá. Quando eu chego lá, que olho para aquela sala, aquele homem [inaudível] eu já estou aqui, eu vou falar. Aí falei, falei tudo o que queria falar. Eu disse pra ele que ia provar que meu marido não era comunista e que haviam prendido a pessoa errada, que não era ele. Aí ele pediu que eu provasse e provei pelos papéis.

É interessante ressaltar o fato de que Edith Teixeira Espíndola nunca havia tido contato com o exército, pela primeira vez, ela se dirige a um militar de alta patente e consegue convencê-lo a libertar seu marido. Nossa entrevistada reuniu toda a documentação de seu marido antes de ir para Porto Alegre, com o objetivo de provar sua inocência. O militar então respondeu que liberaria Antônio dois dias depois, ela poderia esperar ele sair da prisão.

eu fui lá e conversei com ele, expliquei tudo pra ele. Aí ele me disse, bom, já que a senhora provou que não era ele o presidente que não estava então a senhora aguarde dois ou três dias que nós vamos largar ele.

Assim, Edith Teixeira Espíndola continuou na capital por mais três dias e depois voltou para Rio Grande - RS com seu marido. Nossa entrevistada havia deixado sua irmã cuidando da filha e estava extremamente preocupada com ela.

É importante destacar que ao se dirigir aos militares, Edith relata que viu outras mulheres no local. É muito provável que, além dela, outras mulheres, esposas, mães, filhas, irmãs se dirigiram à capital para tentar libertar seus familiares. Tentamos entrar em contato com outra esposa, casada também com um sindicalista preso, ela se dirigiu até Porto Alegre para pedir a liberdade de seu companheiro. Infelizmente, por conta do contexto político ela se negou a falar sobre o assunto, o medo tomou conta de diversas pessoas que passaram pelo período.

Tal medo também é apontado no texto da autora Alessandra Gasparotto (2018), que, ao se voltar para um entrevistado, que já tinha lhe concedido uma fala anos antes, recebe uma negativa ao pedir sua participação em um documentário. De acordo com a autora:

(...) uma das negativas que mais me chamou a atenção. Ao recusar-se a participar do documentário, meu interlocutor justificou dizendo: “Além disso, o momento político não é adequado. Estive muito envolvido com as diversas fases da geração 68 e temos passado por momentos nada agradáveis diante da crise política provocada pela corrupção generalizada no país, à direita e à esquerda”. Sua recusa passava, essencialmente, por sua leitura acerca da conjuntura atual, considerada por ele como um momento “não adequado” para falar daquele passado. Ele – que se reconhece e se afirma enquanto parte da “geração 68” – revela também o seu incômodo diante de tal circunstância, ao mencionar que tem “passado por momentos nada agradáveis”. (GASPAROTTO, 2018, p. 93)

No caso de nossa pesquisa, por se tratarem de mulheres que nunca falaram sobre suas memórias, nem tiveram sua participação da resistência valorizada, é mais difícil ainda se obter um testemunho. Obviamente respeitamos a negativa, já que no momento da pesquisa, e ainda atualmente, o país se encontra tomado por discursos negacionistas e saudosistas sobre a ditadura.

Outro ponto importante que devemos destacar é a pouca importância que Edith dá à sua trajetória durante o período, em suas entrevistas ela demonstra que não valoriza suas memórias como as memórias de seu marido, acabou por se acostumar a vê-lo em um lugar de fala e nunca ela mesma. O que se enquadra no que Colling (2004) aponta como a invisibilidade da mulher dentro da própria resistência, esse desmerecimento surge do discurso masculino de que o lugar de poder e fala pertence aos homens. Fichada como esposa de um comunista ela se preparou, juntou documentos e foi diretamente para negociar a liberdade de seu companheiro, o fato dela e, talvez de outras mulheres, não darem importância a toda sua atuação no período silencia um conjunto de sujeitos que tiveram grande importância na luta por justiça durante o período. E como Antônio nunca falou sobre a importância de Edith em sua libertação, fica claro que há um silenciamento por parte dos homens, pois além de Edith, outras mulheres se dirigiram à Porto Alegre e onde estão os testemunhos dessas mulheres? As memórias de Edith se encaixam no conceito das memórias subterrâneas de Pollak (1989), já que são ignoradas tanto pelos discursos de direita, quanto pelos de esquerda, mesmo na resistência à ditadura percebemos esse silenciamento.

Diferente de Edith, Seli não conhecia José quando ele foi preso, só foi conhecê-lo anos depois (ela não se lembra das datas com exatidão). Não conviveu com a militância de seu esposo, mas conviveu com as consequências dela. Ao questionarmos sobre o período ditatorial, Seli comenta que não tem muitas lembranças do período, não foi marcada naquele momento, mas sim nos anos que

se seguiram: *Eu nem ligava, eu nem sabia o que queria dizer ditadura*. Quando questionada por mais detalhes sobre o casamento, Seli responde falando que não quer entrar no assunto “*Não, é muito forte (...) era um homem doente*”. Mas confessa que havia pensado em fugir nos dias difíceis.

Acreditamos que, ao optar por não falar mais sobre as marcas que a repressão deixou em seu casamento, Seli escolhe não tocar na dor que cerca essas memórias. Sempre puxando um álbum de fotografias, falando das obras que criou, do grande artista que era José, ela busca refúgio no que tinham em comum: o amor pela arte. Deixando de lado o que os separava, buscando deixar para trás aqueles tempos difíceis em que teve que lidar com as marcas que a ditadura deixou no esposo.

Ela, que havia passado pela ditadura sem nenhum trauma pessoal, sem ter nenhuma ligação política, lidou depois, com as consequências da vida militante de José, a quem escolheu para compartilhar a vida, a arte e a dor. Soma-se a isso o fato de que foi atingida pela ditadura também nesse processo, mesmo que de forma indireta. Seli Nachtigall Maurício, de uma forma ou de outra, foi atingida e marcada pela repressão por toda a sua vida, os ecos do passado se mostram pesados e dolorosos.

Nossas entrevistadas vivenciaram um drama que sem a ditadura não teriam passado, um tipo de violência simbólica e psicológica que não é muito retratada pela historiografia, nem tão discutida por historiadores. Elas também foram vítimas da ditadura civil-militar, e aqui não buscamos dizer se foram ou menos que outras mulheres, não cabe a nós medir qual violência foi mais, apenas reforçamos que a repressão fez diversas vítimas, de diversas formas.

### **3.3 As marcas da ditadura civil-militar**

As marcas da ditadura civil-militar vivem ainda nas memórias em disputa, nos discursos que pedem justiça, na fala de familiares que hoje sentem medo de compartilhar suas histórias num contexto hostil que dá espaço a discursos negacionistas. Depois de mais de 50 anos desde a prisão do marido, Edith conta que tenta esquecer as memórias ruins: em sua entrevista, ela deixa claro seu sentimento ao se ver sozinha, com seu marido preso injustamente, ela estava sem

saber o que fazer dali em diante:

“[...] aquilo me deu um pânico [...]. Até hoje eu não gosto nem de recordar, ah, quando chegava de noite, aquela tristeza daquela casa [...] a guria chorando.

Durante a entrevista Edith se emocionou várias vezes e foi visível seu desconforto ao falar do passado. Ela estava habituada a ver seu esposo falar sobre o período com pesquisadores da temática da ditadura, mas ela nunca havia sido convidada para dar a sua versão. Essa falta de espaço de escuta para as esposas dos militantes é um vácuo ainda constante dentro das pesquisas, pois existem diversas entrevistas com militantes, mas houve pouco interesse, ou nenhum, para saber como as esposas e companheiras desses militantes sofreram também com a repressão.

Por não ter uma história na militância e, supomos não ter suas memórias e trajetórias valorizadas, essas mulheres compreenderam que não possuem um papel importante. Durante a pesquisa tentamos localizar outras mulheres além de Edith e Seli para ouvi-las, porém, como dito anteriormente, a única que localizamos se negou a dar uma entrevista. Infelizmente, se perde importantes participações femininas dentro da resistência.

A partir do testemunho de Edith e do trabalho da autora Marta Rovai (2013) e Ana Maria Colling (2018) identificamos mulheres que antes assumiam o papel de mães e donas de casa, mas que acabaram se transformando e atuando diretamente na luta pela liberdade de seus companheiros.

Nossa entrevistada, Edith, saiu de seu cotidiano, para inserir-se em um contexto totalmente novo na busca por justiça. Importante lembrar que, mesmo com o movimento feminista tomando força pelo mundo naquele período, Edith não possuía nenhuma ligação com o movimento, era a representação da dona de casa tradicional que a sociedade patriarcal tanto defendia e defende. Ela rompeu barreiras para se colocar na luta pela liberdade do marido, mesmo não sendo uma militante, mesmo com medo por sua filha e por si mesma, Edith vai diretamente aos militares, sozinha, e consegue a liberdade de seu esposo, utilizando-se dessa imagem machista que os militares tinham das mulheres, a mãe de família, frágil e indefesa. Esse ativismo emocional, como trata Rovai, focado na luta por um familiar, não é inferior a outras formas de resistência, essas mulheres participaram da

resistência e lutaram como puderam para manter seus familiares seguros.

Quando questionada sobre sua vivência, ela falava sobre sua arte (imagens abaixo), do quanto era ligada à José por ambos serem artistas, uma forte ligação que os uniu durante todo o casamento.

De acordo com Seli, José era estudante de medicina quando foi preso por 21 dias:

Ele ficou fechado numa sala, com quatro metralhadoras na volta dele, e psicologicamente... foi aí que ele sofreu, foi aí que ele foi pro sanatório em seguida, foi aí que ele enlouqueceu. [...] De noite, levantava da cama, procurava coronel, general dizia que ele não era culpado, falava sobre uma bomba que largou, ele era comunista mesmo.

Quando questiono sobre como foi o casamento ela responde “Terrível”, apesar de amar seu marido, seu gênio forte às vezes, tornava a convivência difícil, “*ele ficou doente. Eu era muito dada e ele muito fechado, ele era uma pessoa que sofria muito.*” Seli conta que seu esposo procurava ajuda psiquiátrica, porém mesmo com remédios, ainda fugia da realidade em alguns momentos, como quando gritava na rua *abaixo a ditadura, canalhas.*

José concluiu o curso de licenciatura em Estudos Sociais na Universidade Federal de Pelotas. Em 1987 recebeu o prêmio João Simões Lopes Neto. Em dezembro de 1992 publicou o livro “*Viva a liberdade!*”. Na obra ele homenageou a esposa “Dedico este livro à minha esposa Seli Nachtigall Maurício. Somente seu amor e sua altíssima sensibilidade me permitiram fazê-lo e refazê-lo inúmeras vezes, pois iniciei no fim do verão de 1970 e concluí hoje: 25.12.1992.” Durante toda a sua vida, José viveu em busca de ajuda profissional. Seli soma as dificuldades do casamento ao fato de José ser poeta, isso o tornava uma pessoa difícil de lidar.

Infelizmente, a entrevista com Seli não trouxe muitos detalhes, pois pela idade avançada se tornou complicado colocar ordem aos acontecimentos durante a narrativa, a grande exaltação pelo talento do marido mostra que mesmo apesar de todas as dificuldades ela o admirava intensamente. As marcas que a repressão deixou em José marcaram não só ele, mas toda a família, o casamento e sua relação com a vida. No próximo capítulo vamos analisar uma entrevista com a filha de José e Seli, Rita, que traz mais detalhes das marcas que a repressão deixou em José e, conseqüentemente, na família.

A partir dessas duas entrevistas, com mulheres completamente diferentes, conseguimos observar como a repressão deixou mais vítimas do que imaginamos.

Pois aqui, consideramos vítimas também os familiares que sofreram com a perseguição de seus filhos, esposos, esposas, irmãos, pai, mãe, que tiveram que se posicionar sem nenhuma experiência militante. Essas mulheres não objetivavam lutar diretamente pelo fim da ditadura, estavam ali com a sua militância emocional, e, foi a partir dela, que fizeram parte também da resistência.

Mesmo com um aumento no número de pesquisas voltadas para as mulheres, ainda há um longo caminho a percorrer. Duarte questiona:

Mas a menor participação das mulheres nas ações políticas no Ceará, assim como em todo o Brasil, pode ser o único fator a ser considerado na análise da supremacia masculina no campo das memórias da ditadura? É tentador pensar que sim, até porque esse é o raciocínio mais rápido. Menos mulheres, menos memória.

(...) além de não serem muito incentivadas a falar, mesmo através de pesquisas, as mulheres têm, ainda, dificuldades de se colocarem publicamente, assumindo feitos e escreverem, elas mesmas, as próprias histórias de militância. Complexo de inferioridade, insegurança ou modéstia histórica e culturalmente construída? O fato é que nem só de ausência de discursos e de presenças é feita a invisibilidade feminina, no campo de construção da história e da memória dos movimentos de esquerda. (p.71)

Quando pensamos nas esposas e mães que lutaram por seus companheiros e filhos dificilmente enxergamos como parte da resistência, elas estão sempre ligadas a ideia de guardiãs do lar e da família. Foi “utilizando essa “legitimidade”, advinda da “naturalidade” de seu papel de guardiã do lar e da família” (AUTORA p. 101), que muitas mulheres atuaram em um período onde manifestações eram duramente castigadas. Assim, nossa pesquisa se mostra essencial para trazer novas perspectivas e trajetórias para estudos voltados à ditadura civil-militar.

## CAPÍTULO 4

### A trajetória de filhas de militantes presos e perseguidos

Neste momento da dissertação vamos analisar as trajetórias de quatro mulheres, filhas de militantes que foram presos ou perseguidos durante a ditadura civil-militar. As entrevistas com as mães foram extremamente difíceis, principalmente, porque elas não estavam habituadas a falar sobre o período, logo, falar pela primeira vez sobre memórias tão difíceis não foi uma tarefa fácil. As filhas, por terem apoio profissional e conhecerem o peso que suas memórias e trajetórias carregam, além da importância de suas falas para os estudos sobre a ditadura, nos concederam testemunhos mais detalhados, mas não são menos dolorosos. Isso não significa que as entrevistas das filhas sejam melhores, apenas deixa claro que elas vivenciaram o período de outra forma e possuem uma narrativa mais consolidada. Como passaram por tudo quando ainda eram crianças, carregam consigo as marcas da repressão, memórias que as acompanham e que, muitas vezes, determinaram escolhas importantes em suas vidas.

Ainda em 2019, nos dirigimos a Porto Alegre e, por meio de Bárbara Conte, conseguimos entrar em contato com duas de nossas entrevistadas, Maria Luiza Castilhos e Helena Dória Lucas de Oliveira, filhas de militantes presos, que participaram do projeto Clínica do Testemunho e estavam dispostas a colaborar com o estudo. Através de *e-mails* conversamos com elas, explicamos o objetivo e a importância da pesquisa e marcamos uma data para a entrevista. Elas foram receptivas à ideia do compartilhamento de suas vivências no período ditatorial. Além das participantes do projeto, entramos em contato com Miguelina Vecchio, que teve o pai preso e perseguido pela ditadura civil-militar, e também se mostrou disposta a compartilhar o seu relato. E, por último, falamos com Rita Nachtigall Maurício, que colaborou não só com seu relato pessoal como filha de um militante preso, mas preencheu algumas lacunas na narrativa de sua mãe, Seli Nachtigall Maurício.

Nossa primeira entrevistada foi Maria Luiza Castilhos<sup>13</sup>, ela teve seu pai preso pela ditadura quando moravam em Rosário do Sul. O pai, Artigas Castilhos Puignau, era advogado, professor de francês, vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro

---

<sup>13</sup>Entrevista concedida no dia 09 de setembro de 2019, na casa da narradora.

(PTB) e atuou por um tempo como juiz. Ele se tornou uma liderança forte na região, atuava no movimento estudantil quando jovem, mais tarde adentrou para o movimento operário e defendia a reforma agrária. No dia 07 de abril de 1964 ele foi preso pela primeira vez, durante 45 dias. Maria Luiza Castilhos tinha nove anos na época, mas sabia o que tinha ocorrido com seu pai, antes de ser preso. Logo após o golpe, Artigas Castilhos conversou com a família e falou que havia grandes chances de ser levado pelos militares. Em 1965 ele foi preso novamente, dessa vez por 30 dias. Nesse período nossa entrevistada completaria 10 anos de idade.

Maria Luiza Castilhos conta que sua família não costumava falar sobre o assunto, apenas anos depois, com a Clínica do Testemunho que eles passaram a conversar e compartilhar suas memórias. Com isso Maria Luiza Castilhos resolveu escrever um livro, por conta própria, para não deixar essas memórias serem esquecidas pelos filhos e pelos futuros netos. Esse livro, intitulado *Elvis, Che, Meu Pai e o Golpe de 64*, acabou sendo publicado mais tarde por uma editora. Com isso ela carrega a vontade de não deixar que a história de seu pai e de sua família seja esquecida. Ela conta que após o lançamento do livro, voltou a ser taxada como a “filha do comunista”, mas ao mesmo tempo recebeu diversas mensagens de pessoas que queriam lhe contar como foi o período para elas também, colegas de escola contaram que também tiveram seus pais presos e ela não imaginava isso quando criança.

Maria Luiza Castilhos também relata os traumas que ficaram por conta do período. Seu pai nunca mais havia tocado no assunto após o período ditatorial, foi com a Clínica do Testemunho e, posteriormente, com a escrita do livro que ele relembrou as memórias de sua prisão. Suas duas irmãs mais novas reagiram cada uma a seu modo. A do meio adquiriu um distanciamento da política, que só foi diminuindo após o compartilhamento e a compreensão de algumas memórias familiares. A mais nova aderiu à militância e se mantém firme até hoje. Maria Luiza Castilhos, como psicóloga, buscou uma militância voltada para o trabalho psicossocial, de como as pessoas lidam com sua própria construção e a construção do coletivo. Entre as três, sendo a mais velha a que mais lembra do passado, afirma que hoje vê-se como uma pessoa mais medrosa, mais contida e mais vulnerável.

É interessante observar como cada pessoa lida com o passado e com as memórias traumáticas que ele carrega, importante enfatizar também como o

compartilhamento das memórias dentro da família auxiliou no enfrentamento desses traumas. Mais uma vez vemos a necessidade do espaço de fala e a importância da escuta.

Helena Dória Lucas de Oliveira foi nossa segunda entrevistada em Porto Alegre, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Clínica do Testemunho ela pôde finalmente compartilhar suas memórias e compreender melhor o seu passado e o de sua família. O pai de Helena Dória Lucas de Oliveira, Antônio Lucas de Oliveira Neto, era professor de História, filiado ao Partido Comunista. Ele era militante e costumava abrigar pessoas procuradas pela repressão em sua casa. Na manhã de uma segunda-feira do ano de 1971, o pai de Helena foi preso pelos militares enquanto dava aulas em uma escola. Ela tinha apenas oito anos. Ele ficou detido por 21 dias, após ser solto, levou a família para o Chile, depois Cuba e, por fim, Guiné-Bissau. Apenas em 1980 regressaram ao Brasil. A entrevista foi realizada na casa de Helena Dória Lucas de Oliveira, entre um chá e outro, iniciou-se uma conversa mais descontraída. Ela, apesar de demonstrar certo nervosismo ao falar, mostrou-se também segura da decisão de colaborar com a pesquisa.

Durante a entrevista ocorreram grandes pausas entre uma resposta e outra, mesmo com a Clínica do Testemunho, com acompanhamento profissional ainda são memórias difíceis que trazem à tona experiências dolorosas. Ao mesmo tempo em que algumas delas gostariam de esquecer, não conseguem, é difícil falar e lembrar, mas é encarando essas lembranças que muitas vezes conseguem compreender melhor sua própria história, sem minimizar sua participação. Tais reações devem ser levadas em conta, pois como aponta Portelli (1997, p. 25). “sentimentos, emoções, crenças, interpretações [...] até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade”.

A quarta entrevistada, também residente em Porto Alegre, trata-se de Miguelina Vecchio<sup>14</sup>. Miguelina Vecchio é socióloga, filha de José Vecchio, um militante e político conhecido, amigo íntimo de Leonel Brizola. Essa entrevista foi diferente das outras, pois ao contrário de Helena Dória Lucas de Oliveira e Maria Luiza Castilhos, Miguelina Vecchio não lembra muitas coisas sobre o período em

---

<sup>14</sup>Entrevista concedida no dia 11 de setembro de 2019, no trabalho da narradora.

que seu pai foi preso. Ela conta que foi blindada pela família e, assim, acredita que não carrega memórias traumáticas relacionadas ao período.

Por ser ainda muito jovem durante a repressão, ela não possui muitas lembranças, e, as que possui, não remetem à prisão de seu pai, pois sua mãe sempre tentou protegê-la de qualquer tipo de experiência negativa durante a repressão. Essa entrevista teve duração de cerca de uma hora e meia, mas, em relação ao período ditatorial, não traz muitos aportes, porém é na relação com o pai, na presença e na falta dele que residem as consequências e as marcas da militância.

Rita Nachtigall Maurício nos concedeu entrevista em janeiro de 2021, no caso de seu testemunho trabalhamos com o conceito de pós-memória, pois ela, assim como seu irmão, não chegaram a conviver e ter memórias ligadas ao período em que a repressão atravessou a vida de seus pais. Porém, mesmo com esse distanciamento temporal do período, eles lidaram com os traumas deixados pela repressão. Essas marcas os acompanharam durante toda a infância e modificaram não só a relação do pai com sua mãe, Seli Nachtigall Maurício, mas com eles também, demonstrando o efeito geracional da repressão.

A partir desses testemunhos esperamos contribuir para a compreensão dos efeitos da ditadura não só para as pessoas que militaram e que compreendiam os efeitos políticos do Golpe de 1964, mas para as crianças que passaram a infância com medo, fugindo, para as crianças que nasceram anos depois e tiveram que compreender que o que estavam vivendo era efeito de algo que elas nem chegaram a conviver, para as famílias que nunca puderam ter uma vida tranquila. Por todas as pessoas que foram atingidas pela ditadura civil-militar e que lutam para que a verdade não seja soterrada por discursos negacionistas e mentiras. E, como historiadora, entendo que meu texto busca reconstruir este momento de luta, de resistência e de resignificação do passado e colocar em campo a possibilidade de estudo e pesquisa que aclarem este momento tão tencionado da história recente do Brasil. A História não é feita de heróis e vilões, a pesquisa não objetiva essa dualidade, mas sim trazer para debate novas fontes, novas trajetórias e novos personagens que foram esquecidos e silenciados por muito tempo.

#### 4.1 As memórias do pai e da sua militância

Neste momento, buscamos discutir as memórias dos pais e de suas militâncias, essa defesa e admiração quase sempre presente nas falas demonstra, para além do amor natural de filha, uma ausência de escolha. Elas não podem abrir mão desse legado, abrir mão dessas memórias seria como abrir mão do passado com o pai. Revisitamos um grupo que ainda necessita de maiores estudos, são vivências que estão diretamente ligadas à herança militante dos pais e à violência da repressão, algo que elas não escolheram, mas que não podem simplesmente ignorar.

Ainda em 2019, nos dirigimos a Porto Alegre e, por meio de Bárbara Conte, conseguimos entrar em contato com duas mulheres, Maria Luiza Castilhos e Helena Dória Lucas de Oliveira, filhas de militantes presos que participaram do projeto e estavam dispostas a colaborar com o estudo. Através de *e-mail*, conversamos com elas, explicamos o objetivo e a importância da pesquisa e marcamos uma data.

Nossa primeira entrevistada foi Maria Luiza Castilhos<sup>15</sup> psicóloga, na época da entrevista tinha 64 anos, moradora de Porto Alegre. Durante a ditadura civil-militar morou com a família em Rosário do Sul. Seu pai Artigas Castilhos Puignau, era advogado, professor e chegou a ser juiz. De acordo com nossa entrevistada, seu pai “*se tornou uma liderança bastante forte na região*” principalmente quando se tornou vereador. Assim que o Golpe de 1964 ocorreu, ele e mais alguns homens foram presos em um quartel da cidade.

Se sabia que havia uma perspectiva de perseguição, no golpe né, de todas as pessoas, já era um pouco esperada a linha dura que viria com a questão da.... quando Jango foi tirado. [...] Ele e outros amigos, eles tinham envolvimento assim, na coisa da crítica ao golpe, e antes todo um reforço, uma discussão e endosso na questão das desigualdades, ele fazia palestra junto ao movimento estudantil, ao movimento operário, sindicalista da área rural, ele defendia a reforma agrária, tinha essa pauta. Ele era vereador do PTB na época, o PTB, quem era contra, era esquerda, como hoje tá assim né [risos] um certo *replay* nisso aí.

Assim como o pai de Helena Dória Lucas de Oliveira, o pai de Maria Luiza Castilhos procurava informar os filhos sobre o que ocorria, sempre que possível. No trecho a seguir, nossa interlocutora comenta sobre o dia em que o pai a chamou para falar que talvez fosse preso, deixando claro que não era comunista, que

---

<sup>15</sup>Entrevista concedida no dia 09 de setembro de 2019 em Porto Alegre.

inventariam coisas sobre ele. Maria Luiza Castilhos fala com admiração do pai, podemos observar que essa admiração ascende desde sua infância, ouvindo seu pai falar sobre as pautas que defendia.

Resgatar essa história é uma coisa interessante, porque o que eu tô te contando agora é o que eu fiquei sabendo depois de adulta mesmo, algumas coisas meu pai me falou, por exemplo, quando ele tava imaginando que ia ser preso. [...] ele me chamou e me disse: olha, é possível que venham prender o pai e tal, vão dizer que ele é comunista, aí me explicou o que ele defendia, metade eu entendia, outra parte acho que entendi muito mais do que imaginava. Então ele me explicando, olha, vão dizer coisas que não é verdade. E se sempre se colocou assim, muito pautado... ele se definia um libertário, a favor da liberdade, da democracia e tinha pautas sociais que ele achava que eram muito importantes.

A admiração de Maria Luiza Castilhos fica evidente em vários trechos da entrevista, onde comenta sobre a importante liderança do pai na cidade. Basicamente, podemos ver que ele se tornou uma liderança e era uma pessoa que tinha uma boa capacidade de comunicação, como ele tinha vindo de uma origem humilde sobre sua formação *“o meu pai era uma pessoa bastante inteligente”*, *“era um aluno nota dez”*. Mas quanto a essa visão sobre o pai, ela mesma aponta que já ouviu falas criticando-a.

Às vezes eu contava essa história e sempre tinha alguém que fazia uma fala *“ah essas coisas de pai herói”*, e eu acho que às vezes a gente passava um pouco por aquela coisa da memória mais infantil do pai né, querido, porque ele era muito afetivo.

Maria Luiza Castilhos também comenta sobre a opinião da mãe acerca das atividades militantes do esposo, se colocando crítica:

Odiava, principalmente por essa questão, à medida que ele foi, assim, se tornando reconhecido né, ele teve uma votação muito expressiva na cidade que eu acho que bem próximo ali no período das eleições, últimas. E teve uma votação que até pouco tempo atrás não tinha sido batida [...] A minha mãe então ficava muito brava, aquela visão que ainda hoje é bastante dominante, que a política só servia pra trazer desgraça, pra trazer conflito, inimizade e tals. Então ela se incomodava muito [...]... a minha mãe ficava muito brava com o meu pai, por exemplo, porque o escritório dele era um escritório onde tinha filas de pobre e era aquela coisa de pagar com galinha, com não sei o quê, ele tinha muito essa coisa da condição de classe originária dele né.

A mãe de Maria Luiza Castilhos aqui representa, muitas vezes, o papel da esposa do militante que se colocava contrária à sua participação na vida pública. A posição de companheiras contrárias à luta militante do esposo pode ser comum,

porém, é necessário observarmos como, para elas, essa vida pública do companheiro poderia apresentar diversos problemas e, principalmente, se tratando do período em questão, se colocar contra a ditadura e defender a democracia abertamente era um risco conhecido. E após a prisão do Artigas, a mãe de Maria Luiza Castilhos tentou, como pôde, obter a liberdade do esposo.

A minha mãe resolveu, quando ele foi preso, tentar fazer um dossiê de pessoas influentes da cidade, autoridades que atestavam que ele não era comunista, que ele nunca tinha feito nada, porque aí surgia tanta conversa distorcida, naquela de acharem provas que não eram provas daí de novo as versões das convicções, bastavam as convicções. Aí a mãe saiu a pedir então que as pessoas atestassem isso e começou a vir um monte de gente a se recusar e de reafirmar, pessoas que frequentavam os mesmo grupos, eram parceiros pra ir em festa e as pessoas (inaudível) batiam a porta, dizerem que era um comunista, que “eu não quero saber de comunista”, aquela fala assim (inaudível). Minha mãe ficou mais furiosa ainda, inclusive, uma das minhas memórias é que quando o pai teve preso a primeira vez, a minha mãe tava muito brava e iam várias mulheres lá dos outros, começaram a se reunir pra saber o que iam fazer, “e agora, o que a gente faz?”. E eu lembro de ter chegado do colégio em algum momento e visto aquelas mulheres todas na cozinha da casa da minha mãe, e eu tive a impressão que elas estava fazendo um velório porque tavam tudo com as caras feias e algumas choravam, e eu me lembro da minha mãe furiosa xingando [risos].

Maria Luiza Castilhos, a mãe e as duas irmãs tiveram que lidar com as mazelas da militância de Artigas Castilhos Puignau, com o ódio da cidade, com o medo de nunca mais vê-lo, marcas que ficaram na família durante anos. Como advogado, Artigas Castilhos Puignau havia trabalhado para várias pessoas na cidade, muitas delas viraram as costas para a família de Maria Luiza Castilhos durante o período, ao mesmo tempo que outras se colocaram à total disposição.

peças mais humildes que foram lá e se ofereceram, eu lembro de um senhor dono de uma loja, todos os dias ele mandava um funcionário da loja pra perguntar se a gente precisava de dinheiro

Como já imaginava que seria preso, Artigas Castilhos Puignau deixou a família em uma situação econômica segura, para que não faltasse nada para as filhas e para a esposa. De acordo com nossa entrevistada, durante o período da repressão ela e a família sentiram na pele a exclusão, no próximo subcapítulo trataremos desta questão mais a fundo.

Helena Dória Lucas de Oliveira atualmente é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mora em Porto Alegre e foi nossa terceira entrevistada, entramos em contato com ela através da Clínica do Testemunho,

quando Bárbara Conte fez essa ponte entre nós e as participantes do projeto. A entrevista com Helena Dória Lucas de Oliveira ocorreu no dia 11 de setembro de 2019 em seu apartamento. Ao iniciar seu testemunho percebemos a dificuldade de tocar no assunto, longas pausas, tanto para lembrar-se de detalhes, quanto para ter forças para continuar a falar. Após a prisão do pai, por ter abrigado um homem perseguido pela repressão em sua casa, a família foi para o Chile, após foram para Cuba e, por fim, Guiné-Bissau, antes de retornarem ao Brasil.

O pai de Helena Dória Lucas de Oliveira trabalhava em um banco, possuía um emprego estável e, com a esposa, criava os seis filhos: a mais velha de quinze anos, uma menina de treze, um menino de onze, nossa entrevistada com sete, o menor de três anos e um bebê. A mãe de nossa entrevistada, Ruth Dória Lucas, era dona de casa e em 1964, quando o pai de Helena Dória Lucas de Oliveira, Antônio, resolveu cursar História aos 34 anos, ela o apoiou integralmente. Helena Dória Lucas de Oliveira comenta a escolha do pai em um momento histórico tão perigoso para as ciências humanas “quando eu penso nisso eu... fico pensando nisso, bom, bem no ano do golpe né ele entra pra universidade para fazer um curso como História...”. De acordo com Helena Dória Lucas de Oliveira o pai tinha uma militância, não chegou a militar no movimento estudantil, mas participou da luta do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e participou por um tempo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguns amigos contam que ele também havia participado do POC (Partido Comunista Operário). Ela conta sobre uma conversa que teve com ele, onde o pai confidenciou que havia sido convidado a participar da guerrilha do Araguaia. *“Uma vez o pai falou pra mim que ele tinha sido convidado pra fazer parte da luta armada no Araguaia, mas aí ele teria dito que não porque bom né ele tinha seis filhos. Mas ele disse: Se eu não tivesse vocês, eu teria ido.”*

Durante a ditadura civil-militar os pais de nossa interlocutora abrigavam pessoas perseguidas em sua casa. Importante citar que o pai de Helena sempre conversava com a esposa sobre a decisão de abrigar ou não uma pessoa. Além de sempre auxiliar o acampamento durante o período em que eles ficaram no Chile. Assim como as esposas que entrevistamos, a mãe de Helena Dória Lucas de Oliveira não possuía uma participação em organizações políticas, sua ligação com a vida pública se dava por meio do esposo. Assim, ela o apoiava e auxiliava sempre que possível, desenvolvendo assim sua própria militância e resistência com os

instrumentos que possuía, além do trabalho de casa e da responsabilidade de cuidar dos filhos.

Ela apoiava, ela dizia... ela sempre conta, assim, que quando essas pessoas pediam abrigo em casa ele sempre perguntava pra ela se ela não se importava. Algumas coisas ela não queria saber, acho que tinha ciência de que quanto menos soubesse, melhor, mas ajudava sim. [...] Na nossa saída pro Chile, a mãe também trabalhava bastante nesse acampamento, na parte de saúde, mesmo ela não tendo curso, bom ela tinha seis filhos, ela sabia alguma coisa de cuidar de filhos, ela também participava.

Uma dessas pessoas que a família de Helena Dória Lucas de Oliveira abrigou foi um jovem, foi a partir da prisão dele que chegaram ao pai dela e o prenderam por quase um mês.

Teve um rapaz, um estudante, Valdimir... me fugiu o nome dele, que posou lá em casa e daí foi preso. E aí no processo de tortura pareceu o endereço de casa, e aí foram lá em casa, meu pai não tava, tava trabalhando, ele já tinha se formado. Em 71 já tinha se formado, dava aula de história numa escola em Viamão. E aí os policiais do DOPS foram lá e tiraram ele de sala de aula, o pai ficou acho que uns, acho que um pouquinho menos que um mês preso. Do relato que ele fez na Comissão Estadual da Verdade, ele relata ter ficado, né, assim, uma noite inteira acordado com um capuz na cabeça, um capuz sujo e suado, de tempo em tempo batiam nele, batiam nos ouvidos [pausa]. Eu escutei acho que uma vez ele fazer o relato assim, falar do capuz, mas ele não falou de relatos assim de tortura mais severas do que isso.

Ela fala sobre as conversas que tinha com o pai sobre o período em que ele havia sido preso. Eram conversas esparsas, tanto com ele, quanto com a família. *Uma vez eu perguntei pro pai “você foi torturado?” Ele falou do capuz, mas eram histórias esparsas.*

Nossa entrevistada conta que acredita que pela família ter parentes ligados a militares o pai não sofreu tanto durante a tortura. A primeira coisa que a mãe dela fez ao receber a visita dos militares foi falar desses parentescos *“vou avisar o meu sogro”*. *Eu também fiquei com isso na cabeça, eu acho que o fato de ter esses familiares pouparam, assim, o pai de outros tipos de tortura”*.

Quando o pai foi preso a mãe tava grávida, e ela teve uma ameaça de aborto. Então os policiais trouxeram o pai em casa para visitá-la. A mãe conta que nessa visita o pai conseguiu dizer, assim, de uma forma mais silenciosa, sem os policiais verem, de que minha irmã mais velha tivesse bastante cuidado *“diz pra ela cuidar quando for pra escola”*, ameaçavam ele de que ia acontecer algo conosco, com a minha irmã.

De acordo com ela, seu pai sempre foi muito presente, e falava sobre o retorno ao Brasil *O pai sempre contava, “tirei vocês do Brasil, mas vou levar de volta”*. Além de compartilhar informações com a família – sempre que possível – os

deixava participar de algumas escolhas, como a decisão sobre para qual país eles iriam se exilar após a saída do Chile.

Quando a gente decidiu ir pra Cuba, que veio a resposta do governo cubano, o pai reuniu a gente pra conversar sobre isso, tem a possibilidade de mudar pra a Finlândia e ir pra Cuba. Eu lembro que a mãe... a mãe chorava muito, porque a recém o Eduardo tinha falecido. Ela também ponderava muito de que como Cuba não tinha relações diplomáticas com o Brasil não ia ser possível a troca de cartas. Ela era contrária a ir, ponderava esse aspecto negativo. [...] Eu votei por ir porque uma menina com quem eu brincava no refúgio ia ir.

Das lembranças do período com o pai ela comenta sobre as vezes em que reuniam para recortar notícias sobre a resistência armada na América Latina. O pai falava sobre esses movimentos, além de receber visitas, Helena Dória Lucas de Oliveira não entendia muito bem o que ocorria, mas estava sempre atenta ouvindo tudo.

Em Cuba eu lembro do pai, eu ajudava ele, ele recortava notícias, ele recortava notícias sobre grupos guerrilheiros da América Latina (..) eu ajudava o pai nesses recortes, a guardar, então escutava o pai falar desses movimentos, e eu lembro que a gente sempre tava muito presente quando recebia visita, sempre tava ali escutando as coisas.

Quando falamos das memórias de Miguelina Vecchio<sup>16</sup>, nossa terceira entrevistada, vêm com elas as lembranças e a admiração por seu pai. Ela também reside em Porto Alegre, é socióloga e vice-presidente do PDT (Partido Democrático Trabalhista) Nacional. Nossa entrevistada é filha de José Vecchio, um militante e político conhecido, cuja liderança surge ao longo da década de 1930. Vecchio auxiliou não só na estruturação do sindicato de sua categoria – trabalhava como operário na companhia de bondes de Porto Alegre –, como contribuiu também na construção e organização de outras áreas. (AMARAL, 2020).

Quando questionamos sua relação com o pai, Miguelina Vecchio fala que lembra do período das prisões, mas que a mãe mentia para proteger a família, não só para ela e o irmão, mas para a avó das crianças também. Assim, as memórias da ditadura, acabaram sendo trazidas apenas mais tarde, quando compreendeu que seu pai, ao contrário do que sua mãe contava, não estava viajando, mas sim sofrendo torturas e privações. Mas ela lembra do tempo que passava com ele e, se tratando dela, havia uma relação mais forte, de acordo com nossa interlocutora,

---

<sup>16</sup>Entrevista concedida no dia 11 de setembro de 2019 em Porto Alegre.

iniciando pelo seu nome, Miguelina Vecchio, uma homenagem à sua avó. Ele era afetivo com os filhos, mas mantinha uma certa distância, tentava proporcionar a eles tudo o que ele não teve na infância. De acordo com nossa interlocutora, o pai não foi um pai presente na adolescência, não participava de muitas atividades por achar algo bobo, mas jamais deixava de proporcioná-las, preenchendo a falta com tudo o que ele não havia tido na infância.

Ele tinha muita qualidade no tempo que ele tava com a gente, era afetivo, comigo então que tinha aquela relação com o nome da mãe dele, muito forte, não presente. Eu me lembro quando ele foi preso uma das vezes, ele ficou um mês preso no RC Mec<sup>17</sup>, a mãe correndo que nem uma barata tonta pra saber onde ele tava. Ele voltou pra casa com 30kg a menos, porque ele comia com os ratos, ele dava comida para os ratos, porque era muito ruim a comida, eles botavam luz na cara, aquelas coisas pra fazer falar onde é que tava, o que tu tava fazendo lá nesse período, e a gente perguntava onde ele tava e a mãe tinha mentido inclusive pra vó Miguelina que era viva, que ele estava em uma viagem pro exterior, e nós achávamos um absurdo uma pessoa que sai pra viajar e nunca mais volta pra ver os filhos, e na verdade ele tava preso. Até que ele volta super barbudo, magro, e a gente entendeu o processo. Ele era um pai afetivo, mas com uma certa distância, não era como é hoje. Eu brincava com ele, muito, mas é por conta dessa relação que ele estabeleceu de ter o nome da mãe e tal, mas ele não era um cara como a gente vê hoje, os pais e os filhos jogando futebol. Ele por exemplo, comprava o ingresso pra gente ir na Disney, eu fiquei numa emoção quando peguei a mão do capitão gancho que vocês não tem ideia, aquilo era um máximo, hoje eu acho patético o capitão gancho. Ele comprou um camarote pra gente ir assistir o Disney, só que ele não ia junto. Ele criava todas as condições, ele achava aquilo uma bobagem, ele pensava como operário, os operários orgânicos, militante não dá importância naquela época pra ir com filho ver um show de patinação no gelo, mas ele garantia que a gente tivesse acesso, a patinação no gelo pra ele isso era importante, coisa que ele nunca teve, porque não tinha nem comida, como ia ter ingresso pra ir em algum lugar, mas ele dava importância pra gente ter acesso, mas não ia junto. Ele não era um pai presente, não pelo menos na fase que a gente era adolescente, depois claro quando ele ficou aposentado, aí passava todo tempo em casa assim, mas mesmo assim muito recluso às leituras dele. Como eu digo, ele era um homem de pouco riso, não era um pai como eu vejo o pai dos meus filhos, o pai da minha neta, que faz tudo junto, mesmo quando ele tava doente já na fase com 80 anos no hospital, ele não queria que a gente ajudasse a limpar ele, porque filha mulher não.

Na sua relação pessoal com o pai, Miguelina Vecchio conta que era uma relação muito forte, diversas escolhas da vida dela tiveram uma certa influência do pai. Mas ela não deixa claro que apesar da admiração e do amor que sentia por ele, identificava o machismo em suas palavras e ações, e não ficava em silêncio ao ouvir comentários como o citado no trecho abaixo:

---

<sup>17</sup>Regimento de Cavalaria Mecanizado.

[...] ele tinha umas coisas assim estranhas, mas ele era um cara, por exemplo, eu casei grávida do Felipe, eu tive que dizer pra ele que eu estava grávida e foi a 3ª Guerra Mundial pra ele, porque ele não aceitava. Ele achava que eu tinha sido violentada, nós ficamos sem se falar da hora que eu disse que tava grávida e ele mandou chamar o pai da criança e ele encheu um revólver de bala e botou a arma na cara dele, do pai dos meus filhos, "tu vai casar" e o Paulo enfrentava ele, "não, eu vou casar porque eu quero, porque o filho é meu e não é porque o senhor está mandando" até porque eu era mais velha que o Paulo, aí ele ficou um mês sem falar comigo. Mas quando o Felipe nasceu ele levantava o Felipe no colo e as lágrimas corriam, porque ele era muito afetivo com os netos, coisa que a gente nunca pôde dizer pra ele assim, o Felipe dizia: "acorda vagabundo, vamos brincar, ele tinha 2/3 anos ele nem dizia vagabundo, ele dizia bababundo, ele achava aquilo um máximo, porque neto pode tudo, hoje eu sei porque eu tenho um neto, então eu sei que neto pode tudo.

[...] a minha relação com ele pelo menos era uma relação direta muito forte, tanto que assim, eu casei de noiva por causa dele, eu me formei de toga por causa dele, eu fui oradora de turma por causa dele, eu era a herdeira política dele, isso já é uma coisa da gente analisar porque ele era um machista, como todo homem que nasceu no período dele, ele era bem machista. Tanto que uma vez, eu já era casada, eu tava com uma roupa com uma leve transparência e ele disse assim: "Vai ali na porta, abre as pernas, como teu marido deixa tu sair com uma roupa dessas", e eu disse: "meu marido não manda nas minhas roupas". Claro que quando eu nasci ele tinha 56 anos, era muita relação, muito de olhar, a gente não batia boca com o pai que nem hoje, a gente não tinha essas liberdades, era uma coisa muito no olhar.

Ao questionarmos sobre memórias que trouxessem a vida militante do pai para o espaço familiar, nossa entrevistada conta que lembra de reuniões que ocorriam em casa: *ele fazia reuniões em casa, chamava políticos pra dentro de casa, ele não deixava os filhos participar, mas estava de corpo presente lá. A gente não participava, até porque a gente era pequeno.* Em sua fala, ela compartilha os hábitos de seu pai, que apesar de ser um homem rude, possuía um vasto vocabulário.

Ele era um cara assim, cozinheiro, gostava das lidas da cozinha, cozinhasse bem, muito bem, tipo chefe, fatos e era estranho porque era um homem rude, tudo na base do ver fazer, não teve aula de nada, ele tinha insônia, então ele lia dicionário, tinha o hábito de ler dicionário, então ele tinha um vocabulário riquíssimo, palavras que não se usa mais ele usava, era bem erudito nas palavras por conta de ler dicionário, ele lia dicionário, até porque ele tinha pouco livro, então ele lia dicionário.

A vida política de Vecchio marcou não só ela, mas o irmão, já que ambos seguiram os passos da vida militante do pai. Diferente de sua mãe, que não gostava de política, e aqui cabe uma análise interessante em relação a esse "não gostar de política". Quando questionada sobre a posição de sua mãe em relação às atitudes de seu pai, Miguelina Vecchio é direta, sua mãe aceitava tudo sem questionar, era uma mulher submissa e seu pai, um homem dominador e machista, assim, estava

fechada uma relação de submissão.

Aceitava como qualquer mulher submissa, de um homem extremamente dominante que é assim ou é assim, não tem outra opção. Ela era bem educada com as pessoas, obviamente, mas ela não gostava dessa coisa de estar todo tempo a casa cheia de gente. Porque casa de político não tem privacidade, as pessoas se permitem estar 24h por dia, eram duas cozinheiras fazendo comida porque sempre tinha gente pra almoçar, sempre tinha gente pra jantar, tu não tem privacidade nenhuma, e ela claro que não gostava disso, mas ela representava bem, fazia de conta que tava tudo bem pra agradar ele. Mas eu, por exemplo, não me sujeitaria a uma vida que eu não tenho privacidade nenhuma na minha casa. Tudo bem que algum dia, esporadicamente, tu tenha uma reunião, mas todo dia tu ter gente em casa pra jantar e almoçar, é uma coisa absurda. E ela aceitava porque ela não tinha outra opção, porque eu duvido que ela gostasse daquela realidade.

A mãe de Miguelina Vecchio, como tantas outras mulheres, não havia escolhido a vida militante, mas teve que compartilhar das mazelas da vida pública de Vecchio, ficou em casa com os filhos quando ele foi preso, tentou os proteger da realidade dura que os cercava. Ela resistiu juntamente com seu companheiro, se ele pôde se dedicar à vida política foi porque sua esposa o apoiava e administrava a vida doméstica, assim, ele como tantos outros homens só puderam – ou podem – seguir com a militância porque em conjunto com seus passos políticos estão os passos de suas companheiras, lado a lado. Esse distanciamento da política era nada mais que o resultado de todo o trauma que a repressão, que as prisões do marido deixaram, o que nos lembra muito a trajetória de Edith Espíndola. São mulheres que tiveram seu primeiro contato na política através do marido, tiveram que lidar com o medo e a insegurança, ao mesmo tempo em que eram responsáveis pela família. Por isso, é importante que, ao falarmos dos militantes, homens que lutaram diretamente contra a repressão, é indispensável lembrar das mães, das esposas, que ficaram em seus lares com medo, que tiveram suas casas invadidas pelo DOPS, que lutaram pela libertação de seus companheiros, e que poucas vezes são lembradas por seus companheiros de esquerda.

Nossa entrevistada comenta sobre a mãe, sua tentativa de proteger a família da real violência que os cercava, ela mentia e fazia o máximo para que a vida militante do pai não atingisse os filhos, que não faziam ideia do que se passava, do que sua mãe estava suportando. Miguelina Vecchio conta que seu pai passava para a esposa a responsabilidade do “não”, o que fazia com que os filhos sentissem, naturalmente, um certo ódio da mãe.

(...) mas assim era muito respeito, e muito medo das reações, porque o pai nunca dizia não pra nós, mas mandava a mãe dizer, a gente tinha ódio da mãe e achava ele um máximo, e depois de adulto a gente descobriu que metade das patifarias era ele que mandava fazer, e ela como uma mulher bem submissa fazia, coisa que eu não me presto, então eu me criei em uma família onde a mãe tinha um certo poder, parecia ter mais porque ele passava o poder do não e sim pra ela, ainda que fosse mentira, pra nós era como se ela não tivesse deixado, então ela tinha todo poder de definir a vida da gente, ela era uma mulher independente pra idade dela, uma mulher muito interessante, ela se separou e conheceu ele, porque ela perdeu o direito dos filhos numa disputa judicial porque o ex marido dela pagou o advogado da mãe pra não ir na audiência, ela foi revel, aí ela perdeu o direito dos filhos e o ex marido pegou as crianças e botou no orfanato e aí ela veio pra assembleia desesperada com 28 anos pra procurar alguém que interferisse nesse processo, conheceu ele que já tava com 50 e tantos, ela era uma mulher esculturalmente linda e ele já espichou os olhos, porque ele era viúvo, a primeira mulher dele era estéril, ele não tem filhos do outro casamento porque ela não podia ter filhos e ele viu a possibilidade de ter filhos com ela, uma mulher jovem, bonita e interessante.

A mulher independente que Miguelina Vecchio cita parece não combinar com a mulher submissa de Vecchio. Assim, é possível observar o que Ana Maria Colling descreveu em seu texto, como mesmo em organizações de esquerda o machismo se fazia presente, e percebemos como ele pode modificar uma mulher. O recorte de gênero, e não só o de gênero, mas o de raça também, muitas vezes é deixado de lado dentro da militância – aqui falamos da militância branca, masculina e heterossexual -, quando se coloca classe acima de qualquer disputa, ignorando outros recortes necessários, enxergamos o machismo, o racismo e a homofobia.

Nossa quarta, e última entrevistada, Rita Nachtigall Maurício, trouxe um testemunho diferente dos demais, pois, ao contrário de Helena Dória Lucas de Oliveira, Maria Luiza Castilhos e Miguelina Vecchio, ela não presenciou a prisão do pai, ela e o irmão fazem parte do grupo de filhos onde aplicamos o conceito de pós-memória. Mesmo não passando diretamente pelos traumas do período, acabaram por sofrer com as consequências da repressão por meio das memórias e traumas do pai e, acabam por compartilhar e prolongar essas memórias.

Foi preso em 67 a primeira vez, depois no mesmo ano ele já... 66 pra 67, é. Virou o ano na cadeia. Depois em 67 já foi a primeira internação psiquiátrica, daí degingolou, tentou estudar mais um ano de medicina, não conseguiu, teve que abandonar o curso, né, a doença mental se instalou, se efetivou, deflagrou a coisa e seguiu aí quase que anualmente ele baixava sanatório. Aí ele conheceu a minha mãe depois disso, né, e eu nasci em 77. Foi preso em 77 e eu nasci em 77 e meu irmão em 74. E eu tô chutando o ano de 87, não sei, que ele falava comigo quando eu já tinha dez anos, eu não sei assim ao certo quando ele começou a falar isso. E como afetou, afetava assim a saúde mental do meu pai, né. Uma vez meu irmão disse “o pai é louco” e eu fiquei impressionada com essa palavra “o pai é louco” essa palavra forte, louco.

Como dito anteriormente ao tratarmos do testemunho de Seli Nachtigall Maurício, seu marido foi preso e por consequência das torturas psicológicas sofridas acabou desenvolvendo problemas psicológicos que o levaram a diversas internações. Seli Nachtigall Maurício, após oito décadas de vida possuía dificuldade em nos contar certos momentos de sua vida, não só pela dor que passou, mas também porque suas memórias já se encontravam confusas e o esquecimento se fazia presente em diversas falas. Com a entrevista realizada com sua filha, conseguimos compreender melhor a trajetória de Seli Nachtigall Maurício e conhecemos a também a história de Rita Nachtigall Maurício.

O que eu lembro assim da minha infância, o pai, seguidamente perturbado falando coisas a respeito do tempo da ditadura, às vezes dizendo poesias, e várias delas diziam respeito a esse tempo da ditadura. E às vezes relatando as... ou às vezes ele me relatava, de um jeito muito sóbrio, muito adulto que eu não entendia e ia dizendo personagens e eu criança, toda aquela conversa política e quando eu interrompia ele pra perguntar quem era o fulano, porque eu me perdia no assunto, ele me xingava e então era uma coisa muito sisuda pra mim, mas também depois eu me dei conta que era alguém que ele tinha pra falar, ele alugava os ouvidos de quem podia ouvir, entende, de certa forma. Porque provavelmente por causa dos meus avós paternos, os pais dele não queriam ouvir isso, né. Minha avó sofreu, né porque depois de preso político ele se tornou uma pessoa com transtorno de humor bipolar, na época era... se chamava psicose maníaco depressiva, mas ele também mais na época do fervor da ditadura, ele também tinha alucinações, não era só bipolar, né. Então, talvez já tenha tido diagnóstico de esquizofrenia, mas foi tudo deflagrado pela ditadura, foi depois da prisão, né. Porque ele era estudante de medicina, foi preso, depois não conseguiu mais voltar a estudar. Então voltando assim, né, agora eu analisando porque ele falava tanto comigo e conversava sobre aqueles assuntos eu tentava prestar atenção e não conseguia tanto acompanhar, né. E para os meus avós era causa de sofrimento o envolvimento dele com a política e também eles eram um pouco de centro-direita, assim, um pouco temerosos, medrosos, não eram pessoas com os ideais como ele, né, socialistas.

Em suas memórias, Rita Nachtigall Maurício nos conta que era uma constante espectadora de seu pai, não por vontade própria, mas porque ele gostava, ou

melhor, sentia necessidade em falar com alguém. Por ser uma criança de cerca de dez anos, ela não entendia exatamente o que José Luiz Braga Maurício queria lhe dizer, mesmo assim ele desabafava com falas, memórias e poesias. Talvez, por não contar com um espaço de escuta, por não ter com quem conversar sobre o que passou na prisão, ele acabasse compartilhando tudo com sua filha, apesar dela ser apenas uma criança.

Ele falava eu era pequena, fiquei chutando aqui na minha cabeça dez anos, não sei. Desde criança, depois adolescente, doze, treze, seguidamente falava, às vezes ele passeava num lugar no Laranjal que tinha umas areias, no meio do mato tinha umas dunas, né. E aí, muitas vezes lá ele se empolgava e dizia uns poemas dele, tinha uma parte do poema que ele tirava a dentadura e gritava, eu ficava bem impressionada. Desde criança, talvez desde os meus dez anos.

Mesmo com esses momentos em que compartilhava as memórias da repressão com a filha, José, na maior parte do tempo era um homem sisudo, quieto, como aponta Rita Nachtigall Maurício. Como dito por Seli Nachtigall Maurício anteriormente, José não conseguiu continuar no curso de medicina, e por conta de problemas psicológicos sofria com a estigmatização, o que dificultava a sua entrada no mercado de trabalho.

E da minha relação com ele tinha assim, a relação... de alguns momentos que ele dizia poesia. Eu nunca esqueço que nos meus aniversários ele comprava duas rapadurinhas de amendoim quadradas bem gostosinhas, eu gostava muito. E era o presente dele pra mim, às vezes eu falo, penso assim, me emociono sabe, porque aquelas duas rapadurinhas era o que o meu pai podia me dar, né. Ele trabalhou... então, os efeitos assim foram... foi uma segregação social dele, ele trabalhou como... ele fez, depois que largou a medicina, se formou como torneiro mecânico na escola técnica de Pelotas, morou em alguns lugares do Brasil em fábricas, então ele experimentou o ser operário, aquilo que ele via na teoria de Marx.

A partir do testemunho de Rita Nachtigall Maurício observamos como as memórias e os traumas da repressão são transmitidos também aos filhos, podendo afetá-los, mesmo estes não tendo passado pelo período ditatorial. As consequências da tortura de José Luiz Braga Maurício o seguiram e seguiram também sua família, acabando que tornar vítimas também sua esposa e seus filhos. Situações como essas trazem elementos que ainda necessitam de mais estudos por parte da historiografia, assim buscamos estimular e ampliar este debate.

#### **4.2 As memórias da repressão na infância**

Neste momento da dissertação trataremos das memórias da infância das

entrevistadas, do período em que viram seus pais serem perseguidos ou presos, buscamos compreender como elas abordam essas memórias. Iniciamos tal discussão por meio de Maria Luiza Castilhos, que relembra o dia em que seu pai foi levado e também as visitas à prisão. Na primeira vez em que seu pai foi preso ela foi com a mãe e lembra de detalhes, como as grades, o guarda e tentando evitar que ela observasse a cela.

eu me lembro quando... a primeira vez em que ele foi preso, eu tava pra ir pro colégio, o meu uniforme numa cadeira, no meu quarto, quando eu ouvi um barulho na porta e já era, já tinha coisa assim, que podia ser que viessem buscar ele. E escutei um soldado convidar pra ele ir num quartel, um coronel, sei lá, um major, não me lembro quem tava convidando ele pra ir lá conversar com ele. Aí meu pai disse assim, eu escutei ele dizer “bom, diz pra ele que eu vou, se é um convite eu vou, mas agora eu não posso, agora eu tô ocupado, outra hora eu vou”. Aí o cara começou assim “não, o senhor tem que me acompanhar agora”. E a gente viu que a casa estava cercada de exército. [...] tinha soldado que chorava quando a gente ia lá visitar, eu me lembro de um soldadinho montando guarda com um fuzil assim na porta, a gente na sala em que os presos poderiam receber as famílias, no começo era mais frouxo, depois foi piorando né. Ele chorando e segurando a arma. E o meu pai não queria que a gente olhasse onde era a cela [...] “Aquilo não é pra criança” aí que eu fui olhar, eu lembro de ver grade, grade descascada, era uma coisa esquisita pra mim, era uma coisa decadente, não combinava com as coisas que a gente tinha vivido.

Uma memória muito forte de Maria Luiza Castilhos é em relação ao seu aniversário de dez anos. Ao falar sobre esse período ela une a tristeza de não ter o pai por perto, com o discurso de seu pai. Artigas Castilhos Puignau havia sido preso pela segunda vez e fora levado para Porto Alegre.

Eu ia fazer dez anos, eu tinha uma coisa, eu tinha uma ânsia lá por fazer dez anos, pra mim dez era tipo quinze anos [risos] naquela época. E eu queria fazer um baile quando eu fizesse dez anos, só que ele não tava então não podia fazer, e aí foi uma frustração, eu compartilhei um pouco da raiva que eu tive da política que a mãe tinha, essa droga que tinha estragado meu aniversário. E meu pai foi interrogado nesse dia, na véspera do meu aniversário, e disse, inclusive, pro cara que tava interrogando ele, fez um protesto assim, que hoje era ele que era o opositor do governo, mas que futuramente seria ele e mais quatro pessoas, então seriam cinco contra o que tava acontecendo. Inclusive porque eu no dia seguinte estaria fazendo dez anos e com certeza não ia esquecer, eu acho que foi meio uma daquelas sentenças que tu né, carrega assim, eu particularmente carreguei muito essa coisa de que tinha que contar essas histórias, tinha que fazer as pessoas falarem sobre isso, dizerem pro pai o que achavam do que ele tinha feito, ele tinha que resgatar um pouco dessa experiência de ter sido rejeitado, enjeitado dentro da cidade.

Um ponto interessante desta memória é que a própria entrevistada comenta que não sabe como possui essa memória, já que não lembra de ter lido as cartas

que o pai mandava ou de ouvir ele contar, mas ela possuía lembranças de fatos que ele narrava nas cartas que mandava para a família.

um deles trazia enrolado no sapato, teve uma vez um reverendo de uma igreja que tinha lá em Rosário que era um... aquele tempo essas religiões não eram tão monolíticas, ele veio visitar o pai aqui em Porto Alegre e levou frutas enroladas no jornal pra eles terem ideia das notícias, essas estratégias que usavam, e trouxe cartas também né [...] aquela coisa que o pai disse de alguma maneira foi aparecer numas cartas que eu fui ler depois. E que ninguém sabe explicar, nem a mãe sabe dizer porque eu tinha uma memória de coisas ditas durante a prisão do pai, que o pai não tinha falado, ele estava preso. A minha mãe não gostava de falar no assunto, ficava furiosa quando a gente começa a querer saber alguma coisa, mas eu tinha um registro de alguma coisa.

Dentre as memórias do período, ela relembra dos dias na escola em que sentia que era tratada de forma diferente por ser filha de um preso político, *recordo de professores que faziam conversas mostrando as diferenças.*

Eu tinha uma colega que o nome dela era Luiza Maria, e eu sou Maria Luiza. O pai dela era uma pessoa de posses, reconhecido e amigo das pessoas que eram da Arena, do partido que tinha né, principalmente dado o golpe. E ela e eu, geralmente, a gente era colega, em várias séries a gente foi colega, estudamos juntas. Eu era representante da turma, e ela vice, ou ela era escolhida a representante e eu vice, então a gente tinha uma disputa que na minha cabeça que era né, versão política [risos]. E eu me lembro, assim, de fazerem comparações, lembro de uma professora de artes dizendo que ela fez uma arte abstrata e eu fiz uma figura de uma árvore, uma paisagem, um crepúsculo, não sei o quê lá, um desenho que eu achei lindo, eu achei que estava mais bonito que o dela. [inaudível] Eu só sentia a crítica assim, o rechaço, o rebaixamento, mas não entendia exatamente. Depois que você vai vendo, vai falando que vai se dando conta, ela [professora] ergueu a folha e ia falando assim: isso aqui, isso aqui que é arte, isso aqui é arte livre, isso é liberdade... entende? E aí eu olhava para aquele monte de risco, hoje eu até entendo, eu também acho arte uma coisa maravilhosa. E essa professora era filha de um estancieiro, então tinha, claramente, os ricos e os pobres e essa era uma discussão de ricos e pobres.

De acordo com Maria Luiza Castilhos “*a polaridade que tem hoje, tinha muito naquela época.*” Ao se referir ao golpe de 1964, nossa entrevistada cita também o golpe ocorrido no Brasil em 2016, registrando que muitos dos que apoiaram o golpe de mais de 50 anos atrás, seguem apoiando ideais antidemocráticos.

me lembro de viver com muita angústia jogo de... da hora da educação física os jogos competitivos, aquele do caçador, até hoje [inaudível] porque eu me senti golpeada naquelas bolas, e eu jurava que estavam me jogando a bola por causa do meu pai, também não sei o quanto eu estava paranoica né. Mas depois que vi agora a fúria de muitos, porque muito interessante que quase todos daquela época que estavam a favor do golpe militar, né civil-militar, se mantiveram a favor desse golpe.

Assim como a família de outra entrevistada, Helena Dória Lucas de Oliveira, a mãe de Maria Luiza Castilhos Puignau procurou se livrar de livros que poderiam ser considerados perigosos a partir do ponto de vista repressivo. Mesmo sem possuir ligação com partidários do Partido Comunista Brasileiro, ela se livrou de qualquer livro que lembrasse o vermelho.

A justificativa da época, era que tinham os bonzinhos que se preocupavam com a cidade e pessoas como o meu pai que estavam armando guerrilha, que estavam subvertendo os jovens. A minha mãe vendia Avon, ela era uma revendedora, Avon é antigo né, e ela recebia caixas de produtos pra distribuir pras vendedoras, então diziam que estava entrando armamento lá em casa, mas nunca foram lá ver. Depois começou aquela coisa de que tinha livros, de ideologia comunista, que guardava, o pai tinha uma biblioteca muito grande, um quarto lá que eram todas as quatro paredes todas de livros, tudo lotado de livro, e aí, então, uma vez a mãe com medo dessa segunda prisão que falaram que iam lá pegar provas, minha mãe queimou um monte de livros na banheira de casa, lá no banheiro, porque ela tinha medo que pegassem alguma coisa, que pudessem achar, Então tudo o que era coisa que poderia sugerir, até livro que era católico de não sei o quê, vermelho “falou em vermelho, queima, queima” [risos] nem sabia o conteúdo. Aquela caça às bruxas.

Mesmo ainda com pouca idade, nossa entrevistada sentiu o desprezo de outras pessoas, um tratamento diferente por ser filha de um preso político. Essa estigmatização perseguiu os familiares de perseguidos e presos políticos, se não tinham suas casas invadidas e revistadas pelo DOPS, viviam com medo, sentiam os olhares de quem os enxergava como criminosos ou cúmplices de um.

Das lembranças do período da prisão do pai, Helena Dória Lucas de Oliveira fala de ver sua mãe e sua irmã mais velha na janela, cochichando, sempre havia pessoas em frente à casa, um carro estacionado.

A minha irmã mais velha conta, que às vezes ela percebia que tinha um carro próximo assim, acompanhando ela, algumas vezes ela deixou de ir pra escola, durante a prisão do pai, ou ia junto com o filhos do vizinho.

Importante citar a solidariedade dos vizinhos durante a prisão de Antônio, principalmente da vizinha, que junto com a mãe de Helena Dória Lucas de Oliveira criaram um sistema para se livrarem de livros que poderiam comprometer a família.

Quando os policiais chegaram em casa a mãe estava sozinha e não abriu a porta, eles já estavam meio temerosos porque o rapaz não tinha voltado, o rapaz tinha saído e era pra ter voltado de noite e não tinha voltado. Então a mãe não abriu e disse que só ia abrir se permitissem que ela chamasse um vizinho. Aí o vizinho veio. [...] Então a gente teve a solidariedade desse vizinho. Durante a prisão do pai, a vizinha, esposa dele, eu chamo de tia, A tia Olinda, também ajudou bastante a tirar os livros mais, mais suspeitos de casa. Elas tiravam dentro de panela, assim “Ruth, empresta tal coisa? Me dá um pouco de sopa?” e a mãe dava uma panela e nela tinha livros.

Como aponta Duarte (2009), o espaço da casa, no contexto da ditadura brasileira, perdeu a aura de um espaço privado, o cotidiano das famílias sofre profundas rupturas. Passa a não ser marcado pelas rotinas familiares, mas pela presença constante e abrupta do Estado, por invasões, apreensões ou pela aterrorizante vigilância (Duarte, 2009), algo que podemos observar claramente em nossas fontes.

Ela comenta que apesar de toda a situação, tanto durante a prisão do pai quanto no exílio, não passaram nenhum tipo de necessidade: *“Acho que a gente teve solidariedade necessária, não tivemos dificuldade de fome durante a prisão do pai, nem depois.”* Ao ser questionada se tinha alguma ideia do que estava ocorrendo, Helena conta que não, com apenas sete anos não entendia porquê o pai não voltava para casa. Ela fala de uma visita que fez a ele na prisão, mas para proteger os filhos, sua mãe mentiu falando que era um hospital. *“Nunca ninguém nos chamou, pra dizer olha teu pai foi preso por isso e por isso, a gente foi descobrindo nas conversas”*. Essa tentativa de proteger a família da real violência que os cercava é novamente citada aqui, sendo citada no testemunho de Miguelina Vecchio como vimos anteriormente. A resistência das mulheres, mães também passava por aguentar tudo silenciosamente, enquanto tentavam manter a vida familiar o mais normal possível com o objetivo de não atingir os filhos mais novos.

Eu lembro que quando o pai estava preso nós fomos visitá-lo, mas a mãe disse, nós vamos no hospital ver teu pai. Eu lembro que achei estranho porque hospital é todo branco e aquele local não era branco, a lembrança que eu tenho, eu não lembro de ver o pai fisicamente, mas eu lembro de estar numa sala de espera [...] mas era isso, ver o pai que estava no hospital. Eu acho que minha irmã mais velha sabia, porque a mãe estava sempre cochichando com ela. [...] Pra ir pro Chile o pai escrevia cartas, mas a mãe não nos mostrava as cartas (..) o pai tinha ido pro Chile pra estudar, eu como criança de sete anos não sabia o que tava acontecendo.

Durante o período em que estiveram no Chile, a família de Helena Dória Lucas de Oliveira sofreu uma grande perda. O país estava passando por uma grave instabilidade política, e os estrangeiros que haviam fugido para o país sofriam com denúncias.

Um pouco antes do golpe tinha uma propaganda muito forte em relação aos estrangeiros, que eram os estrangeiros que tinham chegado no Chile que estavam gerando toda aquela instabilidade política e começou a ter muitas denúncias, chilenos denunciando.

Após o golpe no Chile, Helena Dória Lucas de Oliveira e a família se

refugiaram em uma igreja junto com outras pessoas.

Foi a Igreja Católica que nos protegeu nesse período, os padres nos receberam e as Nações Unidas tinham junto com a Cruz Vermelha Internacional, eles criaram em espaços da igreja espaços de acolhimento pra quem estava sob risco de ser preso, os militares não entravam e as pessoas que estavam lá dentro não saiam.

É sabido que a igreja auxiliou diversos perseguidos, não só no Brasil, nossa entrevistada e sua família contaram com esse apoio, porém precisavam sair do país. As embaixadas visitavam e entrevistavam os refugiados, informavam o perfil que procuravam, normalmente jovens, sem família e com curso superior, assim nas palavras de Helena: *“a família foi ficando, ficando, ficando.”* Por fim, a embaixada da Finlândia os aceitou, porém um acidente ocorreu e acabou levando ao falecimento de um dos irmãos de Helena Dória Lucas de Oliveira.

Finlândia acabou aceitando a nossa família, o pai iria trabalhar como cortador de lenha, cortador de árvores nos bosques da Finlândia. Mas aí aconteceu um acidente, esse irmão pequeno que a gente tinha, em outubro ele tinha feito quatro anos. O refúgio tinha uma piscina, e o grupo de estrangeiros, era um grupo grande 300, 400 pessoas tinha decidido ativar a piscina para que as crianças pudessem brincar, para que pudessem ter um pouco de recreação, tinha muita criança no refúgio, bom, tinha alguém que cuidava do espaço. Mas teve um dia que o meu irmãozinho foi brincar lá perto e não tinha ninguém, então ele caiu na piscina e se afogou. Foi muito difícil pra mãe, muito difícil. Aí os amigos mais próximos do pai conversaram com ele da gente não ir pra Finlândia, porque a gente ia ir com poucas pessoas, um grupo pequeno pra ir lá e um país tão distante do Brasil. Propuseram pro pai, bom quem sabe tu pede pra ir... porque um grupo ia ir pra Cuba, um grupo pequeno de amigos do pai e da mãe, quem sabe tu vai com a gente pra Cuba.

O pai de Helena fez o pedido para Cuba e recebeu o aceite, assim a família se mudou em 1974, ficando até 1980. Em Cuba, o pai de Helena Dória Lucas de Oliveira trabalhou como professor de História. A mãe de nossa entrevistada fez um curso de enfermagem durante o período. No Brasil estava ocorrendo a discussão sobre a anistia, Helena Dória Lucas de Oliveira conta que a família cogitou voltar, mas seu pai resolveu esperar. Mas aí ele, um pouco esperto, inteligente, temeroso, disse *“não vamos voltar direto pro Brasil”*. Assim foram para Guiné-Bissau. As duas irmãs mais velhas ficaram em Cuba porque estavam estudando medicina. O irmão terminou o ensino médio na Guiné-Bissau e voltou para o Brasil, mudando-se para Uruguaiana. Um ano depois, Helena Dória Lucas de Oliveira voltou para Porto Alegre, seus pais voltaram no ano seguinte.

Helena foi morar com os avós, estudou, fez vestibular e passou no curso de

matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde iniciou sua carreira acadêmica. Porém, como veremos no próximo subcapítulo, as marcas de todos os anos fugindo da repressão ficaram para sempre.

A entrevista com Miguelina Vecchio foi diferente das outras, pois ao contrário de Helena Dória Lucas de Oliveira e Maria Luiza Castilhos, Miguelina Vecchio não lembra muitas coisas sobre o período em que seu pai foi preso. Ela conta que foi blindada pela família e, assim, acredita que não carrega memórias traumáticas sobre o período.

Eu não sei muito dessa parte, eu tinha um ano né, eu sei o que eles contavam, que ele foi uma vez preso, depois desse período, tem umas passagens da ABIN<sup>18</sup> que falam desse momento que chamam ele de comunista, coisa que ele nunca foi, muito antes pelo contrário, quando a gente já, e claro já sou adulta, adolescente já se conversa sobre isso, ele era, é isso que eu disse ele era um cara extremamente corajoso, ele subia em cima de um troço e fazia discurso, contra o governo sem nenhuma responsabilidade do que aquilo ia dar, mas a gente não sabe muito assim, ele não conversava com a gente.

Apesar de não possuir memórias diretas sobre o período ditatorial, é nas lembranças da falta do pai que se encontram os efeitos da repressão. Ela não compreendia essa falta, acreditava que era uma viagem e como poderia, um pai, viajar tanto e ficar longe dos filhos? A tentativa da mãe de protegê-los deu certo por um ponto de vista, mas nada pode reverter a falta de José na vida de Miguelina Vecchio e seu irmão. Em relação às suas memórias de infância, onde teve mais contato com seu pai, Rita Nachtigall Maurício compartilha memórias extremamente sensíveis e difíceis, como uma das vezes em que seu pai foi internado e ela pediu para que não o levassem.

Eu visitava meu pai no sanatório espírita desde criança, assim tinha aquele momento de visitar o pai, uma sala comprida, tenho na memória aquelas visitas, né. Do pai recluso de liberdade ali, a gente levava bolacha, então tinha aquele momento de carinho, aqueles momentos, de certa forma, eram bons, sabe, eram melhores do que em outros momentos em que estava mais sisudo em casa, ou quando não queria conversa. Ali era o momento em que ele se recuperava e nos dava atenção e a gente era importante pra ele, sabe. Mas, em casa ele tinha aquela coisa muito sisudo assim, às vezes um pouco agressivo, não diretamente conosco, né. Tratou agressivamente mais foi a minha mãe. E uma das memórias que eu tenho, assim, mais forte foi quando o enfermeiro pegou ele à força, né, na casa dos meus avós. Então foi na minha frente, assim, dobrou ele e deu uma injeção pra ele se acalmar porque era um louco que não queria, né, uma pessoa em estado de surto que não aceitava a internação de boa, então teve que ser... pegou a força. Aí aqueles caras fizeram aquilo e eu disse “não leva o meu pai”, eu gritava, né.

---

<sup>18</sup>Agência Brasileira de Inteligência

Além dessa memória, Rita Nachtigall Maurício compartilha dois momentos marcantes de sua infância e adolescência, quando presenciou duas tentativas de suicídio de seu pai.

E outra coisa que afetou muito além dessa cena foram as duas cenas que eu assisti ele se enforcando. Uma na frente minha e de uma amiga minha que eu não entendi e dizia “pai, quem te colocou aí?” ele preparando a forca assim depois ele... quando ele soltou assim aí levei aquele susto, eu vi aquela cena, né, significava a morte, mas eu sendo criança, não sei também, eu já tinha uns dez anos. E aí eu, aí eu me assustei e fui chamar pelo meu avô que chamou o vizinho, aí depois, não sei se uns dez anos depois ou quando foi que aconteceu isso de novo, quando eu era adolescente, nos fundos do pátio da casa do meu avô paterno. Foram essas duas cenas assim de ver ele tentando tirar a vida que aí ficou... que me abalou assim, que, né, que era algo muito forte.

Outro momento de sua infância foi quando seu pai achou que havia lhe perdido no circo, Rita Nachtigall Maurício liga seu desespero não só à preocupação de um pai, mas também ao trauma deixado pela prisão. O medo de ter um parente preso e torturado pela ditadura.

Uma cena que eu lembro do meu pai assim, das vezes em que ele estava mais sóbrio, uma vez ele me levou no circo quando era pequena, e uma hora eu resolvi [inaudível] por trás das arquibancadas, eu fui entrar pra baixo da arquibancada, achei divertido e não sei se eu tinha uma certa intuição de não fazer aquilo, me veio de não fazer. Eu sei que o pai ficou apavorado, num desespero que tinha me perdido, e depois eu fiquei muito impressionada com o sentimento dele em relação a achar que tinha me perdido porque ele sentiu uma culpa enorme e hoje eu vendo assim, eu relaciono isso a culpa que ele tem porque ele pressionado no quartel em Porto Alegre, quando ele viu a minha avó chegando lá porque a minha vó tinha contato com o generais, era parente de... amiga de alguém que era parente de general, a avó foi tentar libertar ele e aí ele viu a vó entrando no quartel e achou que iam torturar ele, não sofreu tortura física, mas ele achou que iam torturá-la na frente dele, então ele disse “eu conto, eu conto”. Só que o que ele contou, sabidamente, ele contou nomes que os caras já conheciam, Nomes que eles já... que no fundo ele já sabia que os caras sabiam desses nomes e os caras já estavam refugiados no Uruguai a maioria, né, ou já tava preso ou refugiado no Uruguai. Mas ele sente uma culpa enorme, ele sentia uma culpa enorme por ter delatado companheiros. Aí eu vendo aquela... que pra mim foi tão estranho aquele desespero, claro, talvez outros pais tivessem esse desespero, né, mas ele especialmente também por essa situação de vida, carrega esse fardo de culpa maior que faz a pessoa sofrer mais.

Sobre sua família, Rita Nachtigall Maurício conta que os avós paternos não possuíam o mesmo pensamento político que seu pai, além disso, não gostavam quando ele falava sobre a ditadura. O que deixa mais claro a falta de um espaço de escuta para José Luiz Braga Maurício, ao não se sentir acolhido pela família acabou compartilhando suas memórias com a filha e a poesia.

Minha vó nunca falou sobre isso, quem puxava assunto às vezes era o meu avô paterno quando via meu pai falando aqueles assuntos todos comigo lá na saleta da casa dos meus avós paternos onde eu morava, o meu avô me fazia uns sinais assim com os olhos e depois quando podia, quando estava sozinho comigo, me dizia pra eu não puxar esse assunto, não dar corda, ele dizia, de não dar assunto, mas eu não dava e o pai não parava com aqueles assuntos, né. E ele tinha necessidade de falar e eu ouvia, às vezes eu perguntava alguma coisa de tanto que ele falava, eu tentava me situar, mas não é que eu ficava puxando, uma vez ou outra que eu perguntei.

Um aspecto que foi visto em outros testemunhos foi o pensamento conservador de alguns familiares, mesmo tendo um parente preso e torturado pela ditadura, enxergavam no preso a culpa pela violência, não no Estado repressivo.

E a vó nunca falou sobre isso e eu não perguntava pra vó, era o pai que falava, né, acho que ficava algo calado assim dentro dela, né. E tem essa coisa dessas tantas mulheres de direita que tentam se manter alienadas ou que são muito da família ou religiosas e acabam com os filhos sendo socialistas tendo os ideais, né, às vezes não compreendendo os filhos outras até lutando por eles. Ela lutou por ele da maneira que pôde, da maneira pessoal, né, não assumindo a mesma causa do meu pai, até quando eu ouvia os meus avós falando mais adiante era aquela coisa, foi a política ou foi o comunismo que fez mal pra ele, não foi a ditadura, entende, essa visão dos meus avós, não que eles fossem, assim, declaradamente de direita ou super direitas, lá pelas tantas, depois, a minha avó dizia que ela gostava de coisas da ditadura ou que coisas, não da ditadura em si, mas que um país tinha que tá muito preparado pra ter democracia. No sentido acho que também de ignorância ela falando sabe, que até entendo por um lado, essa coisa de sei lá, ter mais escolarização, mais informação, eu acho que eu entendo o lado dela, sou contrária, acho que a democracia ajudava inclusive a ter essas lutas por acesso a direitos pela educação, toda a escolarização, né, que é um processo complicado. [inaudível] pelo que a gente tá vivendo hoje, né, tem presidente a favor de tortura e visivelmente fascista.

Rita Nachtigall Maurício e seu irmão acabaram se mudando para a casa dos avós, a justificativa oficial era a proximidade com a escola, mas Rita Nachtigall Maurício comenta que no fundo sabia que a doença mental de seu pai era um forte impeditivo para que ela e o irmão seguissem morando com os pais.

Eu morei alguns anos com os meus pais lá na casa dos meus avós, depois lá na casa do Laranjal onde moravam os meus pais, depois voltei a morar com os meus avós, aí eu fiquei sendo criada pelos meus avós paternos mesmo na cidade de Pelotas. O Laranjal é a praia onde meu pai e minha mãe tinham casa que foi doada pelo meu avô paterno, porque meu pai não tinha renda suficiente pra tá comprando uma casa, meu avô tinha comprado essa casa de veraneio e deu pro meu pai. Então, eu não lembro dessa transição, desse momento definitivo, eu lembro que meio que uma... eu acho que teve uma conversa, uma explicação pra mim que tinha a ver com o colégio, porque com os meus avós eu morava na frente da escola, né, e às vezes era de manhã pra ir, e eu sempre estudei na escola na frente da casa dos meus avós no centro de Pelotas. [...] Com certeza tinha a ver com a saúde mental do meu pai e a capacidade da minha mãe de lidar com isso, porque minha mãe também ela era bipolar, só nunca se assumiu, né, ela sempre via tristeza ou uma grande euforia, né, então eles meio que se completavam assim, na loucura também, na loucura, nas tristezas, nas alegrias.

Como Ana Maria Colling aponta, a esquerda também possuía pensamentos machistas e no testemunho de Rita Nachtigall Maurício identificamos tais comportamentos em seu pai.

Tem um problema também que eu vejo assim, muito claro, o machismo, por mais que o pai tivesse essa coisa da igualdade social, depois de um tempo foi cunhada a expressão, não sei se foi uma *youtuber* brasileira quem inventou a expressão esquerdomacho, meu pai era isso [inaudível] mas igualdade com mulher já outra coisa, né. [...] Tanto no sentido da mãe no trabalho de casa, né, dessa desigualdade do trabalho de casa, e a mãe aceitar esse papel também submissa, às vezes se queixar contra, reclamar, mas aceitar.

Não temos como saber se a ditadura reforçou o machismo de José, e não buscamos generalizar tais atitudes por parte da resistência, porém, como nossa entrevistada apontou, trata-se de mais um caso onde mesmo com um pensamento de esquerda há vestígios de machismo, demonstrando que uma coisa não anula a outra.

#### **4.3 Os traumas, as marcas e as memórias.**

A questão da ditadura ainda tem reflexo no presente ao ponto que ainda afeta a vida de muitas famílias, sendo um recorte importante para estudos. O embate de memórias e as discussões sobre a ditadura seguem mais acirradas que nunca, o que afeta mais ainda as vítimas. Ao mesmo tempo em que lembrar auxilia na luta pela memória e pela justiça para todos que sofreram e ainda sofrem com as marcas da repressão.

Nessa tentativa de preservar a memória da luta do Artigas Castilhos Puignau e deixar um registro para seus filhos, Maria Luiza Castilhos resolveu escrever um livro contando a história da prisão do pai, foi então que percebeu como a família lidava com o passado. Até então o período da ditadura não era um assunto tratado por ela e seus familiares, *Todos ficaram com uma espécie de pacto de silêncio.*

Minha tentativa de falar, de saber as coisas, a partir de várias vezes a gente tentar conversar com o pai, fazer ele contar a história, ele começava a contar e parava e chorava, ou ficava muito emocionado e a gente sentia a coisa assim, pesada e desistia de falar. Aí eu queria registrar a história para os meus filhos (livro escrito entre 2017 e 2018)

A partir do desenvolvimento do livro ocorreram conversas entre a família, cada um compartilhando suas memórias, inclusive o pai de Maria Luiza Castilhos que até então não falava sobre o assunto. Com essa troca entre ela e seus familiares, nossa entrevistada conseguiu compreender melhor alguns registros de memória. Durante a escrita do livro e em viagem onde participou de um evento sobre memória, ela percebeu a dificuldade que a família tinha em falar, uma dificuldade que ela antes não enxergava “*eu não sabia que a gente tinha dificuldade de falar sobre isso, eu só sabia que a gente não falava sobre isso.*” Além dessa troca familiar, outras pessoas começaram a contatar Maria Luiza Castilhos para contar suas lembranças sobre o período ditatorial.

Quando fiz o lançamento do livro um monte de pessoas de Rosário começaram a me mandar *email*, era na época do *Orkut*, mandavam mensagens, e-mails, e tudo eu mostrava pro meu pai. Eles começaram a contar coisas que eu não sabia que tinham acontecido, depois que eu fui saber que o pai de uma amiga minha também tinha estado preso com o meu pai, eu não sabia porque era assunto que ninguém falava né.

Porém, além das pessoas que ligavam para contar suas histórias e demonstrar apoio, havia aquelas que, após o golpe de 2016 entraram em contato apenas para transmitir seu ódio.

e também muita gente [...] depois, agora nesse segundo golpe se comunicaram comigo me xingando, achincalhando, virei filha de comunista de novo, porque na escola lá, eu vivi algumas coisas, crianças que não queriam me dar a mão porque disseram que eu era filha de comunista

Além das pessoas que ligavam para compartilhar suas memórias, como também sofreram com a repressão, houve um homem que procurou Artigas Castilhos Puignau, para lhe contar que era o responsável por uma de suas prisões.

Fiquei sabendo, pela própria pessoa, que era um fazendeiro, um homem de bem, benfeitor da cidade que é filho de fazendeiro, pessoas ricas que levaram inclusive um frigorífico pra cidade, beneficiavam os compradores de gado, os pecuaristas, favoreciam os negócios da cidade. Esse cara teve na nossa casa, lá em Rosário, eu morava já aqui em Porto Alegre, casada com os filhos e um belo dia ele chega lá pra fazer uma visita pro meu pai, o nome dele era Mário Vasconcellos. E ele, assim, numa tarde quente, eu casualmente estava lá porque era Páscoa, a gente foi passar lá. E ele foi fazer a visita, e eu de curiosa, sempre fui curiosa acho que por isso que eu me metia nessas coisas, eu fiquei ali pra ver, porque eu sabia que uma daquelas pessoas da época da ditadura que era da Arena e sabia que meu pai tinha sido advogado dele, fez um inventário pra ele. E aí, no meio da conversa eu começo a ver que o assunto vai ficando estranho, o meu pai tava já numa cadeira de rodas, não tinha muitos movimentos. Esse cara disse pro pai que ele foi um dos que vieram aqui no quartel 18, então na segunda vez, denunciar o pai e o colega dele, porque tava muito preocupado com ele, porque ele como uma pessoa da terra, ele tava fazendo umas coisas muito [inaudível], e veio e falou “olha, alguém tem que dar uma contida naquele jovem”. E ele veio contar pro pai. Eu na verdade, eu não conseguia acreditar no que eu estava ouvindo, eu achava que parecia uma coisa maluca, que eu estava entendendo mal.

De acordo com Maria Luiza Castilhos, o homem chegou até a utilizar os serviços de seu pai, o conhecia. Sua tentativa de se justificar se baseava no argumento de que ele queria proteger Artigas Castilhos Puignau, que seria algo positivo para ele.

[...]viajado a noite inteira numa noite de chuva de jipe do quartel, ele pegou uma carona, a fazenda dele era ali do lado do quartel. Na época não tinha asfalto ainda, ele enfrentou um barral a noite inteira para levar uma preocupação que a princípio parecia que ele estava querendo proteger e fazer alguma coisa boa pro meu pai. Essa coisa me marcou muito. [...]meu pai me fez ir lá na casa desse cara levar o meu livro quando a gente lançou lá em Rosário, lançamos na Feira do Livro, convidá-lo para o lançamento do livro. Ele já tinha 92 anos alguma coisa assim, e eu me senti, sabe aquela coisa de revolta no estômago?

Nossa entrevistada conta que seu pai tinha ressentimento ou raiva, assim que ela acabou de escrever o livro Artigas Castilhos Puignau pediu para que ela entregasse uma cópia para o homem que o denunciou aos militares. Mesmo acreditando que a doença que tinha era uma seqüela das prisões – Artigas Castilhos Puignau sofreu com Esclerose lateral Amiotrófica.

Ao falar do processo de lembrar e compartilhar, ela cita a Clínica do Testemunho, onde percebeu que o espaço de escuta que criou junto com sua família era parecido.

Me convidaram pra fazer parte, aí eu me dei conta que a gente tinha feito um pouco desses passos, dos passos né, que normalmente se tem de poder oportunizar a fala, se fez um círculo lá em casa pro pai contar, ele, o amigo dele, a minha mãe, as minhas irmãs. E aí a gente foi resgatando, cada um contava uma coisa, lembrava de outra, então se restaurou a memória.

Ao questionarmos sobre as consequências da repressão em sua vida, ela fala de sua postura militante, mas também do medo e da vulnerabilidade que a acompanham desde então.

eu acho que... eu não sei responder exatamente tudo porque a gente também não tem tanta consciência assim né, mas com certeza essa coisa de sempre estar muito preocupada com a discriminação, com a falta de possibilidade de expressão, de defender sempre os processos... que a violência nunca tivesse... nunca fosse justificada pra qualquer diferença. A questão da desigualdade, que acho que, eu sempre fui uma pessoa muito sensível a essa temática assim da exclusão social, né. E acho que, pessoalmente, eu fiquei mais medrosa. A minha irmã ri quando eu digo isso, mas eu acho que é uma coisa mais interna. Por exemplo, tem uma das minhas irmãs, a do meio, que durante muito tempo ela assumiu a postura da mãe, “não quero saber de política, não quero falar nisso, não quero saber, não quero saber”. Depois do livro ela começou a querer saber, não só da história do pai, mas da política [inaudível], começou a poder mudar isso, mas ela tinha muito medo, essa do meio, ela sempre foi muito medrosa, de tudo. Se sentia vulnerável. E a irmã mais nova, que ela tinha só dois anos, ela lembra, ela tem alguns registros, ela fez até um testemunho bem interessante, um registro num livro da APPOA sobre a Clínica do Testemunho, da memória que ela teve do Golpe com dois anos de idade, perto de três assim, né, então, e aí ela... então... ela foi a primeira que começou a militar politicamente, militar assim de entrar pra partido, fazer discussão mais orgânica. [...] A do meio que não queria saber de política de jeito nenhum, hoje já consegue falar sobre política, né. E eu que acho que tive muito medo da política, as gurias riem porque eu sempre fui a que mais mantive nesse meio tempo uma ação mais... uma atividade política [...] não tão partidária, até tive também organicamente, organizada em discussões políticas, mas a minha é muito pelo lado psicossocial assim, sabe. Pra mim importa assim como é que a gente lida com o ser humano dentro da... a política pra mim tá todos não é na [inaudível] a política partidária não é o que me seduz, é a filosofia da política, como as pessoas lidam no seu... na sua construção do coletivo. Eu acho que então, apesar de achar que eu fiquei medrosa, que eu sempre vou até um certo ponto porque eu tenho da disputa, tenho medo da disputa, as meninas riem porque dizem que eu disputo um monte, mas eu não tenho essa sensação [inaudível]. Ficou toda essa sensibilidade, eu acho que a gente ficou muito tempo, me senti muito prejudicada porque eu fui de uma geração que não se reunia, não organizava coisas coletivamente era sempre vista como uma coisa muito perigosa, muito feia e que o bom era ser neutro. Neutro era a pessoa mais sensata. Quando eu entrei na faculdade, inclusive, daí eu via a versão da neutralidade entrar na... eu sou psicóloga né, na faculdade de psicologia, na PUC. Então uma psicóloga boa não atuava fazendo política, então também tinha que discutir tudo menos essa questão política porque já era uma questão inferior, uma questão menor, uma questão que sucumbia a quem não tinha uma boa formação, sei lá. Então eu sempre me senti um pouco compreendida e sempre com receio do que resultava quando as pessoas com clareza se colocavam né, então acho que a figura daquele Vasconcellos lá que em parte me parece tipo a banalidade do mal como a

Hannah Arendt fala e a gente se preocupa, por outro lado eu também tenho esse aspecto de bom, será que eu também não, né, o que eu faço com a minha agressividade? O que eu faço com a minha violência? Capacidade de violência. Enfim, eu acho que eu fiquei mais contida, eu vejo muito assim de ser uma pessoa que ficou mais reprimida, o que eu hoje consigo usar, levei muito tempo. Perdi muito talvez de poder me aprofundar em algumas coisas, das próprias pessoas, entrar em contato com a maldade humana, entrar em contato, saber dela, poder fazer ela fazer parte do entendimento que a gente tem do que é a maldade, não é uma outra entidade do mal né. Então eu acho que essas coisas né, eu fiquei uma pessoa mais sensível.

É importante pensar sobre como a Clínica do Testemunho a ajudou e como a experiência traumática ainda influencia sua vida. Helena Dória Lucas de Oliveira <sup>19</sup>, hoje aos 56 anos, comenta que, algumas vezes, tais memórias eram temas de conversas entre a família, o que podemos entender como os “rios subterrâneos”.

[...] eu lembro em algumas reuniões de família, alguns cafés da família, vinham as histórias, as histórias do Chile, de quando a gente saiu. De quando a gente tinha que cuidar tal coisa, porque uma vez a gente estava na rua né, estava vindo uma pessoa na direção contrária e a gente se assustou, peguei uma pedra. Esses relatos, da prisão, uma vez eu perguntei para o meu pai “pai você foi torturado?” e ele deu essa resposta “não”, falou do capuz, mas eram histórias esparsas. [...]

É importante destacarmos que dentro da família se falava sobre o período, o que auxilia na preservação da memória. Outra entrevistada, Maria Luiza Castilhos, comentou sobre como nem mesmo a família gostava de falar sobre o assunto, o que na visão dela não ajudava a superar a dor, mas acabava por deixar mais lacunas e silêncios.

Durante a entrevista, ao ser questionada sobre a importância da Clínica do Testemunho para uma melhor compreensão do passado e enfrentamento de memórias difíceis, Helena aponta:

[...] uma coisa importante pra mim Sinara, que eu consigo contar essa história que eu contei pra ti, assim, um pouquinho mais redonda, foi esse projeto da Clínica do Testemunho que a gente participou. Então eu fazia mais perguntas pra mãe “como foi?” “por que aconteceu?”[...] Eu meio que fui costurando essa história.

Esse trecho lembra a expressão *colcha de retalhos* utilizada por Portelli (1997), onde o autor aponta que a História Oral apresenta a realidade, não como um tabuleiro, onde todas as peças são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, quando reunidos, formam um

---

<sup>19</sup>Entrevista concedida no dia 11 de setembro de 2019, na casa da narradora.

todo coerente. A entrevistada continua falando da importância de se ver também como vítima da repressão *“Ajudou a entender que de certa forma a gente foi vítima”*. Esse apontamento é importante, pois, muitas vezes, por não terem sido torturadas fisicamente, essas mulheres não se enxergam como afetadas pela violência de Estado.

Durante a entrevista ocorreram grandes pausas entre uma resposta e outra, mesmo com a Clínica do Testemunho, com acompanhamento profissional ainda são memórias difíceis que trazem à tona experiências dolorosas. Ao mesmo tempo em que algumas delas gostariam de esquecer, não conseguem, é difícil para elas falar e lembrar, mas é encarando essas lembranças que muitas vezes conseguem compreender melhor sua própria história, sem minimizar sua participação.

Olha, Sinara, também por causa desse projeto, do Clínicas, que eu comecei a pensar um pouquinho mais nos efeitos disso na minha vida hoje, de adulta... Eu me dou conta que eu tenho algumas dificuldades, assim, como professora universitária, a dificuldade de produzir intelectualmente, de escrever, de divulgar... Já me peguei pensando assim, bom eu mesma me exilo, e que exílio é esse, né? De uma pessoa adulta. Eu me afasto, quando eu vejo eu tô sozinha, entende? Eu não estou em grupo de pesquisa, eu não estou em grupo de colegas, eu não tenho um grupo de amigas, entende? Parece que eu estou sempre exilada, é bem essa a expressão. É isso, essa é uma grande marca, um grande efeito que fica.

Esse “exílio” em que a entrevistada se coloca demonstra como a repressão deixou marcas para além do período. O exílio, ao qual passou quando criança, ainda existe, mas agora se manifesta de outras formas. A mesma situação foi percebida também em outra entrevista, um relato sobre as dificuldades em relacionamentos, dificuldades de confiança, traumas gerados a partir das prisões e das perseguições de seus pais. Quem teve a oportunidade de participar da Clínica do Testemunho pôde finalmente ter um espaço de fala e de escuta, um acompanhamento profissional, o que gerou confiança para compartilhar suas experiências com outras pessoas.

Por fim, trazemos um trecho no qual Helena Dória Lucas de Oliveira coloca como é difícil ter em sua família pessoas reacionárias, e que o atual contexto político a faz pensar muito no período em que teve que fugir com a família para o exílio.

Assim, hoje eu percebo que assim, algumas sobrinhas e sobrinhos da mãe, primos e primas, bom, são pessoas reacionárias... E antes do Bolsonaro se eleger e tudo isso, eu ficava pensando, assim né, ali quando teve o impeachment da Dilma, o que esses primos e primas, né, diriam sobre a prisão do pai? O que será... será que eles... bom, uma pessoa que é presa é uma pessoa que cometeu...né?...agiu fora da lei, fora do que tá permitido. Bom, o pai foi preso, então alguma coisa né... assim...E aí nesse processo do Clínicas, uma profissional Argentina que disse que no caso da prisão do pai e de todas as outras prisões no período da ditadura, não são as pessoas presas as culpadas, mas o próprio Estado que tira a liberdade das pessoas, não permite a livre expressão, eles é que são os culpados. Isso eu não tinha compreendido bem, foi esse processo, entende? De entender, bom, fui vítima.

É interessante perceber como a entrevistada se coloca dentro do atual contexto político, como isso a faz refletir e modificar sua visão do meio. Como aponta Candau, a memória não é só do passado, mas do presente (onde se constrói) e do futuro, pois sempre traz uma avaliação consigo. Num período tão conturbado, marcado por discursos autoritários apoiados por uma parcela da sociedade brasileira, como as pessoas que foram diretamente atingidas pela repressão durante a ditadura se sentem ao se defrontar com tais discursos dentro da família? E como ela enxerga, por fim, que o Estado é o culpado, e não os perseguidos, que seu pai foi um militante que agiu a favor da luta pela democracia, algo que ainda não estava bem claro.

Como citado anteriormente, durante as análises é importante que levemos em conta o contexto atual, como Halbwachs (1990) pontua, a memória é uma reconstrução do passado que conta com informações do presente. O período atual está modificando o modo como as pessoas se sentem ao compartilhar suas vivências.

Ao analisarmos a trajetória de Miguelina Vecchio podemos ver como a militância do pai foi uma forte influência para que ela seguisse na política. Ao lembrar de sua infância ela conta que a casa era frequentada por figuras políticas importantes, entre elas, Leonel Brizola.

eu me lembro que quando o Brizola voltou do exílio, o Brizola foi visitar ele, porque o Brizola se filiou ao partido quando ele era presidente do PTB, então o Brizola chegou do exílio e foi visitar ele, e nós queria muito ver o Brizola, porque nós era criança e a gente tinha curiosidade de ver como era o Brizola, como é que ele falava, e a gente foi proibido, porque criança não se mete em conversa de adulto, e nós dois ficamos olhando pela fechadura pra ver quem via mais, que a gente não conseguia ver direito, ele era muito assim, tudo tinha a ver com aquela coisa, o Brizola foi lá, eles ficaram horas conversando, a gente não viu nada, o pouco que a gente viu pelo buraco da fechadura não deu pra ver nada. [...] Quando a gente se tornou maior, todo mundo foi ser militante, o Vecchino foi ser da Juventude Socialista, eu fui militante no movimento de mulheres do PDT que na época era a Dilma que era presidente quando eu entrei. E nós fomos fazer nossa militância por conta da formação que ele nos deu, da visão que ele nos deu, porque a mãe não falava sobre política, inclusive a mãe nem gostava de política, muitas mulheres de político não gostam de política.

Mas em sua própria fala, ela deixa claro o quanto via em seu pai opiniões que não a representam. Ela fala da resistência do pai ao seu ingresso na vida política:

Sim, com certeza, a visão de mundo dele de como a sociedade de classes, ainda que ele não tivesse nenhuma formação intelectual sobre isso, ele sentia a opressão da classe dominante, e isso influenciou muito pra eu fazer sociologia, por exemplo, *pra mim* ser socióloga, e influenciou muito a forma como ele tratava a mãe, ainda que carinhosamente com o subjugo do macho, o macho alfa, me tornou a feminista que eu sou. Eu sempre dizia pra mãe, eu amo ele, mas eu não quero ter um marido que vá pro banheiro e grita: "traz a esponja, traz a toalha, traz o chinelo, traz a roupa", sabe, então aquilo forjou a militante feminista que eu sou, das mais ortodoxas, tu conta de que aquele modelo ali não me servia, de homem. Toda minha formação tem a ver com ele, minha formação acadêmica, pra poder entrar fundo nessa questão de luta de classes, tinha a ver com ele, e a militância feminista, o tipo de homem que servia pra ser meu líder, mas não servia pra ser meu homem. Por conta do excessivo machismo, a mãe não podia usar óculos escuros, ele achava que mulher que usava óculos escuros tava se escondendo, por aí tu tem uma ideia, então com certeza a minha militância tem a ver com ele, pro bem e pro mal, tu entendeu, no caso do feminismo forja uma militante pra reagir ao machismo e no caso da socióloga tem a ver sim, claro que ele queria que eu fosse professora de sociologia, isso eu não quis ser porque eu não tenho talento pra ser professora, professor tem que ter mais do que conhecimento, tem que ter vocação, porque eu não gosto de aluno, então eu acho aluno um porre, então eu não podia ser professora, ainda mais hoje que os alunos cospem na professora, dão tapa na cara de professora, eu acho que eu ia matar um, daí não ia rolar eu ser professora, mas o fato de eu ser feminista tem muito a ver com o modelo de homem que eu conheci que era ele né, bem machista.

A partir de seu testemunho, podemos perceber como José foi importante na construção militante de Miguelina Vecchio, não só na atuação política, mas como mulher. A partir da convivência com ele Miguelina Vecchio percebeu o tipo de homem que não queria em sua vida, sua militância feminista também surgiu do machismo de seu pai, ao ver como ela e sua mãe eram tratadas. O amor e o respeito por seu pai seguem firme, mas ela não ignora suas falhas.

Mesmo não tendo sentido a repressão na pele diretamente durante os de 1964 a 1985, Rita Nachtigall Maurício sentiu as consequências, assim como toda a família. Em especial, em sua relação com seu pai, ela lembra de seu jeito fechado, o que dificultava um vínculo mais forte entre pai e filha.

O que me afetou muito na infância em relação ao meu pai foi ele ser aquela pessoa tão sisuda, tão fechada, né. Ele sempre se comunicava com as páginas do caderno melhor do que conosco, que ele ia falar aquelas realidades, fortes, políticas e sociais que uma criança não entendia né. Então acho que isso também abalou muito a nossa comunicação, o fato dele ter sido um preso político, dessa chaga, dessa dor não ter sido curada, resolvida, remediada, e não ter outras pessoas com quem poder falar, ele falava muito com o papel. Então pra nós tinha um isolamento assim em relação a ele né.

Em seu testemunho Rita Nachtigall Maurício fala que muitas vezes preferia não estar perto de seu pai por conta da dificuldade em manter uma comunicação, principalmente quando ele sofria com surtos.

Muitas vezes pra mim, mesmo depois de adulta, às vezes eu tava perto do pai como se estivesse longe, era muito difícil, não sabia puxar assunto com ele. Nunca esqueço de uma época em que ele estava surtado e eu também não conseguia me relacionar ou... não sei... ou ele com aquela coisa sisuda, eu não conseguia entrar, preferia nem estar com ele, mas o meu irmão, quando ele tava surtado e ficou dois dias, dois ou três dias com o meu pai, que a minha mãe foi pra casa dos meus avós, ele ficou na casa do Laranjal, meu irmão dialogando com ele, falando sobre filosofia. Meu irmão ele tem muita paz, ele é muito pacífico assim, né, e conseguiu lidar com pai até que depois o pai aceitou ser internado depois desse surto.

Nossa entrevistada compartilha também momentos bons com seu pai, apesar de que ao atingir a vida adulta preferiu se mudar para Porto Alegre, para estudar teatro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pois a distância com os pais tornava o relacionamento entre eles mais tranquilo. Ela admirava e respeitava ambos, mas a convivência diária era difícil.

Tiveram vários momentos bonitos assim, dele me ler poesias, ao vivo ou por telefone sabe. E eu precisei ir a Porto Alegre também, tomar essa distância dos meus pais pra poder amá-los e poder vê-los melhor. Até porque era algo que me enlouquecia quando eu ficava aqui de fim de semana ou ficava nas férias. Quando eu era criança era mais normal assim, se tem o mundo da fantasia, sei lá, e na adolescência saía mais. Depois de adulta eu ia me irritando muito com eles.

Além da relação difícil com o pai, ficou marcado em Rita Nachtigall Maurício sua relação com a mãe, que seguiu com José mesmo com a violência sofrida, apesar de deixar claro que nunca lhe faltou nada durante o período em que morou

com os avós: “*Graças a Deus eu tinha meus avós, não passei fome, nem nada. Não fui maltratada.*” Ela sente que sua mãe escolheu seguir com o pai ao invés de, de alguma forma, acolher os filhos. Mas leva em consideração também que sua mãe esperava um dia conseguir salvar José de alguma forma. Essa ideia de salvar o marido, não só tratando de questões psicológicas, mas gerais, está impregnada em um discurso de como a mulher pode ser a salvadora do homem, um discurso que muitas vezes faz com que elas suportem diversas dores, como foi o caso de Seli Nachtigall Maurício.

Até hoje é difícil pra mim, não sei, eu me resolver com isso e também na minha relação atual com a minha mãe, porque tem assim... eu tava pensando que aí então ele sofreu na mão da ditadura, mas ele também foi o algoz dela, né. E às vezes eu penso assim, pô, ela escolheu ele, escolheu o seu macho algoz ao invés dos filhos. Tá, desculpa não, é um motivo grave ditadura, mas também outras pessoas, outras mulheres teriam escolhido os filhos ao invés do marido que agride. Só que tem toda uma questão, porque ela também tinha pena dele e também queria salvá-lo, ela tinha uma ilusão de que ia salvá-lo da doença mental dele.

Por um curto período de tempo Rita Nachtigall Maurício participou do grupo Filhos e netos por memória, verdade e justiça, ligado ao projeto Clínica do Testemunho. A tentativa de tentar trabalhar melhor com as memórias, encontrar um grupo que acolhesse suas dificuldades a auxiliou durante a sua participação.

Com o grupo Filhos e netos por memória, verdade e justiça, que surgiu a partir do trabalho do *Clínica do Testemunho*, se descobriu algumas características do pessoal que são filhos e netos de ex presos políticos atingidos pela ditadura do Brasil. Que é essa dificuldade, o silenciamento que a gente viveu, né, dificuldade de falar sobre isso, o apagamento da memória, mas também de tu te agrupar, de tu te enturmar.. uma certa dificuldade de me enturmar... Eu não pesquisei, não li mais sobre isso, mas eu sei que eu tenho uma certa dificuldade, parece que eu vivo em mundos diferentes. [...]. Algo pessoal e psicológico disso de me sentir aceita, que também é transgeracional, um problema também da ditadura. Meu irmão chegou a essa conclusão sem ler nada sobre filhos e netos [...] ele chegou a conclusão sozinho.

Infelizmente Rita Nachtigall Maurício não pôde participar do grupo por muito tempo, mas para além do acolhimento psicológico, Rita Nachtigall Maurício pôde levar seu espetáculo ao Rio de Janeiro, em sua peça ela trabalha o período da ditadura civil-militar, tema diretamente ligado à sua história. Porém, comenta a dificuldade, não só de trabalhar com arte no país, mas por ser independente e fazer tudo sozinha, mas sonha ainda em voltar aos palcos.

...

A partir das fontes colhidas, buscamos apresentar diversas questões que envolvem esse grupo ainda pouco estudado dentro da historiografia. Através dos questionamentos trazidos por meio desta dissertação, esperamos demonstrar a importância dos estudos de gênero, da história oral e de pesquisas que tragam para campo a perspectiva de quem ainda não teve a oportunidade de falar. Apesar de a temática da ditadura civil-militar contar com um grande número de pesquisas e pesquisadores, ainda há muito que se discutir, ainda mais em um período em que é necessário reafirmar mais que nunca a violação dos direitos que ocorreu nos 21 anos de ditadura. Cabe destacar o fato de que se não fosse pela história oral não teríamos essas fontes, já que as mulheres entrevistadas não possuem nenhum registro documentado sobre suas trajetórias.

Felizmente, ainda podemos contar com o testemunho dessas mulheres, deixando esse registro para futuras pesquisas, esperando assim que essas memórias não sejam mais esquecidas ou silenciadas. Durante muito tempo a história possuía um foco em modelos estruturalistas, com a perspectiva da história “vista de baixo” (HOBBSAWM, 2013), abriu-se então um novo olhar para estudos sociais, abrindo mais espaço para as mulheres que lutaram por décadas para terem suas trajetórias reconhecidas dentro de diversos momentos da história.

## Considerações finais

Por fim, este estudo foi iniciado no fim de 2018, já em um contexto conturbado, em um momento em que falar em perseguição, ditadura e memória já era encarado como algo perigoso, um aspecto que justifica diversas negativas que recebemos de possíveis entrevistados. A partir das eleições de 2018, trabalhar com história oral da ditadura se tornou mais difícil, com discursos negacionistas tomando força e a simpatia pelo Golpe de 64 crescendo, percebemos a urgência em tratar do tema. Por nossas fontes serem mulheres, que muitas vezes não tiveram um espaço de escuta, a dificuldade se tornou maior ainda. Como aponta Perrot (1988), muitas vezes a mulher é excluída dentro da História, um dos motivos é a questão das fontes, algo que percebemos durante a pesquisa. Muitas vezes as fontes que estão disponíveis foram produzidas por homens, no caso de nosso estudo, não encontramos documentações referentes às nossas entrevistadas, se não fosse a história oral dificilmente suas memórias teriam algum registro. Além das dificuldades que já esperávamos encontrar, uma pandemia mudou totalmente os planos que tínhamos, e a pesquisa precisou ser adaptada.

A partir dos seis testemunhos obtidos, foi possível perceber como a participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar ainda necessita de maiores estudos. São participações que, muitas vezes, acabam sendo perdidas, por não possuírem fontes documentais que registrem a atuação dessas mulheres e por, em alguns casos, não identificarem sua importância, sendo apagadas em discursos masculinos da resistência. Essa resistência emocional (ROVAI, 2018), muitas vezes é simplesmente ignorada, comparada à resistência ideológica é como se não fosse relevante. Porém, como Marta Rovai já apontava em seus estudos, tratam-se sim de formas importantes de lutas, não menos válidas que outras. Como aponta Duarte:

Não se leva em consideração que possam vir a manipular as condições ou interpretações a seu favor, jogando com o gênero ou transformando desvantagens em formas de atuar politicamente com mais liberdade ou segurança, mesmo que, muitas vezes, não se dêem conta disso (DUARTE, 2009, p.100).

Aqui, procuramos não compará-las com outras formas de lutas e outras motivações, nosso objetivo é demonstrar que não só as mulheres militantes e ligadas politicamente a uma organização política fizeram parte da resistência, mas

também mulheres que se viram no meio do conflito, e precisaram agir, sem nenhum tipo de preparação ou auxílio, tiveram de sair de seu cotidiano e lutar por justiça.

Nossas entrevistadas vivenciaram uma violência que sem a ditadura não teriam passado, violências psicológicas, simbólicas que ainda precisam ser retratadas de forma mais atenta pela historiografia. Embora não tenham lutado diretamente pelo fim da ditadura, estavam dentro do conjunto de pessoas que resistiram, logo, suas vozes não merecem menos espaço por isso.

Outro ponto importante é como a participação das esposas ainda é ignorada, se muitos homens ingressaram na luta é porque também contavam com o apoio de suas companheiras, que tiveram que cuidar da família sozinhas em um contexto extremamente violento, porém, muitas vezes essa participação é ignorada, já que sua vida privada, em muitos casos voltada para a vida doméstica é diminuída, diminuindo também sua atuação na luta pela liberdade de seus companheiros, lado a lado dentro da resistência.

Para além das consequências diretas da repressão e da violência utilizada pela ditadura civil-militar, observamos que as memórias das filhas, que ainda eram crianças quando o Golpe ocorreu, circulam em suas vidas, trazendo consequências que não podem ser medidas. Por ainda serem muito jovens no período, a compreensão sobre o passado foi um processo lento e doloroso. Em primeiro lugar, o silêncio dentro da família foi comum, como se não falar sobre o trauma auxiliasse no esquecimento. Porém, trata-se de memórias traumáticas, onde um espaço de escuta aparece como uma melhor alternativa, assim a Clínica do Testemunho foi de extrema importância para nossas fontes, trazendo um reconhecimento necessário de que elas foram sim, também vítimas da ditadura, o que muitas vezes não parece ser algo claro para elas.

A importância de um espaço de escuta se mostrou extremamente necessária, a descoberta da Clínica do Testemunho fortaleceu ainda mais essa emergência. O fim de tal projeto, sabemos, faz parte de um desmonte, de um movimento que não valoriza a memória ou respeita as vítimas. Assim, pesquisas voltadas para esse grupo se mostram necessárias, trabalhar com história oral da ditadura se mostra cada vez mais difícil, não só pelas fontes que já estão atingindo idades avançadas, mas pelo medo que silencia cada vez mais as vítimas da ditadura.

Percebemos que mesmo dentro dos discursos da resistência as mulheres, companheiras ou filhas ainda são pouco valorizadas, seja porque os homens não acreditam na sua participação e as silenciam, seja porque elas mesmas não se veem como vítimas e como parte da resistência. Por fim, esperamos contribuir não só com a historiografia que trata da ditadura, mas também com as vítimas da repressão que ainda tiveram a oportunidade de falar, de compreender sua importância dentro desse período tão violento da história do Brasil.

## Fontes e Referências bibliográficas

### Fontes Orais:

- Entrevista Realizada com Edith Teixeira Espíndola, no dia 26 de setembro de 2018, em sua residência. Entrevistadores: Sinara Veiga Faustino e Edgar Ávila Gandra.
- Entrevista realizada com Seli Nachtigal Maurício, no dia 06 de setembro de 2019, em sua residência, em Pelotas. Entrevistadora: Sinara Veiga Faustino.
- Entrevista concedida por Maria Luiza Castilhos, no dia 09 de setembro de 2019, em sua residência, em Porto Alegre. Entrevistadora: Sinara Veiga Faustino.
- Entrevista realizada com Helena Dória Lucas de Oliveira, no dia 11 de setembro de 2019, em sua residência, em Porto Alegre. Entrevistadora: Sinara Veiga Faustino.
- Entrevista realizada com Miguelina Vecchio, no dia 11 de setembro de 2019, em seu trabalho, em Porto Alegre. Entrevistadora: Sinara Veiga Faustino.
- Entrevista realizada com Rita de Cássia Nachtigall Maurício, no dia 11 de janeiro de 2020, em seu trabalho, em Pelotas. Entrevistadora: Sinara Veiga Faustino.

### Fontes Secundárias:

CASTILHOS, Maria Luiza. **Elvis, Che, meu pai e o golpe de 64**. Porto Alegre: Libretos, 2008.

Comissão Estadual da Verdade | CEV RS. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1dUjCjaROE2lVeFeZqZzIbJHBWJjUeGZR/view>>

Diário Oficial da União. Decreto de 30 de junho de 1969. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/783/10.%20DOU%20-%2001.07.1969%20-%20p.%205532.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

Lista de indenizados nos termos da Lei n.º 11.042/97, completada pela n.º 11.815/02. Disponível em: <<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/indenizacao.htm>>

Relação nominal de brasileiros punidos oficialmente pela ditadura militar. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/02/relacao-de-punidos.pdf>>

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil / Coordenação de Nôva Marques Brando... [et al.] – Porto Alegre : CORAG, 2014.

81 pessoas são punidas pelo CSN. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1969. Edição 23376 página 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=102355&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=102355&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>

## Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2011.

ALBERTI, Verena. **Manual de historia oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.**

AMARAL, L. S. A Trajetória de José Vecchio e as mobilizações trabalhistas em Porto Alegre – RS (1930 – 1950). In: SILVA, Thiago Cedrez da, et. al. (org). **História do Brasil em tela: múltiplas abordagens historiográficas**. Porto Alegre, Editora: Mundo Acadêmico, 2020. P. 173-184.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

BAUER, C. (2019). La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, 28(57), 37-51. <https://doi.org/10.24215/23142766e070>

CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**: tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2004, v. 10, p. 169-178. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>>. Acesso em: 05dez. 2018.

\_\_\_\_\_, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

\_\_\_\_\_, Ana Maria. **Gênero e História**: Um diálogo possível? Contexto e Educação. Ijuí, Vol 19, Nº71/72, p.29-43.

CLÍNICA DO TESTEMUNHO RS E SC. **Por que uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n. 20 p.05 - 74. Jan/abr. 2017

GASPAROTTO, Alessandra. **A História Oral e as diferentes narrativas sobre a ditadura no Brasil**: falas, silêncios e possibilidades de escuta no tempo presente. In: História Oral: democracia, direitos e diversidade. Porto Alegre: ISCMPA, 2018.

HALBWACHS, M. A **Memória Coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HIRSCH, Marianne. **The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust**. Nova York: Columbia University Press, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **A história de baixo para cima**. In: HOBSBAWN, Eric J. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, p.280-300, 2013.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2002.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Women participate on the resitance against dicatorship in Brazil (1964-1985)**. 2005. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KARSBURG, Alexandre. **A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias**. Maíra Ines Vendrame, Alexandre Karsburg, Beatriz Weber e Luis Augusto Farinatti. (Org.). Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. **História da historiografia** .Ouro Preto. n.10, dezembro, 2012, 247-259.

MELO, Demian Bezerra. **Considerações sobre o revisionismo**: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira. XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 23-25 jul 2009, p. 13. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf>. Acesso: 19 jun 2017.

MELO, Demian Bezerra. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. In **Marx e o Marxismo** v.1, n.1, jul/dez 2013, p. 50. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/11>. Acesso: 20 mar 2018.

NAPOLITANO, Marcos (2015). Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015.

NAPOLITANO, Marcos (2018), « **La crise politique brésilienne : histoire et perspectives d'une 'terre en transe'** », Brésil(s) [En ligne], 1 | 2018, mis en ligne le 16 juillet 2018, consulté le 26 septembre 2019. URL :<http://journals.openedition.org/bresils/2687>

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, vol. 2, núm. 4, 2009, pp. 1097-1123. Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (2): 305-332, maio-agosto, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa. **História**. São Paulo, vol 24, n 1: p. 77-98.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **Revista História Oral**, v. 12, p. 103-128, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=166&path%5B%5D=167>> Acesso em 06 de dez. de 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIGHIN, Daniela (2018) Transmisión del pasado traumático: posmemoria y enseñanza de la historia reciente. **Clio & Asociados**, (27) : 118-126. Disponível em: <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.9490/pr.9490.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9490/pr.9490.pdf)>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, No 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana: mito, política, luto e senso comum. In: MORAES FERREIRA, M., AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996 (103-130).

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**, nº 15. São Paulo, PUC, p. 13–33, 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 -132.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, 2(2), 113-128.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, v. 8, n.1, p.29-42, jan./jun.2005.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação, São Paulo: Edusp, 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flávio Koutzii**: biografia de um militante revolucionário (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 165 – 192, dez. 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6178/41475>>. Acesso em: 12 Nov. 2018

SILVA, Thiago Cedrez da. **“Dos porões ao cais”**: Memória e experiência de estivadores do Rio Grande-RS nos anos de 1960 a 1969. 2016. 174f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

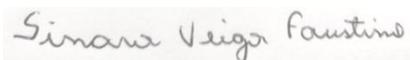
SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **Revista História Oral**, v. 4, p. 73-83, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, 2015.

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO**

Eu, Sinara Veiga Faustino, matricula nº 19104038 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado “*eu meio que fui costurando essa história*”: A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 05 de novembro de 2021.



---

**ASSINATURA**